

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA

LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA.

DATA: 24.06.20

ABERT: 08.07.20

HORA: 10h00min

- ANEXOS	
AINEXOS	
* * * * * * * * * * * * * * * * * * *	
	<u> </u>





Protocolo Interno n.

Oficio n. º 34/2020

Coronel Vivida, 15 de Maio de 2020.

De: Adenilson Adão Menegussi Assessor de Planejamento

Para: Frank Ariel Schiavini

Prefeito Municipal

Servimo-nos do presente instrumento para solicitar a Vossa Excelência, a competente autorização registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos, para a frota de veículos e máquinas de todos os setores da administração municipal.

Cordialmente,

Adenilson Adão Menegussi Assessor de Planejamento







TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, conforme especificações, estimativas e exigências descritas abaixo.

1.2 - Da escolha pelo registro de preços:

- 1.2.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.
- 1.2.2 Na licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde a empresa vencedora manterá seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis, caso necessite o Município de Coronel Vivida efetuará aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 – A aquisição de pneus, câmaras e protetores novos deve-se a necessidade de promover a substituição dos pneus desgastados ou danificados, visando manter os veículos, máquinas rodoviárias e agrícolas, caminhões e ônibus escolares do Município, em condições ideais de funcionamento, garantindo a segurança dos usuários e o bom andamento dos serviços realizados por estes equipamentos.

Os itens objeto deste Termo de Referência são constantemente danificados e sofrem desgastes com o passar do tempo, devido ao uso. Não sendo possível prever quando e qual a quantidade exata será utilizada, devendo tê-los a disposição para substituição sempre que necessário.

2.2- JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATORIO: a solicitação de novo processo licitatório se dá devido que no ultimo, esses itens deram fracassados.

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E QUANTIDADES









3.1 - Os itens os quais serão registrados os preços são:

ITEM	QTD	UN	CÓDIGO PMCV	DESCRIÇÃO
21	20	UN	8664	PNEU RADIAL PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETRO ESCAVADEIRA, REFERÊNCIA 12.5/80 R18, NÃO REMOLDADO, NÃO REMANUFATURADO
27	80	UN	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERÊNCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NÃO REMOLDADO, NÃO REMANUFATURADO
34	50	UN	8676	PNEU RADIAL, REFERÊNCIA 175/70 ARO 13 NÃO REMOLDADO, NÃO REMANUFATURADO
44	4	UN	19056	PNEU CONVENCIONAL, REFERÊNCIA 23.1 X 26,R3 14 LONAS, PARA TRAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR, NÃO REMOLDADO, NÃO REMANUFATURADO
47	10	UN	10926	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERÊNCIA 900, R20, 16 LONAS, NÃO REMOLDADO, NÃO REMANUFATURADO

4 - DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 4.1 Os produtos, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento pela Detentora.
- 4.2 O registro de preços poderá ser utilizado pelas secretarias, entidades e departamentos da administração pública municipal, localizados no perímetro urbano do Município, devendo os produtos serem entregues na Sede destes locais, conforme será indicado na Autorização de Fornecimento.
- 4.3 Os produtos deverão ser entregues, conforme descrição do item ganho, correndo por conta da proponente vencedora as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 4.4 A Detentora deverá apresentar para aprovação no Município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. Ao Município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, as quais somente serão validas para esta licitação.









- 4.5 O recebimento dos produtos passara por análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações contidas neste Termo de Referência, para a Aceitação Definitiva.
- 4.6 O objeto desta licitação terá seu preço registrado pelo prazo de 12 (doze) meses. <u>As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando o município a contratálas.</u>
- 4.7 A empresa vencedora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observado os limites máximos estimados.

5 - GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.1 Após ser declarada vencedora, a empresa deverá apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, como condição para celebração da ata de registro de preços e como forma de comprovação de garantia os seguintes documentos:
 - 5.1.1 Certificado do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados.
 - 5.1.2 Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos, voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente, a biota e o desenvolvimento sustentável.
 - 5.1.3 Apresentar informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto, privilegiando o direito à informação no processo licitatório.
 - 5.1.4 Prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega dos pneus, mediante apresentação de declaração de ciência.
 - 5.1.5 Prazo de garantia de 5 (cinco anos), mediante apresentação de documento pertinente, assegurando conforto, estabilidade e segurança à administração.









- 5.1.6 A não apresentação dos documentos acima acarretará na desclassificação da proposta da empresa classificada em primeiro lugar e a convocação da segunda classificada para apresentação da documentação solicitada.
- 5.2 É facultado ao Pregoeiro ou ao Prefeito Municipal a solicitação de amostras às licitantes(s) declarada(s) vencedora(s), referente aos itens do objeto desta licitação, para facilitar a análise dos produtos ofertados e verificar as características se estão compatíveis com as exigidas neste Termo de Referência, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.
- 5.3 Caso sejam solicitadas amostras e estas não forem aprovadas pela unidade requisitante do material (setor responsável pela análise), será desclassificada a proposta da empresa vencedora, passando a segunda classificada do item. Após a análise da amostra, a empresa deverá retirar a mesma na sede do município de Coronel Vivida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 5.4 Não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou quaisquer de natureza semelhante. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso/ primeira vida, Originais de Fábrica e de Primeira Linha, confeccionados em Material de Alta Resistência.
- 5.5 Os pneus deverão ter garantia de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, comprovada por laudo técnico do fabricante. Caberá a Detentora, assim que for acionada pela Contratante, fazer a substituição imediata do pneu que apresente esse tipo de problema. A licitante não poderá se eximir dessa responsabilidade sob alegação de que o pedido de troca é atribuição do fabricante do pneu ofertado.
- 5.6 Ao Município reserva-se ainda o direito de recusar todo e qualquer produto que não atender as especificações contidas no presente Termo de Referência, ou que seja considerado inadequado pelo Município.
- 5.7 No caso de apresentarem defeitos e, consequentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega.
- 5.8 O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada.

Adenilson Adao Menegussi Assessor de Planejamento Respondendo pelo SEMOV







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

MATRIZ		INSCRIÇÃO E DE SI ADASTRAL	TUAÇÃO	13/05/1997	
NOME EMPRESARIAL FABI RECAPAGENS I	DE PNEUS LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIMEN	NTO (NOME DE FANTASIA)				PORTE DEMAIS
	ATIMDADE ECONÔMICA PRINCIPAL o por atacado de pneumáticos e câ	maras-de-ar			
45.20-0-06 - Serviços 45.30-7-01 - Comércio 45.30-7-03 - Comércio 45.30-7-05 - Comércio 49.30-2-02 - Transpor internacional	de pneumáticos usados de borracharia para veículos autor o por atacado de peças e acessórios no o a varejo de peças e acessórios no o a varejo de pneumáticos e câmar te rodoviário de carga, exceto proc	os novos para veículos au ovos para veículos autom as-de-ar	otores	nicipal, interest	adual e
206-2 - Sociedade Em					
LOGRADOURO	npresária Limitada	0.0000000000000000000000000000000000000	OMPLEMENTO ALA B		
206-2 - Sociedade Em LOGRADOURO R JORGE ALVES RIB CEP 85.055-040	npresária Limitada	0.0000000000000000000000000000000000000			UF PR
LOGRADOURO R JORGE ALVES RIB	BAIRRO/DISTRITO IMOVEL MORRO ALTO	MUNICIPIO S			C. C. C. C.
LOGRADOURO R JORGE ALVES RIB CEP 85.055-040 ENDEREÇO ELETRÔNICO GICELI@MICHELC.C	BAIRRO/DISTRITO IMOVEL MORRO ALTO OM.BR	MUNICIPIO GUARAPUAVA			C. C. C. C.
LOGRADOURO R JORGE ALVES RIB CEP 85.055-040 ENDEREÇO ELETRÔNICO	BAIRRO/DISTRITO IMOVEL MORRO ALTO OM.BR	MUNICIPIO GUARAPUAVA	ALA B	TA DA SITUAÇÃO CAD 109/2002	PR
LOGRADOURO R JORGE ALVES RIB CEP 85.055-040 ENDEREÇO ELETRÔNICO GICELI@MICHELC.CO ENTE FEDERATIVO RESPON ******	BAIRRO/DISTRITO IMOVEL MORRO ALTO OM.BR ISÁVEL (EFR)	MUNICIPIO GUARAPUAVA	ALA B		PR

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 25/05/2020 às 10:30:49 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

01.846.805/0001-13

NOME EMPRESARIAL:

FABI RECAPAGENS DE PNEUS LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$242.000,00 (Duzentos e quarenta e dois mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

FABIO LUIS SZYCHTA

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

ALBINO SZYCHTA

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB. Emitido no dia 25/05/2020 às 10:31 (data e hora de Brasilia).

Orçamento

licitacao pneus e recapagens licitapneuserecapes@gmail.com> Seg, 18/05/2020 11:16

Para: comprascvv@outlook.com <comprascvv@outlook.com>

1 anexos (155 KB)

Orçamento - 18-05-2020 - CVV.pdf;

em anexo,





ORÇAMENTO DE PNEUS

LOTE	M	QTD	N	cón.		VL UNIT TOTAL	OTAL
-	21	20	N ₂	8664	UN 8664 REFERENCIA 12.5/80 R18, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	1.200,00	24.000,00
-	27	80	N N	6998	UN 8669 REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	1.650,00 132.000,00	132.000,00
-	34	50	3	9298	UN 8676 REMANUFATURADO NAFERENCIA 175/70 ARO 13 NAO REMOLDADO, NAO	225,00	11.250,00
-	44	4	S	9021	UN 9021 PNEU CONVENCIONAL, REFERENCIA 23.1 X 26, 16 LONAS, PARA TRACAO DE ROLO COMPACTADOR, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	4.420,00	17.680,00
П	47	10	N ₂	10926	UN 10926 REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	1.400,00 14.000,00	14.000,00

local e data

Ass:

Razão social: FABI RECAPAGENS DE PNEUS LTDA

CNPJ: 01.846.805/0001-13

Telefor 42 3624-2244

endere RUA JORGE ALVES RIBEIRO 1750, CONRADINHO

e-mail: licitamourao@bol.com.br

DADOS PARA PAGAMENTO

Conta Corren 60.803-3

Agência nº: 0299-2

85055-040 GUARAPUAVA-PR

RUA JORGE ALVES RIBÉIRO. BA:RRO CONRADINHO

101 846 805/10001-13

FABI RECAPAGENS DE PRETIS

Banco: 1-BANCO DO BRASIL

POR FAVOR SELECIONAR A OPÇÃO ABAIXO QUE SUA EMPRESA SE ENQUADRA.

() MICROEMPRESA



) EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

() EIRELI (EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA)

) EI (EMPRESARIO INDIVIDUAL)

) LUCRO REAL

) LUCRO PRESUMIDO

FABI RECAPAGENS DE PREUS LTDA. LTDA. TERREIRO, 1750 RUA JORGE ALVE PRIBEIRO, 1750 BAIRRO CONRADINHO BAIRRO CONRADINHO BAIRRO CONRADINHO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 81.478.513/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE	DE INSCRIÇÃO E D CADASTRAL	E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 23/08/1989
NOME EMPRESARIAL SULREAL COMERCIO	D DE PNEUS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMEN SUL PNEUS	NTO (NOME DE FANTASIA)			PORTE DEMAIS
	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL de pneumáticos usados			
45.30-7-02 - Comércio	ATIMDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIO o por atacado de pneumáticos o a varejo de pneumáticos e câ	e câmaras-de-ar		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAN 206-2 - Sociedade En				
LOGRADOURO V LATERAL DORICO	TARTARI	NÚMERO 5830	COMPLEMENTO	
CEP 85.503-310	BAIRRO/DISTRITO FRARON	MUNICÍPIO PATO BRAI	NCO	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (46) 3225-3	200	
ENTE FEDERATIVO RESPON	ISÁVEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				NTA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 0/10/2004
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADA	ASTRAL			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/05/2020 às 09:17:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

81.478.513/0001-04

NOME EMPRESARIAL:

SULREAL COMERCIO DE PNEUS LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$690.000,00 (Seiscentos e noventa mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

IVANOR SUTILI

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

RODRIGO ANDRE ROTTA

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

JANETE SALMORIA

Qualificação:

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB. Emitido no dia 26/05/2020 às 09:17 (data e hora de Brasilia).

RES: pneus

faturamento@sulpneuspb.com.br < faturamento@sulpneuspb.com.br>
Seg, 25/05/2020 14:37

Para: 'DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA' <comprascvv@outlook.com>

1 anexos (245 KB)
ORÇAMENTO - CORONEL VIVIDA.pdf;

Boa tarde

Segue anexo

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO

ANDRÉ MARTIGNONI SULREAL COMERCIO DE PNEUS LTDA TEL: 46 3225 3200 PATO BRANCO - PR



REGISTRO INMETRO № 000226/2018



De: DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA <comprascvv@outlook.com>

Enviada em: segunda-feira, 25 de maio de 2020 10:36

Para: faturamento@sulpneuspb.com.br

Assunto: pneus

Por favor, conferir todas as especificações e comunicar possíveis correções, antes que o processo seja encaminhado para a licitação e publicado o edital para evitar atrasos no mesmo.

***POR FAVOR, CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTE E-MAIL E O INTERESSE EM NOS FORNECER O ORÇAMENTO.

Por favor preencher os dados abaixo:

Razão social:

CNPJ:

Endereço:





ORCAMENTO DE PNEUS

LOTE	ITEM	QTD	5	LOTE ITEM QTD UN CÓD.	DESCRIÇÃO	VL UNIT TOTAL	TOTAL
_	21	20	<u>Z</u>	UN 8664	AL PARA TRACAO DIANTEIRA DE RETRO ESCAVADEIRA. 12.5/80 R18, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	545.1	31.500.00
	27	80	<u> 5</u>	6998 NO	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	(Jo.8-1)	0.080 pt/
_	34	20	_5_	NN 8676	PNEU RADIAL, REFERENCIA 175/70 ARO 13 NAO REMOLDADO, NAO 210	210	10.584.B
-	4	4	<u>S</u>	UN 9021	PNEU CONVENCIONAL, REFERENCIA 23.1 X 26, 16 LONAS, PARA TRACAO DE 7860 $31.440.0$ 3 ROLO COMPACTADOR, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	7.860	31.440.00
	47	10	3	UN 10926	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 900, R20, 16 LONAS, NAO 1.625 16.250.00	1.625	16.250.0D
			DOUGLAND SON				

local e data PATO BRANCO PIR - 25/05/2020

Razão social: 502 PRAL CON DR 745 LT CNPJ: 8/47 85/3/0001.04
Telefone: 46 3225 3200 endereço

VIA LATORAL DORICO TARTARI Nº 5830 FATURAMENTO SUL PNEUS PB. COM e-mail:

DADOS PARA PAGAMENTO Conta Corrente:

181.478.513/0001-04

SUL REAL COM. DE PNEUS VIALAPERAL BRA SPRICO TAF

> Agência nº: Banco:

POR FAVOR SELECIONAR A OPÇÃO ABAIXO QUE SUA EMPRESA SE ENQUADRA.

-) MICROEMPRESA
-) EMPRESA DE PEQUENO PORTE

图

PATO BRANCO

-) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
-) EIRELI (EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA)
 -) EI (EMPRESARIO INDIVIDUAL.)
 - LUCRO REAL
-) LUCRO PRESUMIDO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

FIS OF PROPERTY OF THE PROPERT

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.493.402/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE	DE INSCRIÇÃO E D CADASTRAL	E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 08/07/2005
NOME EMPRESARIAL SIMAO CIRINEU AQ	SENEN & CIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIME SIMAO PNEUS & SE	NTO (NOME DE FANTASIA)			PORTE ME
	ATIMDADE ECONÔMICA PRINCIPAL io a varejo de pneumáticos e ca	âmaras-de-ar		
22.12-9-00 - Reforma 45.20-0-01 - Serviços 45.20-0-04 - Serviços	S ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRI a de pneumáticos usados s de manutenção e reparação n s de alinhamento e balanceame	necânica de veículos au		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 206-2 - Sociedade E				
LOGRADOURO R VICENTE MACHA	DO	NÚMERO 2212	COMPLEMENTO	
CEP 85.010-260	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO GUARAPU	AVA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPO	NSÁVEL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				NTA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 3/07/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CAD	DASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL				ATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/05/2020 às 09:30:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

07.493.402/0001-14

NOME EMPRESARIAL:

SIMAO CIRINEU AQSENEN & CIA LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$200.000,00 (Duzentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

SIMAO CIRINEU AQSENEN

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

OAMIS PAULO AQSENEN

Qualificação:

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB. Emitido no dia 26/05/2020 às 09:31 (data e hora de Brasília).

Orçmento

Simao <guarapuava@simaopneus.com.br>

Seg, 25/05/2020 14:03

Para: 'DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA' <comprascvv@outlook.com>

1 anexos (451 KB) COR VIV.pdf;

Olá, boa tarde

Estou reenviando, pois já mandei esse orçamento dia 15/05.

*FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Att.



SIMÃO CIRINEU AQSENEN

+55 (42) 99132-6363 (42) 3622-6363 guarapuava@simaopneus.com.br www.simaopneus.com.br Rua Vicente Machado, 2188, Centro Guarapuava, Paraná, Brasil, CEP 85010-260



Nossa empresa se preocupa com a preservação do Meio Ambinete. Só imprima se for realmente necessário.



ORCAMENTO DE PNETIS

					ORCAMENIO DE PNEUS				
3 #	ITEM	ОТО	N.	cón.	DESCRIÇÃO	VL UNIT		TOTAL	
-	21	20	N ₂	8664	PNEU RADIAL PARA TRACAO DIANTEIRA DE RETRO ESCAVADEIRA, REFERENCIA 12.5/80 R18, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	R\$ 4.000,000 R\$	00,00		80.000,00
	77	80	N _S	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	R\$ 1.80	1.800,00 RS	1	144.000,00
-	34	50	UN	8676	PNEU RADIAL, REFERENCIA 175/70 ARO 13 NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	R\$ 25	250,00 R\$		12.500,00
	44	4	N	9021	PNEU CONVENCIONAL, REFERENCIA 23.1 X 26, 16 LONAS, PARA TRACAO DE ROLO COMPACTADOR, NAO REMOLDADO, R\$ NAO REMANUFATURADO	1	6.000,000	RS	24.000,00
	47	10	<u>N</u>	10926	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 900, R20, 16 LONAS, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	R\$ 1.690,00 R\$	00,00		16.900,00

Guarapuava, 15 de maio de 2020.

SIMAO CIRINEL AÓSENEN E CIA LIDA

Razão social:

endereço Telefone: CNPJ.

e-mail:

07.493.40Z/000/-14

42-3622-6363

Rua Vicente Machado 2212 - centro - Guarapuava-Pr.

DADOS PARA PAGAMENTO

47476-2 Conta Corrente:

Agência nº:

BRASIL Banco:

5795-9

POR FAVOR SELECIONAR A OPÇÃO ABAIXO QUE SUA EMPRESA SE ENQUADRA.

() MICROEMPRESA

- (X) EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
- () EIRELI (EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA)

107 493 402/0001-14

SIMÃO CIRINEU AQSENEN 8 CIA LIDA

RUA VICENTE MACHADO, 2212 - CENTRO CEP 85010-260 GUARAPUAVA - PR

Painel de **Preços**

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MEDIANA

R\$ 1.267,27

R\$ 1.333,54

R\$ 1.140 MENOR

FILTROS APLICADOS

Descrição Complementar Ano da Compra

2019, 2020

8 of 609286

Quantidade total de registros: 4 Registros apresentados: 1 a 4

	0	6		(°, I
Data da Compra	27/02/2020	27/02/2020	26/11/2019	28/05/2019
UASG	982381 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU	982381 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU	160106 - 2 BATALHAO FERROVIÁRIO	168004 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FPV/
Órgão	ESTADO DE PERNAMBUCO	ESTADO DE PERNAMBUCO	COMANDO DO EXERCITO	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL
Fornecedor	ZEUS COMERCIAL EIRELI	R\$1.197,00 CV TYRES EIRELI PERNAMBUC	ENGEMAQ COMPONENTES PARA TRATORES LTDA	ATAIAS SERVICOS E AUTO PECAS LTDA
Valor Unitário	ZEUS R\$1.140.00 COMERCIAL EIRELI	R\$1.197,00	R\$1.337,54	R\$1.659,62
Quantidade Ofertada	12	36	80	(0)
Unidade de Quantidade Fornecimento Ofertada	UNIDADE	UNIDADE	UNIDADE	UNIDADE
Descrição do Item Descrição Complementar	PNEUS PARA MÁQUINA RETRO ESCAVADEIRA DIANTEIRO 12.5/80-18 C/ CÂMARA DE AR	PNEUS PARA MÁQUINA RETRO ESCAVADEIRA DIANTEIRO 12.5/80-18 C/ CÁMARA DE AR	PNEU 12.5/80-18 APLICAÇÃO EM RETRO- ESCAVADEIRA	PNEU 12.5/80-18 COM CÂMARA DIANTEIRO - TRATOR/ RETRO (10 LONAS). SIMILAR A MA RCA LONAS, SIMILAR A MA RCA FIRESTONE, E OUTRAS ESPECIFICAÇÕES DO SUBITEM 1.4 DESTE TERMO DE REFERÊNCI A.
Descrição do Item	PNEU VEÍCULO TERRAPLENAGEM	PNEU VEÍCULO TERRAPLENAGEM	PNEU VEÍCULO TERRAPLENAGEM	COMPONENTES DIVERSOS PARA VEICULOS
Código do CATMAT	36773	36773	36773	192590
Modalidade	Pregão	Pregão	Pregão	Pregão
Número do Item		10000	00062	00016
Identificação Número Modalidade da Compra do Item	00065/2019 00012	00065/2019	00037/2019	00016/2019

Relatório gerado dia: 26/05/2020 às 09:53 Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

SELETURA MUNICIPALITA



Painel de **Preços**

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MEDIANA

R\$ 1.446,12

FILTROS APLICADOS

Descrição Complementar

PNEU NOVO 275/80 R 22.5 BORRACHUDO RADIAL\, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E GARAN TIA MÍNIMA DE 05 (CINCO) ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO 2019, 2020

R\$ 1,379,94 R\$ 1,446,12 Ano da Compra

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 1 a 0

Identificação Compra

Descrição Unidade de Quantidade Valor Forne Complementar Fornecimento Ofertada Unitário Forne	o do Descrição Unidade de Quantidade Valor Forn	o Descrição do Descrição Unidade de Quantidade Valor Forne Item Complementar Fornecimento Ofertada Unitário Forne	o Descrição do Descrição Unidade de Quantidade Valor Forne Item Complementar Fornecimento Ofertada Unitário Forne
Descrição Unidade de Quantidade Complementar Fornecimento Ofertada L	o do Descrição Unidade de Quantidad Complementar Fornecimento Ofertada	o Descrição do Descrição Unidade de Quantidad Item Complementar Fornecimento Ofertada	o Descrição do Descrição Unidade de Quantidad Item Complementar Fornecimento Ofertada
Descrição Unidade de Complementar Fornecimento	Descrição do Descrição Unidade de Item Complementar Fornecimento	o Desc	o Desc
Descrição Complementar	Descrição do Descrição Item Complementar	o Desc	o Desc
	Descrição do Item	Código do Descrição do CATMAT Item	o Desc





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MÉDIA

MEDIANA

MENOR

R\$ 159,99

R\$ 159,99

R\$ 159,99

FILTROS APLICADOS

Descrição Complementar

Nome do Material (PDM)

Ano da Compra

PNEU RADIAL 175/70 R13\, PRIMEIRA LINHA PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO 2019, 2020

Quantidade total de registros: 1 Registros apresentados: 1 a 1

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00032/2019	00001	Pregão	31291	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO	PNEU RADIAL 175/70 R13, PRIMEIRA LINHA	UNIDADE	40	R\$159.99	BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	925282 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS	25/10/2019

ORÇAMENTO - PNEUS - URGENTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA <comprascvv@outlook.com>

Sex, 15/05/2020 14:35

Para: DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA <comprascvv@outlook.com>

Cco: licitacao@modelopneus.com.br licitacao@modelopneus.com.br>; faturamento@sulpneuspb.com.br <faturamento@sulpneuspb.com.br>; merigopneus@gmail.com <merigopneus@gmail.com>; fabiojfpneus@hotmail.com <fabiojfpneus@hotmail.com>; machadinho@wln.com.br <machadinho@wln.com.br>; ppneus@ppneus.com.br <ppre>centraldecredito@redepneuforte.com.br <centraldecredito@redepneus.com.br>; MOURAO PNEUS <mouraopneus@bol.com.br>; autocenter46@hotmail.com <autocenter46@hotmail.com>; Joacaba Pneus -Francisco Beltrão <franciscobeltrao@joacabapneus.com.br>; m1autocenter@hotmail.com <m1autocenter@hotmail.com>; borrachariacarretao@hotmail.com <emerson_rufato@hotmail.com>; borrachariacarretao@hotmail.com>; copalpneus@yahoo.com.br <copalpneus@yahoo.com.br>; buricaveiculos@gmail.com
buricaveiculos@gmail.com
| lukauto@hotmail.com lukauto@hotmail.com <simaopneus@outlook.com>; fiscal.zeusdobrasil@gmail.com <fiscal.zeusdobrasil@gmail.com

1 anexos (12 KB)
ORÇAMENTO.xlsx;

Boa tarde,

Solicito orçamento de pneus conforme descrito em anexo. Peço seu auxilio a fim de fornecer orçamento com a maior brevidade possível. Obrigada, Aline

Por favor, conferir todas as especificações e comunicar possíveis correções, antes que o processo seja encaminhado para a licitação e publicado o edital para evitar atrasos no mesmo.

***POR FAVOR, CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTE E-MAIL E O INTERESSE EM NOS FORNECER O ORÇAMENTO.

Por favor preencher os dados abaixo:

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

e-mail:

DADOS PARA O PAGAMENTO

Conta Corrente:

Agência nº:

Banco:

pneus

DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA < comprascvv@outlook.com>

Seg, 25/05/2020 10:36

Para: faturamento@sulpneuspb.com.br <faturamento@sulpneuspb.com.br>

1 anexos (12 KB)
 ORÇAMENTO.xlsx;

Por favor, conferir todas as especificações e comunicar possíveis correções, antes que o processo seja encaminhado para a licitação e publicado o edital para evitar atrasos no mesmo.

***POR FAVOR, CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTE E-MAIL E O INTERESSE EM NOS FORNECER O ORCAMENTO.

Por favor preencher os dados abaixo:

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

e-mail:

DADOS PARA O PAGAMENTO

Conta Corrente:

Agência nº:

Banco:

OBS: Conta em nome da empresa.

Att.

Departamento de Compras Prefeitura Municipal de Coronel Vivida-PR

CNPJ: 76.995.455/0001-56 Praça Ângelo Mezzomo, Centro

CEP: 85.550-000

Fone (46) 3232-8300 / 3232-8318 / (46) 9 9136-5781

pneus



Seg, 25/05/2020 10:43

Para: jfpneusxxe@gmail.com <jfpneusxxe@gmail.com>

Encaminho solicitação de orçamento.

Por favor, conferir todas as especificações e comunicar possíveis correções, antes que o processo seja encaminhado para a licitação e publicado o edital para evitar atrasos no mesmo.

***POR FAVOR, CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTE E-MAIL E O INTERESSE EM NOS FORNECER O ORÇAMENTO.

Por favor preencher os dados abaixo:

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

e-mail:

DADOS PARA O PAGAMENTO

Conta Corrente:

Agência nº:

Banco:

OBS: Conta em nome da empresa.

Att.

Departamento de Compras Prefeitura Municipal de Coronel Vivida-PR

CNPJ: 76.995.455/0001-56 Praça Ângelo Mezzomo, Centro

CEP: 85.550-000

Fone (46) 3232-8300 / 3232-8318 / (46) 9 9136-5781

pneus - A/C Evandro

DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA <comprascvv@outlook.com>

Seg, 25/05/2020 11:02

Para: ppneus@ppneus.com <ppneus@ppneus.com>

1 anexos (12 KB)
ORÇAMENTO.xlsx;

Encaminho solicitação de orçamento.

Por favor, conferir todas as especificações e comunicar possíveis correções, antes que o processo seja encaminhado para a licitação e publicado o edital para evitar atrasos no mesmo.

***POR FAVOR, CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTE E-MAIL E O INTERESSE EM NOS FORNECER O ORÇAMENTO.

Por favor preencher os dados abaixo:

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

e-mail:

DADOS PARA O PAGAMENTO

Conta Corrente:

Agência nº:

Banco:

OBS: Conta em nome da empresa.

Att.

Departamento de Compras Prefeitura Municipal de Coronel Vivida-PR

CNPJ: 76.995.455/0001-56 Praça Ângelo Mezzomo, Centro

CEP: 85.550-000

pneus - A/C Evandro

DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA < comprascvv@outlook.com

Seg, 25/05/2020 11:32

Para: lukauto@hotmail.com <lukauto@hotmail.com>

1 anexos (12 KB) ORÇAMENTO.xlsx;

Encaminho solicitação de orçamento.

Por favor, conferir todas as especificações e comunicar possíveis correções, antes que o processo seja encaminhado para a licitação e publicado o edital para evitar atrasos no mesmo.

***POR FAVOR, CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTE E-MAIL E O INTERESSE EM NOS FORNECER O ORÇAMENTO.

Por favor preencher os dados abaixo:

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

e-mail:

DADOS PARA O PAGAMENTO

Conta Corrente:

Agência nº:

Banco:

OBS: Conta em nome da empresa.

Att.

Departamento de Compras Prefeitura Municipal de Coronel Vivida-PR CNPJ: 76.995.455/0001-56 Praça Ângelo Mezzomo, Centro

Re: ORÇAMENTO - PNEUS - URGENTE



Joacaba Pneus - Francisco Beltrão <franciscobeltrao@joacabapneus.com.br>
Seg, 25/05/2020 11:48

Para: DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA <comprascvv@outlook.com>

Infelizmente no momento não fizemos mais cotação por não estar mais participando de licitações.

Att.

Em sex., 15 de mai. de 2020 às 14:35, DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA < comprascvv@outlook.com > escreveu:

Boa tarde,

Solicito orçamento de pneus conforme descrito em anexo.

Peço seu auxilio a fim de fornecer orçamento com a maior brevidade possível.

Obrigada,

Aline

Por favor, conferir todas as especificações e comunicar possíveis correções, antes que o processo seja encaminhado para a licitação e publicado o edital para evitar atrasos no mesmo.

***POR FAVOR, CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTE E-MAIL E O INTERESSE EM NOS FORNECER O ORÇAMENTO.

D	£		L		ممامم	abaix	
Por	ravor	preenc	ner	OS	aaaos	apaix	o.

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

e-mail:

DADOS PARA O PAGAMENTO

Conta Corrente:

Agência nº:

Banco:

OBS: Conta em nome da empresa.

Att.

RE: pneus - A/C Evandro

Lukauto Auto Peças < lukauto@hotmail.com>

Seg, 25/05/2020 11:35

Para: DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA <comprascvv@outlook.com>

Bom dia

No momento nao estamos realizando orçamento por falta de pessoal

Atenciosamente,

Lukauto Comércio de Pneumáticos e Peças Ltda.

Cnpj n° 13.545.473/0001-16 Fone: (41) 3076-7210 / 7209

Fax: (41) 3076-7211

Celular/Whatsapp: (41) 9 9674-2013

Sr. Thiago Louro

INFORMATIVO

Informamos que o Escritório e o Deposito da empresa Lukauto se encontra na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 7779 - Boqueirão - Curitiba-PR, qualquer dúvida entrar em contato nos Telefones cima.

De: DEPARTAMENTO DE COMPRAS CORONEL VIVIDA <comprascvv@outlook.com>

Enviado: segunda-feira, 25 de maio de 2020 11:32 Para: lukauto@hotmail.com <lukauto@hotmail.com>

Assunto: pneus - A/C Evandro

Encaminho solicitação de orçamento.

Por favor, conferir todas as especificações e comunicar possíveis correções, antes que o processo seja encaminhado para a licitação e publicado o edital para evitar atrasos no mesmo.

***POR FAVOR, CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTE E-MAIL E O INTERESSE EM NOS FORNECER O ORÇAMENTO.

Por favor preencher os dados abaixo:

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

e-mail:



CONTATO COM FORNECEDOR

Fornecedor: MODELO PNEUS	EUS	
Telefone: (54)3455-6500	E-mail enviado em: 15/5/2020	
E-mail: licitacao@modelopneus.com.br	pneus.com.br	
Ligado em: 25/05/2020	Falado com: Michelle	
Responstar não tem previsão de reformo	o de retorno	

Fornecedor: SUL PNEUS	
Telefone: 3225 3200	E-mail enviado em: 15/5/2020
E-mail: faturamento@sulpneuspb.com.br	neuspb.com.br
Ligado em: 25/05/2020	Falado com: Mariana - Andre
Resposta: solicitou reenvio	0
Resposta: recebido	

Fornecedor: MERIGO PNEUS	US
Telefone: (49)3344-3137	E-mail enviado em: 15/5/2020
E-mail: merigopneus@gmail.com	ail.com
Ligado em: 25/05/2020 Falado com: Ligia	Falado com: Ligia
Resposta: informou que a	Resposta: informou que atendem somente a recapagem

Fornecedor: JF PNEUS		
Telefone: (49)3441-5800	E-mail enviado em: 15/5/2020	
E-mail: fabioifpneus@hotr	E-mail: fabiojfpneus@hotmail.com; jfpneusxxe@gmail.com	
Ligado em: 25/05/2020 Falado com: Camila	Falado com: Camila	
Resposta: solicitou reenvi	Resposta: solicitou reenvio no e-mail ifoneusxxe@amail.com	

Fornecedor: Machadinho	
Telefone: 3536-1445	E-mail enviado em: 15/5/2020
E-mail: machadinho@wln.com.br	.com.br
Ligado em: 25/05/2020	Falado com: Lilian
Resposta: informou que informação por e-mail	Resposta: informou que não atendem ao objeto. Solicitei a informação por e-mail

l	
l	ري -
ı	
١	Щ
ı	4
l	Ω
١	DDNE
l	
l	C
١	τ
١	á
	a
	5
	C
	Fornacedor
1	

elefone: 3220-4050	E-mail enviado em: 15/5/2020
-mail: ppneus@ppneus.com	mc
igado em: 25/05/2020	Falado com: Joce - Evandro
Resposta: solicitou reenvio	

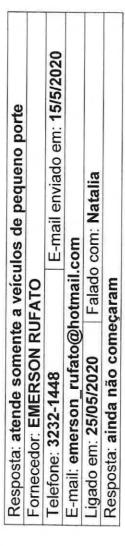
Fornecedor: REDE PNEU FORTE	ORTE
Telefone: (42)3624-1727	E-mail enviado em: 15/5/2020
E-mail: centraldecredito@redepneuforte.com.br	edepneuforte.com.br
Ligado em: 25/05/2020 Falado com: Nilson	Falado com: Nilson
Resposta: não participam escrito.	Resposta: não participam de licitação. Solicitei a informação por escrito.

CORONEL	E-mail enviado em: 15/5/2020	il.com	Falado com: Brizola	veículos de pequeno porte	
Fornecedor: AUTO CENTER CORONEL	Telefone: 3232-4600	E-mail: autocenter46@hotmail.com	Ligado em: 25/05/2020 F	Resposta: atende somente a veículos de pequeno porte	

ornecedor: JOAÇABA PNEUS			
elefone: 3524-2060	E-mail enviado em: 15/5/2020	15/5/2020	1
-mail: franciscobeltrao@joacabapneus.com.br	abapneus.com.br	(.	1
igado em: 25/05/2020 Fa	Falado com: Adriana	FIS.	W.
Resposta: NEGATIVA RECEBIDA	DA	The same of the sa	
		× ×	

Fornecedor: M1 AUTO CENTER	NTER
Telefone: 3232-3262	E-mail enviado em: 15/5/2020
E-mail: m1autocenter@hotmail.com	otmail.com
igado em: 25/05/2020	Falado com: Jefe

CONTATO COM FORNECEDOR



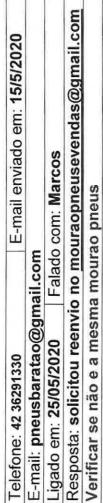
Fornecedor: BORRACHARIA CARRETAO	A CARRETAO
Telefone: 3232-2708	E-mail enviado em: 15/5/2020
E-mail: borrachariacarretao@hotmail.com	@hotmail.com
Ligado em: 25/05/2020	Falado com: Rafael - Claudio
Resposta: Deixei recado para Vagner	ıra Vagner

ornecedor: COPAL COMER	Fornecedor: COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA
Telefone: (54) 3344-1174	E-mail enviado em: 15/5/2020
E-mail: copalpneus@yahoo.com.br	o.com.br
Ligado em: 25/05/2020	Falado com: Valdir - Leonardo
Resposta: está fazendo	

Fornecedor: LUKAUTO - COMERCIO DE PNEUMATICOS E PECAS
E-mail enviado em: 15/5/2020

Ligado em: 25/05/2020 Falado com: Lucas

Resposta: solicitou reenvio Resposta: NEGATIVA RECEBIDA Fornecedor: BARATAO PNEUS EIRELI



Fornecedor: OAMIS PNEUS II	Ornecedor: OAMIS PNEUS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Telefone: (42) 3622-6363	E-mail enviado em: 15/5/2020
mail: simaopneus@outlook.com	ook.com
igado em: 25/05/2020	Falado com: Tere - Roberto
Resposta: recebeu mas ainda não elaborou	nda não elaborou
Resposta: recebido	

ornecedor: ZEUS COMERCIAL EIRELI	EIRELI
elefone: (47) 9729-4607	E-mail enviado em: 15/5/2020
-mail: fiscal.zeusdobrasil@gmail.com	gmail.com
igado em: 25/05/2020 F	Falado com:
desposta: não consegui contato	tato





MAPA COMPARATIVO - PNEUS

					L				50711								
						MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2019 - ATAS RP N° 43 A 48 F TEPMO	CÍPIO DE EL VIVIDA - EGÃO ENCIAL N° ATAS RP N° F TERMO	FABI REC DE PNE	FABI RECAPAGENS DE PNEUS LTDA		SULREAL COMERCIO DE PNEUS LTDA		SIMAO CIRINEU AQSENEN & CIA LTDA	MINIST ECONOM DE P	MINISTÉRIO DA ECONOMIA - PAINEL DE PREÇOS	MÉ	MÉDIA
LOT	LOTE ITEM QTD UN	ΔŌ	NO C	cóp.	DESCRIÇÃO			VL UNIT TOTAL		VL UNIT	TOTAL	VL UNIT TOTAL	TOTAL	VL UNIT TOTAL		VL UNIT	TOTAL
-	21	70	N ₂	8664	PNEU RADIAL PARA TRACAO DIANTEIRA DE RETRO ESCAVADEIRA, REFERENCIA 12.5/80 R18, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO		î	1.200,00	24.000,00	1.575,00	31.500,00 4.000,00	4.000,00		80.000,00 1.267,27	25.345,40	2.010,57	40.211,40
-	27	08	5	6998	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO 1.179,00 REMANUFATURADO		94.320,00	1.650,00	132.000,00	1.800,00	1.800,00 144.000,00 1.800,00 144.000,00 1.446,12	1.800,00	144.000,00	1.446,12	115.689,60	1.575,02	126.001,60
_	34	20	5	9298	PNEU RADIAL, REFERENCIA 17570 ARO 13 NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	141,50 7.0	7.075,00	225,00	11.250,00	210,00	10.500,00	250,00	12.500,00	159,99	7.999,50	197,30	9.865,00
=	44	4	N ₅	9021	PNEU CONVENCIONAL, REFERENCIA 23.1 X 26, 16 LONAS, PARA TRACAO DE ROLO COMPACTADOR, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO		1	4.420,00	17.680,00	7.860,00	31.440,00 6.000,00	6.000,00	24 000,00		,	6.093,33	24.373,32
_	47	10	N ₅	10926	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 900, R20, 16 LONAS, NAO REMOLDADO, NAO 1.470,00 REMANUFATURADO		14.700,00	1.400,00	14.000,00	1.625,00	16.250,00 1.690,00	1.690,00	00'006'91			1.546,25	15.462,50
					TOTAL GERAL	116.0	116.095,00		198.930,00		233.690,00		277,400,00		149.034.50		215 913 82

Adotou-se a mèdia como valor de referência pois os objetos constaram como desertos no Pregão Eletrônico nº 33/2020, onde se alegou que os mesmos estavam estimados com valores abaixo dos práticados em mercado.

Coronel Vivida, 26 de maio de 2020.

Martin B.

artumento de Compras





REQUISIÇÃO DE COMPRAS Nº 266/2020

Coronel Vivida, 15 de maio de 2020

Para: CENTRAL DE COMPRAS

Assunto: Pedido de abertura de processo licitatório

1. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR NOVAS E PROTETORES NOVOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, conforme segue:

LOTE	ITEM	QTD	UN	COD	DESCRIÇÃO	UNIT	TOTAL
1	21	20	UN	8664	PNEU RADIAL PARA TRACAO DIANTEIRA DE RETRO	2.010,5	40.211,40
					ESCAVADEIRA, REFERENCIA 12.5/80 R18, NAO	7	
					REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO		
	27	80	UN	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R	1.575,0	126.001,60
					22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO	2	
					REMANUFATURADO		
1	34	50	UN	8676	PNEU RADIAL, REFERENCIA 175/70 ARO 13 NAO	197,30	9.865,00
					REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO		
1	44	4	UN	19056	PNEU CONVENCIONAL, REFERENCIA 23.1 X 26 - R3, 14	6.093,3	24.373,32
					LONAS, PARA TRACAO DE ROLO COMPACTADOR, NAO	3	
					REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO		
1	47	10	UN	10926	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 900, R20, 16	1.546,2	15.462,50
					LONAS, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	5	
TOTA	L GERAI	ESTIN	MADO				215,913,82

- 2. Condição de pagamento: De acordo com cronograma Físico / Financeiro .
- 3. Local de entrega: DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO
- 4. Prazo de execução:

5. Dotação orçamentária:

Orgao/ Unidad	Unidade								Categ	Fonte	Cod desp
0802	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO	0802	782	00	32	2	0	57	339030399900		1044

ADENILSON ADAO MENEGUSSI DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO

		Carimbo	
Contabilidade: Declaro a existência de dotação orçamentária supra descrita.	Jurídico: Conforme parecer em anexo, indico a realização do procedimento na modalidade:	Coordenação Geral Autorizo a abertura de procedimento licitatório na modalidade indicada.	Controle Interno: Ciente da elaboração do processo licitatório na modalidade e forma indicada.
Contabilidade	Responsável Jurídico	Coordenação Geral	Controle Interno
Ordenador das despesas:	United for an army delication and		

Ordenador das despesas





OFÍCIO Nº 372/2020

PROTOCOLO Nº 85/2020

DE: Frank Ariel Schiavini

Prefeito Municipal

PARA: Ademir Antonio Aziliero

Contabilista

Ademir Antonio Aziliero

Presidente da Comissão de Licitação

Pricila Gregolin Gugik

Advogada

DATA: 01.06.2020

Preliminarmente à autorização solicitada mediante ofício nº 34/2020, expedido pelo Sr. Adenilson Adão Menegussi, Assessor de Planejamento, solicitando o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos para a frota de veículos e máquinas de todos os setores da administração municipal, o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1. À indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer face à despesa;
- 2. À elaboração da minuta do processo de licitação e minuta da ata de registro de preços;
- 3. Ao exame e aprovação da modalidade e das minutas indicadas no item 2 acima.

Cordialmente,

Frank Ariel Schiavini Prefeito Municipal





OFÍCIO Nº 96/2020

PROTOCOLO Nº 85/2020

DE:

Ademir Antonio Aziliero

Contabilista

PARA:

Frank Ariel Schiavini

Prefeito Municipal

DATA: 08.06.2020

Informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes ao registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos para a frota de veículos e máquinas de todos os setores da administração municipal; na dotação orçamentária indicada:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento de despesa	Fonte de recursos	Código Reduzido
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.01	000	4677
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.02	000	4678
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.01	000	3988
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.02	000	4679

Declaramos para todos os fins que a contratação acima citada acontecerá de acordo com as necessidades do cada órgão/unidade requisitante e os recursos são próprios do município já previstos para este fim e não comprometerá a obrigatoriedade de aplicação mínima legal em saúde e educação.

Cordialmente,

Ademir Antônio Aziliero

Contabilista

CRC PR nº 25365/0-7





OFÍCIO Nº 100/2020

PROTOCOLO Nº 85/2020

DE:

Ademir Antonio Aziliero

Presidente da Comissão de Licitação

PARA:

Pricila Gregolin Gugik

Advogada

DATA: 08.06.2020

Com base no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, encaminhamos a Vossa Senhoria minuta do Edital de Licitação e anexos referente ao o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos para a frota de veículos e máquinas de todos os setores da administração municipal.

Cordialmente,

Ademir Antonio Aziliero

Presidente da CPL





MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI,
MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE – EPP PARA OS LOTES 01 A
05 E LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA
PARA O LOTE 06.

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2020 PROCESSO LICITATÓRIO № XX/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA.

DATA: XX/XX/2020

ABERTURA: XX/XX/2020





MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2020 PROCESSO LICITATÓRIO № XX/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP PARA OS LOTES 01 A 05 E LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 06.

1. PREÂMBULO

O Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.455/0001-56, sediado a Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Coronel Vivida - PR, através do seu PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ADEMIR ANTONIO AZILIERO, designado, pela Portaria nº 02 de 02 de janeiro de 2020, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito deste município, Sr. FRANK ARIEL SCHIAVINI, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA, do tipo menor preço, POR LOTE, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, para atender as necessidades dos diversos departamentos da administração municipal, conforme Termo de Referência, Especificações e Quantitativos, ANEXO I, deste edital, a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, conforme condições estabelecidas no presente Edital e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 18, de 20 de dezembro de 2007, Lei complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009 e legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: XX/XX/2020, a partir das XXhXXmin. TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: XX/XX/2020, às XXhXXmin. ABERTURA DAS PROPOSTAS: XX/XX/2020, após às XXhXXmin. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: XX/XX/2020, às XXhXXmin. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br. - "Acesso Identificado"

1.3. A apresentação da proposta leva a participante a aceitar e acatar todas as normas contidas no presente Edital.

I - DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA,", conforme Termo de Referência, Especificações e Quantitativos, Anexo I, deste edital.
- 1.2. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses.

II - DA ESCOLHA DO REGISTRO DE PREÇOS E DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

2.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.





- 2.2. Nesta licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os fornecedores manterão seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis em caso de necessidade por parte do **Município de Coronel Vivida**, que efetuará aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.
- 2.3. As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação dos produtos e consequentemente do seu pagamento.
- 2.4. A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.
- 2.5. A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para os produtos pretendidos, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.
- 2.6. As quantidades foram baseadas no pedido do Departamento de Administração o qual é responsável pela demanda dos produtos necessários.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Banco do Brasil.
- 3.2. Poderão participar deste Pregão:
- 3.2.1. Quaisquer empresas interessadas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.
- 3.2.2. **Não poderão participar dos lotes 01 a 05**, as empresas que não se enquadrem como MEI, ME ou EPP, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou que, nessa condição, estejam inclusas em alguma das excludentes hipóteses do parágrafo 4º da mencionada Lei Complementar.
- 3.3. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste Edital, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 3.4. Não poderão participar direta ou indiretamente deste Pregão:
 - a) Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 16 da lei estadual paranaense n.º 15.608/2007;
 - b) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
 - c) Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA PR, conforme inciso III do artigo 150 da Lei Estadual Paranaense n.º 15.608/2007;





d) Empresas punidas com a sanção prevista no item anterior, durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual Paranaense nº 15.608/2007;

e) Empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná conforme Lei Federal n.º 10.520/02, artigo 7º;

- f) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, Direta e Indireta com fulcro no inciso IV do artigo 150 da Lei Estadual Paranaense n.º 15.608/07 ou no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- g) Empresa que se encontre sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial;

h) Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;

i) Para as empresas que não sejam microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definição do art. 3º e parágrafos da Lei Complementar n.º 123/06;

j) Após receber a documentação de habilitação das licitantes vencedoras, a equipe de apoio fará consulta por meio eletrônico junto ao sítio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e ao sítio www.portaldatransparencia.gov.br/ceis, verificando se a mesma foi declarada inidônea por algum ente público, caso seja comprovado tal ato, a mesma estará impossibilitada de licitar ou contratar com a Administração Pública, e havendo necessidade, será juntada cópia do processo administrativo do ente público que declarou a licitante inidônea junto ao processo em epígrafe;

k) Aquelas que tenham incompatibilidade negocial com o município, nos termos da Constituição Federal e da Lei Federal nº 8.666/93, bem como conforme interpretação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

3.5. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 4.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser enviado, por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na sede do Município de Coronel Vivida ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br, ou ainda, através do site www.licitacoes-e.com.br, até 3 (três) dias úteis anterior à data fixada no preâmbulo.
 - 4.1.1. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de esclarecimentos verbais quanto ao Edital.
- 4.2. Conforme previsto no art. 18 do Decreto 5.450/05, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na Comissão Permanente de Licitação do Município de Coronel Vivida PR, sito à Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, Centro, Coronel Vivida PR, em dias úteis, ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br, ou ainda, por meio eletrônico, através do sítio www.licitacoes-e.com.br, no prazo mencionado.
- 4.3. Caberá ao Presidente da Comissão de Licitação decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas), conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto nº 3.555/2000.
- 4.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 4.5. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.





5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.licitacoes-e.com.br.
- 5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 5.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Coronel Vivida PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.6. Para o lote 06: quando da participação das microempresas e empresa de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos no art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

6. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

- 6.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.2. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preço exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até às XXhXXmin do dia XX de XXXX de 2020 (Horário de Brasília).
- 6.4. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 6.5. A Proposta de Preços deverá ser apresentada por meio de preenchimento da planilha existente no sistema Licitações-e, **sendo obrigatório** o preenchimento da "**Marca e Modelo**", e "**VI Total**" (valor total) do lote.
 - 6.5.1. Visando a não identificação do licitante que possua produto de marca própria ou fabricação própria na disputa eletrônica, o mesmo deverá indicar os termos "marca própria" ou "fabricação própria" na planilha existente no sistema Licitações-e, sob pena de desclassificação. A indicação dos termos "marca própria" ou "fabricação própria" somente será aceita na proposta inicial. Caso a empresa seja vencedora, na proposta adequada ao lance vencedor, deverá apresentar a marca do produto.
- 6.6. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

Página 5 de 44





- 6.7. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.
 - 6.7.1. A proposta comercial, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a Licitante.

6.8. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA INICIAL QUE FOR CADASTRADA NO SISTEMA COM VALOR ACIMA DO VALOR MÁXIMO ESTABELECIDO NO EDITAL.

- 6.9. Até a data e hora previstas neste Edital, a Licitante poderá acessar o sistema eletrônico para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.
- 6.10. Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, esta deverá encaminhar. e-mail fernando@coronelvivida.pr.gov.br com cópia para e-mail pelo fernandoabatti@hotmail.com, cópia da proposta de preços com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal, no prazo de 24h (vinte e quatro horas). O não envio da proposta de preços via e-mail no prazo estabelecido implicara na desclassificação do licitante. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtudes de problemas no servidor ou navegador, tanto do município quanto do emissor.
 - 6.10.1. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Coronel Vivida-PR, no seguinte endereço: Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, Centro, Coronel Vivida PR, CEP 85.550-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento da etapa de lances.

Obs.: Em razão das medidas de prevenção contra a COVID-19, excepcionalmente no período de combate ao vírus, fica possibilitado o envio da proposta somente via correio eletrônico para o e-mail fernando@coronelvivida.pr.gov.br com cópia para o e-mail fernandoabatti@hotmail.com, no mesmo prazo estipulado, dispensando-se o envio da via original.

6.11. A Proposta de Preços deverá conter:

- 6.11.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias consecutivos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos;
- 6.11.2. Preço unitário e total por lote, expressos em reais;
- 6.11.3. Especificação clara do objeto, incluindo a MARCA e MODELO, de acordo com o Anexo I deste Edital;
- 6.11.4. O prazo de entrega está estabelecido no Anexo I Termo de Referência. Caso tal prazo seja omitido, ou seja superior ao máximo estipulado, o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido;
- 6.11.5. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente e praça de pagamento (se houver).





- 6.12. Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste Edital.
- 6.13. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.14. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

- 6.14.1. Não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.
- 6.14.2. Não cadastrarem marca e modelo na proposta de preços.
- 6.14.3. Que cadastrarem proposta de preços acima do valor máximo estabelecido no Edital.
- 6.15. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

7. DO VALOR MÁXIMO

- 7.1. O valor máximo total para o presente processo licitatório é de R\$ 215.913,82 (duzentos e quinze mil novecentos e treze reais e oitenta e dois centavos), conforme item 3 do termo de referencia.
 - 7.1.1. A disputa será realizada pela **unidade LOTE**, **podendo**, **se for o caso**, **ser utilizado a disputa simultânea de até 10 lotes**, já previsto no sistema eletrônico, devendo a empresa acessar o sistema utilizando sua chave/senha por meio do endereço: <u>www.licitacoes-e.com.br</u>.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 8.1. A partir das XXhXXmin do dia XX de XXXX de 2020 terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico nº XX/2020, com a abertura das propostas de preços recebidas e, após análise, início da etapa de lances, prevista para as XXhXXmin, conforme Edital.
- 8.2. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.3. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, <u>ou que identifiquem o licitante</u>.
 - 8.3.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.





9. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 9.1. Para o objeto licitado, haverá a disponibilização do sistema para a formulação de lances pelas Licitantes, cujos procedimentos são explicitados nos subitens a seguir, tendo por amparo legal aqueles previstos no Decreto n^{o} 5.450/05.
- 9.2. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.3. Somente as Licitantes que apresentaram proposta de preços em consonância com o item 6, poderão apresentar lances para os lotes cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o Licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.4. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo VALOR TOTAL DO LOTE.
- 9.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 9.6. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.
- 9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
 - 9.7.1. Na etapa de lances o sistema não permite o registro de valores iguais, mas no momento do registro da proposta esta situação pode ocorrer. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, caso não tenha ocorrido lances para o lote e tenha valores de propostas iguais, o mesmo ficará em situação de empate de proposta e será necessário realizar um sorteio público para definir a ordem de classificação das propostas.
- 9.8. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.
- 9.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
 - 9.9.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 9.9.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 9.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema de fechamento iminente dos lances, sendo facultado ao Pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá um período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.
- 9.11. Não serão aceitas propostas com preços superiores aos máximos estimados pela municipalidade.





- 9.12. O descumprimento no disposto no item anterior implicará na desclassificação do licitante.
- 9.13. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- 9.14. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 9.16. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, atinente ao lote 06 (ampla concorrência), o sistema automaticamente avaliará se existem microempresas e/ou empresas de pequeno porte (MEs e/ou EPPs) participando do lote do pregão. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que a da melhor empresa previamente classificada, desde que esta não seja uma ME ou EPP. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a ME ou EPP que estiver com o preço imediatamente abaixo da primeira empresa previamente classificada. O lance ofertado deve ser obrigatoriamente menor que o lance ofertado pela empresa previamente classificada. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima ME ou EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da LC 123/06.
- 9.16.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § § 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.16.2. Na hipótese da não apresentação de proposta conforme itens anteriores, será vencedora a empresa que apresentar a menor proposta na fase da disputa de preços.

Importante: Na hipótese da mesma Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP sagrar-se vencedora da Cota Principal (ampla concorrência) e da Cota Reservada (exclusivo para ME/EPP/MEI), será registrado para ambas as cotas apenas o preço menor, ou seja, é expressamente vedado que o mesmo fornecedor pratique preços distintos para o mesmo equipamento.

9.15. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, devendo tal comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação pelo e-mail fernando@coronelvivida.pr.gov.br com cópia para o e-mail fernandoabatti@hotmail.com, no prazo de 24h (vinte e quatro horas). O não envio da documentação de habilitação via e-mail no prazo estabelecido implicara na inabilitação do licitante. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtudes de problemas no servidor ou navegador, tanto do município quanto do emissor.

Obs.: Em razão das medidas de prevenção contra a COVID-19 não será exigida dos licitantes vencedores a documentação em sua forma original, ficando possibilitado o envio dos mesmos somente via correio eletrônico para o e-mail fernando@coronelvivida.pr.gov.br com cópia para o e-mail fernandoabatti@hotmail.com, no mesmo prazo estipulado anteriormente. Cada





licitante ficará responsável pela veracidade da documentação enviada, conforme Declaração de veracidade e autenticidade dos documentos anexados, (modelo no anexo V).

10. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

10.1. A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em cartório ou pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, a seguinte documentação:

10.1.1. Da Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, para empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova do registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das pessoas Jurídicas) de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura deste, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002);
- b) Prova de Regularidade relativa a **Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União, mediante a apresentação de certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda **Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do Estado sede da licitante;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda **Municipal**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do Município sede da licitante;
- e) Prova de Regularidade relativa ao **FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com validade igual ou posterior à data prevista para a abertura desta Licitação (www.tst.jus.br/certidao).

Página 10 de 44





10.1.3. Das Declarações:

- a) Declaração de fatos impeditivos, recebimento da documentação e não contratação de menor (ver modelo conforme Anexo II);
- b) Declaração de enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. (modelo no Anexo III).
- c) Declaração atestando não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. (modelo Anexo IV);
- d) Declaração de incompatibilidade negocial (modelo Anexo V);
- e) Declaração de veracidade e autenticidade dos documentos anexados, (modelo no anexo VI).
- 10.2. A documentação exigida para habilitação deverá, obrigatoriamente, ser apresentada a Comissão Permanente de Licitação CPL obedecendo ao prazo estabelecido e submetendo-se ao que segue abaixo:
 - 10.2.1. Todos os documentos originais ou cópias autenticadas, encaminhados à CPL, deverão obedecer rigorosamente à ordem sequencial listada no item 10.1.
 - 10.2.2. Os documentos deverão estar enumerados em ordem crescente e rubricados pela licitante.
- 10.3. O não cumprimento ao disposto no item 10.2.1 e 10.2.2, não inabilitará a licitante, mas impedirá a mesma de manifestar quaisquer recursos e/ou alegações sobre a inexistência de documento(s) exigido(s) para a habilitação.

10.4. Os documentos exigidos valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

- 10.5. Em nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006.
- 10.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - 10.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.7. As certidões expedidas pela Internet e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de sua autenticidade nos sites de cada órgão emissor, portanto, no caso de apresentação de certidões por meio de cópias, estas não precisarão ser autenticadas em cartório. As demais documentações deverão ser apresentadas, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em Cartório ou pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio.
- 10.8. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da obtenção e apresentação dos documentos para habilitação.





11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por LOTE, na análise da proposta de preços, será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 11.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.
- 11.3. As propostas que apresentarem preços irrisórios, que impedirem o caráter competitivo do certame, que se mostrarem inexequíveis, que não espelharem o custo real do fornecimento ou que não atenderem as normas deste Edital, serão desclassificadas.
- 11.4. Não serão aceitos valores cotados com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, e, obrigatoriamente, estes números deverão ser superiores a zero.
- 11.5. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto no Art. 44 da lei Complementar 123/2006, em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, da seguinte forma:
- 11.5.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - a) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.
 - b) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - c) A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:
 - c.1) Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
 - c.2) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no subitem c.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - d) No caso de empate, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, dentro do limite estabelecido no item 11.5.1.a, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, por item, sob pena de preclusão.
- 11.6. A classificação e o julgamento das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, podendo desclassificar as propostas em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis, por fatos comprovados durante o processo de seleção.
- 11.7. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, se o licitante desatender às exigências da fase de habilitação ou se houver recusa da primeira classificada em confirmar sua proposta, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta, ou lance que atenda às normas do Edital.
- 11.8. Ocorrendo as situações previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante posteriormente classificado para que seja obtido preço melhor.





- 11.9. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas de caráter formal que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.10. Após a análise da proposta de menor preço, comprovado o atendimento às exigências fixadas neste Edital e aos requisitos da habilitação, o licitante será declarado vencedor.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 12.2. Existindo a intenção mencionada no item anterior, os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.licitacoes-e.com.br.
- 12.3. O acolhimento do recurso, pela autoridade competente, implicará, tão somente, na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer, a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 12.6. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias úteis para:
 - 12.6.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
 - 12.6.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;
 - 12.6.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 12.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 12.8. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.
- 12.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município de Coronel Vivida Estado do Paraná, à Praça Ângelo Mezzomo, s/n^{o} , centro, Coronel Vivida-PR, durante os dias úteis, das 08:30h (oito horas e trinta minutos) às 11:30h (onze horas e trinta minutos) e das 13:30 h (treze horas e trinta minutos) às 17:00h (dezessete horas).





13. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O registro do objeto desta licitação será feito por **LOTE**, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.
- 13.2. O registro do preço do licitante vencedor será inserido em ata pelo Pregoeiro, ao final da sessão do pregão, sempre que não houver manifestação dos participantes no sentido de apresentar recurso.
- 13.3. Ocorrendo a interposição de recursos, a homologação ocorrerá após a decisão dos mesmos.
- 13.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente, só podendo ser efetuada após decididos os recursos, se houverem, e após a adjudicação pelo pregoeiro e equipe de apoio e confirmada a regularidade de todos os procedimentos adotados.

14. DAS COMPROVAÇÕES A SEREM APRESENTADAS ANTES DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, a empresa vencedora terá o prazo de 24 horas (vinte e quatro horas) para apresentar, via e-mail licitacao@coronelvivida.pr.gov.br com cópia para o e-mail licitacaocoronelvivida@gmail.com, antes da assinatura da ata de registro de preços, ao GESTOR E FISCAL da ata, as seguintes comprovações:
- 14.1.1. Certificado do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados:
- 14.1.2. Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos, voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente, a biota e o desenvolvimento sustentável;
- 14.1.3. Prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega dos pneus, mediante apresentação de declaração de ciência;
- 14.1.4. Prazo de garantia de 5 (cinco) anos, mediante apresentação de documento pertinente, assegurando conforto, estabilidade e segurança à administração.
- 14.2. As comprovações acima são exigidas considerando o Acórdão nº 1.045/2016 − TCE-PR − Tribunal Pleno, o qual faz recomendações aos municípios em relação às exigências válidas para a aquisição de pneus.
- 14.3. A não apresentação acarretará na desclassificação da proposta da empresa classificada em primeiro lugar e a convocação da segunda classificada para apresentação da documentação solicitada.
- 14.4. Somente após a conferência e aceitação formal, mediante declaração firmada pelo gestor e fiscal será elaborado a ata de registro de preços.





15. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, o PROPONENTE VENCEDOR será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme modelo constante do Anexo VIII, deste Edital, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, com validade de 12 (doze) meses.
- 15.2. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa obriga-se ao fornecimento pelos preços nela registrados.
- 15.3. Na assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 15.4. O proponente vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais sanções legais aplicáveis. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo município.
 - 15.4.1. Opcionalmente, a ata de registro de preços poderá ser enviada via e-mail à empresa para que seja colhida a assinatura do responsável, ou preposto habilitado, para posterior encaminhamento ao Município de Coronel Vivida.
- 15.5. A assinatura da Ata de Registro de Preços estará condicionada: a apresentação do documento de procuração devidamente reconhecida, que habilite o seu representante a assinar a ata em nome da empresa.
- 15.6. Quando o licitante convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas neste Edital, a Administração poderá convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 15.7. Farão parte integrante da Ata de Registro de Preços o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.
- 15.8. A Ata de Registro de Preços se regerá pelas cláusulas e disposições nele constantes, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições contidas na Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou no instrumento de contrato não mencionados.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.
- 16.2. Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da empresa vencedora na fase de habilitação.





16.3. Autorizada qualquer das hipóteses retro, a DETENTORA permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e no Edital.

17. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DOS LOCAIS DA ENTREGA

17.1. Os prazos, local e condições de entrega estão fixados detalhadamente no item 4 do Termo de Referência – Anexo I do presente, e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

18. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 18.1. A detentora deverá apresentar para aprovação do município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. O município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, os quais somente serão validos para esta licitação.
- 18.2. Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 18.3. É facultado ao Pregoeiro ou ao Prefeito Municipal a solicitação de amostras às licitantes(s) declarada(s) vencedora(s), referente aos itens do objeto desta licitação, para facilitar a análise dos produtos ofertados e verificar as características se estão compatíveis com as exigidas no edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.
- 18.4. Caso sejam solicitadas amostras e estas não forem aprovadas pela unidade requisitante do material (setor responsável pela análise), será desclassificada a proposta da empresa vencedora, passando a segunda classificada do lote. Após a análise da amostra, a empresa deverá retirar a mesma na sede do Município de Coronel Vivida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 18.5. Não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou quaisquer de natureza semelhante. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso/ primeira vida, Originais de Fábrica e de Primeira Linha, confeccionados em Material de Alta Resistência.
- 18.6. Ao município reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.
- 18.7. Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 18.8. No caso de apresentarem defeitos, a detentora é obrigada a substituir imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades e, consequentemente será contada a garantia a partir da nova data de entrega;
- 18.9. O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela detentora.
- 18.10. Fica reservado ao Contratante em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos produtos ofertados. Para tanto, os produtos serão submetidos a análises





técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente recusados, devendo ser, imediatamente, substituídos. Se algum produto apresentar irregularidade, o Contratante o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da Detentora. O Contratante o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade diferente daqueles produtos especificados, cujas características contrariem as definidas neste edital.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 19.1. Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.
- 19.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- 19.3. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.
- 19.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos entregues, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
- 19.5. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.
- 19.6. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a entrega do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.
- 19.7. Garantir a melhor qualidade dos produtos entregues, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso, em especial as normas da ABNT e INMETRO, assumindo inteira responsabilidade pela entrega do objeto da presente licitação.
- 19.8. Os materiais adquiridos deverão estar em conformidade com detalhamento constante no ANEXO I, respeitando-se o descrito e de acordo com as especificações dos descritivos.
- 19.9. Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a bom fornecimento do objeto de que trata a presente licitação.
- 19.10. Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da DETENTORA, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Contratante.





- 19.11. A DETENTORA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, inclusive apresentar como condição de pagamento todos os documentos necessários e solicitados por essa Administração.
- 19.12. Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.
- 19.13. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.
- 19.14. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária.
- 19.15. Cumprir demais obrigações constantes do presente Edital, termo de referência, anexos e ata de registro de preços.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 20.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA.
- 20.2. Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 20.3. Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 20.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 20.5. Acompanhar a entrega do objeto contratado, efetuado pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.
- 20.6. Prestar aos funcionários da DETENTORA todas as informações e esclarecimentos necessários à entrega do objeto da contratação.
- 20.7. Fiscalizar o fornecimento, por meio do Fiscal e Gestor do contrato ou servidor, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 20.8. Realizar rigorosa conferência das características do equipamento entregue, por meio do Fiscal e Gestor do contrato ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.
- 20.9. O Departamento de Administração será responsável pela pratica de todos os atos de controle do contrato.
- 20.10. Cumprir demais obrigações constantes do presente Edital, termo de referência, anexos e contrato.





21. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 21.1. O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelos Departamentos responsáveis.
- 21.2. As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.
- 21.3. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Detentora.
- 21.4. Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "6.1. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:
 - 6.1.1. destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
 - 6.1.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;
 - 6.1.3. de comércio exterior."
- 21.5. Empresas que não apresentarem nota fiscal eletrônica conforme orientações acima descritas terão seus <u>pagamentos retidos</u> até a apresentação da nota fiscal eletrônica, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual.

22. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

22.1. Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias especificas abaixo:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento de despesa	Fonte de recursos	Código Reduzido
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.01	000	4677
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.02	000	4678
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.01	000	3988
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.02	000	4679

22.2. A contratação acima citada acontecerá de acordo com as necessidades de cada órgão requisitante e serão custeadas com recursos exclusivos da Saúde.

23. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 23.1. Conforme portaria nº 08/2018, caberá a gestão da Ata de Registro de Preços o Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos o Sr. Adenilson Adão Menegussi, nomeado através do Decreto nº 6.821 de 27 de maio de 2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.
- 23.2. A fiscalização da ata de registro de preços ficará a cargo da servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835 de 27 de maio de 2020, responsável pela fiscalização geral de





contratos, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata de registro de preços as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.

- 23.2.1. O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 23.3. O Contratante reserva-se o direito de cobrar da Detentora e a Detentora obriga-se a fornecer ao Contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços, bem como a facilitar ao Contratante a fiscalização dos produtos ora contratados.
- 23.4. O Contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a Ata de Registro de Preços, caso a Detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas nesta Ata.
- 23.5. A fiscalização do Contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da Detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.
- 23.6. A fiscalização de que trata neste item e subitens não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- 23.7. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da Detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.
- 23.8. Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.
- 23.9. Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a Detentora, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta Ata, para representá-la sempre que for necessário.

24 - DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 24.1. O Gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.
- 24.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.
 - 24.2.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, desde que demonstrar a inviabilidade de redução.

25. DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

25.1. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores não serão reajustados.





- 25.2. Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a DETENTORA requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.
 - 25.2.1. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 25.3. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.
- 25.4. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.
- 25.5. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

26 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 26.1. O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:
 - a) A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.
 - b) Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a proponente:
 - I Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
 - II Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
 - III Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 26.2. Além dos motivos já previstos, também constituirão motivos para o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços os descritos nos art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.
- 26.3. O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

27 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 27.1. A licitante vencedora que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/2002.
- 27.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:
 - 27.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso da vencedora dar causa ao cancelamento da mesma ou descumprir com as condições pactuadas neste termo.





- 27.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o preço total da Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, no caso da vencedora não cumprir qualquer cláusula deste edital ou ata, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando se dará por cancelado a Ata.
 - 27.2.2.1. O valor da multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 27.3. Quando aplicada a multa, seu valor poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura que a DETENTORA apresentará para efeito de pagamento.
- 27.4. As sanções previstas neste Edital/Ata de Registro de Preços são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 27.5. Não será aplicada multa se, justificado e comprovado, o atraso no fornecimento do bem resultar de caso fortuito ou de força maior.

28. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 28.1. Estabelece as práticas vedadas aos licitantes e DETENTORAs, ensejando sanções pelo descumprimento deste item em todos os contratos celebradas com a Administração Pública Municipal.
 - 28.1.1. Os licitantes devem e a DETENTORA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
 - a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
 - b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução do contrato;
 - c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
 - d) "pratica coercitiva": prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar de modo incorreto as ações da parte.
 - e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do município, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o MUNICÍPIO promover inspeção.
- 28.2. Será rejeitada a proposta de adjudicação se concluído que o Licitante indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pelo contrato em questão.
- 28.3. Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao MUNICÍPIO ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução do Contrato, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo MUNICÍPIO.
- 28.4. Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e





previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física DETENTORA em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1. Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, com base à legislação que se aplica à modalidade Pregão, sob a égide da Lei n° 10.520/02, Decreto Municipal n° 3262 de 28 de setembro de 2006 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 29.2. Fica assegurado ao Município de Coronel Vivida PR o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 29.3. A participação neste Pregão implicará na aceitação integral e irretratável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e de recurso.
- 29.4. Não havendo expediente na data fixada para a abertura da sessão da licitação, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 29.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão.
- 29.6. Caso seja necessária a interrupção da sessão, os autos do processo ficarão sob a guarda do Pregoeiro, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.
- 29.7. Os prazos e as garantias dos produtos e dos serviços necessários à contratação do objeto são as definidas pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor), em vigor e alterações subsequentes.
- 29.8. Considerando o disposto no Art. 3º da Lei nº 13.726 de 08 de outubro de 2018 visando a desburocratização e simplificação dos atos e procedimentos administrativos de competência do município, se, a empresa optar pela conferência através do agente administrativo, caberá a este:
 - I reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário ou com a assinatura constante do contrato social da empresa, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;
 - II autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;
 - III juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo.
- 29.9. O presente Edital e seus Anexos, estarão a disposição dos interessados, gratuitamente, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município de Coronel Vivida, sito à Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, Centro, Coronel Vivida-PR, durante os dias úteis, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas





nas páginas web do Município de Coronel Vivida – endereço <u>www.coronelvivida.pr.gov.br</u>, do Cidade Compras – endereço <u>www.licitacoes-e.com.br</u>.

30. DOS ANEXOS

30.1. Constituem anexos do Edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de referência.

Anexo II - Modelo de declaração de fatos impeditivos, recebimento da documentação e não contratação de menor.

Anexo III - Modelo de declaração de ME ou EPP.

Anexo IV - Modelo de declaração de não possuir servidor da ativa.

Anexo V - Declaração incompatibilidade negocial.

Anexo VI - Modelo de modelo de declaração de veracidade e autenticidade dos documentos anexados.

Anexo VII - Modelo de proposta de preços.

Anexo VIII - Minuta do contrato.

Coronel Vivida, XX de XXXX de 2020.

ADEMIR ANTONIO AZILIERO Presidente da Comissão Permanente de Licitação





ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência, o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA", conforme especificações e exigências descritas abaixo.

1.2. Da escolha pelo registro de preços:

- 1.2.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à contratação futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.
- 1.2.2. Na licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde a empresa vencedora manterá seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis, caso necessite o Município de Coronel Vivida efetuará as contratações dos bens nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

2 - JUSTIFICATIVA

- 2.1. A aquisição de pneus, câmaras e protetores novos deve-se a necessidade de promover a substituição dos pneus desgastados ou danificados, visando manter os veículos, máquinas rodoviárias e agrícolas, caminhões e ônibus escolares do Municipio, em condições ideais de funcionamento, garantindo a segurança dos usuários e o bom andamento dos serviços realizados por estes equipamentos.
- 2.2. Os itens objeto deste termo de referência são constantemente danificados e sofrem desgastes com o passar do tempo, devido ao uso. Não sendo possível prever quando e qual a quantidade exata será utilizada, devendo tê-los a disposição para substituição sempre que necessário.
- 2.3. JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO:
 A solicitação de novo processo licitatório se dá devido qie no ultimo, esses itens deram fracassados.

3 - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

3.1. As licitantes interessadas deverão fornecer os produtos abaixo relacionados com as seguintes quantidades e características mínimas:





Itens exclusivos para MEI/ME/EPP

LOTE	ITEM	QTDE ESTIMADA	UNID.	CÓDIGO PMCV	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO R\$
1	1	20	UN	8664	PNEU RADIAL PARA TRACAO DIANTEIRA DE RETRO ESCAVADEIRA, REFERENCIA 12.5/80 R18, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	2.010,57	40.211,40
2	1	20	UN	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	1.575,02	31.500,40
3	1	50	UN	8676	PNEU RADIAL, REFERENCIA 175/70 ARO 13 NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	197,30	9.865,00
4	1	4	UN	19056	PNEU CONVENCIONAL, REFERENCIA 23.1 X 26 - R3, 14 LONAS, PARA TRACAO DE ROLO COMPACTADOR, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	6.093,33	24.373,32
5	1	10	UN	10926	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 900, R20, 16 LONAS, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	1.546,25	15.462,50
VALOF	RTOTAL	MÁXIMO ESTI	MADO R	\$		121.	412,62

Itens com ampla concorrência

		175347 43. 3441-5594 594246		PMCV	DESCRIÇÃO	MÁXIMO UNITÁRIO R\$	TOTAL ESTIMADO R\$
6	1	60	UN	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	1.575,02	94.501,20

Valor total máximo estimado é de R\$ 215.913,82 (duzentos e quinze mil novecentos e treze reais e oitenta e dois centavos)

4 - DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 4.1 Os produtos, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento pela Detentora.
- 4.2 O registro de preços poderá ser utilizado pelas secretarias, entidades e departamentos da administração pública municipal, localizados no perímetro urbano do Município, devendo os produtos serem entregues na Sede destes locais, conforme será indicado na Autorização de Fornecimento.
- 4.3 Os produtos deverão ser entregues, conforme descrição do item ganho, correndo por conta da proponente vencedora as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 4.4 A Detentora deverá apresentar para aprovação no Município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e





procedência. Ao Município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, as quais somente serão validas para esta licitação.

- 4.5 O recebimento dos produtos passara por análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações contidas neste Termo de Referência, para a Aceitação Definitiva.
- 4.6 O objeto desta licitação terá seu preço registrado pelo prazo de 12 (doze) meses. <u>As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando o município a contratá-las.</u>
- 4.7 A empresa vencedora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observado os limites máximos estimados.

5 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1. A detentora deverá apresentar para aprovação do município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. O município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, os quais somente serão validos para esta licitação.
- 5.2. Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.3. É facultado ao Pregoeiro ou ao Prefeito Municipal a solicitação de amostras às licitantes(s) declarada(s) vencedora(s), referente aos itens do objeto desta licitação, para facilitar a análise dos produtos ofertados e verificar as características se estão compatíveis com as exigidas no edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.
- 5.4. Caso sejam solicitadas amostras e estas não forem aprovadas pela unidade requisitante do material (setor responsável pela análise), será desclassificada a proposta da empresa vencedora, passando a segunda classificada do lote. Após a análise da amostra, a empresa deverá retirar a mesma na sede do Município de Coronel Vivida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 5.5. Não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou quaisquer de natureza semelhante. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso/ primeira vida, Originais de Fábrica e de Primeira Linha, confeccionados em Material de Alta Resistência.
- 5.6. Ao município reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.
- 5.7. Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.8. No caso de apresentarem defeitos, a detentora é obrigada a substituir imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades e, consequentemente será contada a garantia a partir da nova data de entrega;
- 5.9. O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela detentora.





5.10. Fica reservado ao Contratante em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos produtos ofertados. Para tanto, os produtos serão submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente recusados, devendo ser, imediatamente, substituídos. Se algum produto apresentar irregularidade, o Contratante o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da Detentora. O Contratante o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade diferente daqueles produtos especificados, cujas características contrariem as definidas neste edital.

6 - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelos Departamentos responsáveis.
- 6.2. As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.
- 6.3. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Detentora.
- 6.4. Considerando a Norma de Procedimento Fiscal n° 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais n° 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "6.1. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1° de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:
 - 6.1.1. <u>destinadas à Administração Pública</u> direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos <u>Municípios</u>;
 - 6.1.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente; 6.1.3. de comércio exterior."
- 6.5. Empresas que não apresentarem nota fiscal eletrônica conforme orientações acima descritas terão seus <u>pagamentos retidos</u> até a apresentação da nota fiscal eletrônica, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual.

7 - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. Conforme portaria n° 08/2018, caberá a gestão da Ata de Registro de Preços o Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos Sr. Adenilson Adão Menegussi, nomeado através do Decreto n° 6.821 de 27 de maio de 2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.
- 7.2. A fiscalização da ata de registro de preços ficará a cargo da fiscal, a servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835 de 27 de maio de 2020, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata de registro de preços as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.





- 7.2.1. O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 7.3. O Contratante reserva-se o direito de cobrar da Detentora e a Detentora obriga-se a fornecer ao Contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços, bem como a facilitar ao Contratante a fiscalização dos produtos ora contratados.
- 7.4. O Contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a Ata de Registro de Preços, caso a Detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas na Ata e Edital.
- 7.5. A fiscalização do Contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da Detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.
- 7.6. A fiscalização de que trata neste item e subitens não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- 7.7. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da Detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.
- 7.8. Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.
- 7.9. Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a Detentora, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta Ata, para representá-la sempre que for necessário.

8. DAS COMPROVAÇÕES A SEREM APRESENTADAS

- 8.1. Após ser declarada vencedora, a empres deverá apresentar os seguintes documentos:
- 8.1.1. Certificado do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados;
- 8.1.2. Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos, voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente, a biota e o desenvolvimento sustentável;
- 8.1.3. Prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega dos pneus, mediante apresentação de declaração de ciência;
- 8.1.4. Prazo de garantia de 5 (cinco) anos, mediante apresentação de documento pertinente, assegurando conforto, estabilidade e segurança à administração.





ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS, RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E NÃO CONTRATAÇÃO DE MENOR

Sr. Pregoeiro do Município de Coronel Vivida Coronel Vivida – PR

Identificação da Proponente

Local e data.

Declaramos, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº XX/2020**, que não existem fatos que impeçam a nossa participação nesta licitação e, também, de que nos comprometemos, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento do Município de Coronel Vivida – Secretaria Municipal de Administração, qualquer fato superveniente, posterior, que venha a impossibilitar a habilitação, de acordo com o estabelecido no parágrafo 2º do Artigo 32 da Lei 8.666/93.

Declaramos, ainda, que recebemos todas as cópias da referida Licitação, bem como todas as informações necessárias que possibilitem a entrega da proposta, em conformidade com a Lei n° 10.520/02 e 8.666/93, concordando com os termos da presente licitação.

Declaramos, finalmente, para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei 8666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não empregamos menor de dezesseis anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Nome e assinatura do representante legal ou procu	urador da empresa.





ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Sr. Pregoeiro do Município de Coronel Vivida Coronel Vivida – PR
Ref.: Pregão Eletrônico nº XX/2020.
Prezado(a) Pregoeiro (a),
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)





ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR SERVIDOR DA ATIVA

Sr. Pregoeiro do Município de Coronel Vivida Coronel Vivida – PR
Ref.: Pregão Eletrônico nº XX/2020.
Prezado(a) Pregoeiro (a),
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)





ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE NEGOCIAL

A empresa declara para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento às normas vigentes que não possui em seu quadro societário pessoas vedadas pelos incisos do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
Além disso, declara a que não possui em seu quadro societário pessoas que tenham incompatibilidade negocial com o Município nos termos da Constituição Federal e da Súmula Vinculante nº 13 do STF.
E por ser expressão de verdade, dou fé.
(Local e Data)
Nome e assinatura do Representante Legal ou Procurador da empresa CPF e RG do declarante





ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS ANEXADOS

Sr. Pregoeiro do Município de Coronel Vivida Coronel Vivida – PR
Ref.: Pregão Eletrônico nº XX/2020.
Prezado(a) Pregoeiro (a),
(), de de 2020.
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)



Sr. Pregoeiro

Agência:

Município de Coronel Vivida

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ



ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2020

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ATENÇÃO: ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELOS LICITANTES VENCEDORES.

Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
E-mail:		
Telefone:		
Agência:	Conta Bancária nº:	Banco:

Apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento dos lotes abaixo detalhados:

LOTE	ITEM	QTDE ESTIMADA	UNID.	CÓDIGO PMCV	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO	VALOR TOTAL PROPOSTO
1	1	20	UN	8664	PNEU RADIAL PARA TRACAO DIANTEIRA DE RETRO ESCAVADEIRA, REFERENCIA 12.5/80 R18, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			
2	1	20	UN	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			
3	1	50	UN	8676	PNEU RADIAL, REFERENCIA 175/70 ARO 13 NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			
4	1.	4	UN	19056	PNEU CONVENCIONAL, REFERENCIA 23.1 X 26 - R3, 14 LONAS, PARA TRACAO DE ROLO COMPACTADOR, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			
5	1	10	UN	10926	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 900, R20, 16 LONAS, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			
6	1	60	UN	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias. Prazo de entrega: Conforme Edital.

Local e data.

Representante legal ou procurador da empresa Nome e assinatura CPF e RG





ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2020

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № XX/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2020

PRAZO: de xx de xxxxx de 202x a xx de xxxxx de 202x

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA -PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praca Ângelo Mezzomo, s/nº. Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Frank Ariel Schiavini, portador do CPF sob o nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa XXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na xxxxxx, no Município de xxxxx (xxxxx), Estado xxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxx e RG nº xxxxx, a seguir denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO № xx/2020, do tipo menor preço por LOTE, para o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA", fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 18, de 20 de dezembro de 2007, Lei complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009 e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA", de conformidade com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do edital, partes integrantes deste instrumento, independente de sua transcrição e conforme abaixo discriminado:

ITEM	QNTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
			VALOR TOTAL ESTIMADO			

(XXXXXXXXX)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, de xx de xxxxx de 2020 a xx de xxxxx de 2021.

Parágrafo Segundo: O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo Quarto:</u> O MUNICÍPIO poderá a qualquer tempo rescindir a Ata, independentemente de infringência contratual por parte da DETENTORA, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias, sem aplicação de multas, tendo em vista o principio da supremacia do interesse público sobre o

Página 36 de 44





particular.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação do fornecimento do produto e consequentemente do seu pagamento.

<u>Parágrafo Segundo:</u> A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para os produtos pretendidos, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

<u>Parágrafo Quarto:</u> As quantidades foram baseadas no pedido do Departamento de Administração o qual é responsável pela demanda dos produtos necessários.

CLÁUSULA QUARTA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia ao Contratante.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Os produtos, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento pela Detentora.

<u>Parágrafo Segundo</u>: O registro de preços poderá ser utilizado pelas secretarias, entidades e departamentos da administração pública municipal, localizados no perímetro urbano do Município, devendo os produtos serem entregues na Sede destes locais, conforme será indicado na Autorização de Fornecimento.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Os produtos deverão ser entregues, conforme descrição do item ganho, correndo por conta da proponente vencedora as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

<u>Parágrafo Quarto:</u> A Detentora deverá apresentar para aprovação no Município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. Ao Município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, as quais somente serão validas para esta licitação.

<u>Parágrafo Quinto:</u> O recebimento dos produtos passara por análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações contidas neste Termo de Referência, para a Aceitação Definitiva.

<u>Parágrafo Sexto:</u> O objeto desta licitação terá seu preço registrado pelo prazo de 12 (doze) meses. <u>As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando o município a contratá-las.</u>

<u>Parágrafo Sétimo:</u> A empresa vencedora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observado os limites máximos estimados.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Parágrafo Primeiro: A detentora deverá apresentar para aprovação do município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação





quanto à qualidade e procedência. O município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, os quais somente serão validos para esta licitação.

<u>Parágrafo Segundo</u> Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou quaisquer de natureza semelhante. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso/ primeira vida, Originais de Fábrica e de Primeira Linha, confeccionados em Material de Alta Resistência.

<u>Parágrafo Quarto:</u> A Detentora é obrigada a substituir, imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Ao município reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Sexto</u>: Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

<u>Parágrafo Sétimo</u>: No caso de apresentarem defeitos, a detentora é obrigada a substituir imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades e, consequentemente será contada a garantia a partir da nova data de entrega;

<u>Parágrafo Oitavo</u>: O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela detentora.

Parágrafo Nono: Fica reservado ao Contratante em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos produtos ofertados. Para tanto, os produtos serão submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente recusados, devendo ser, imediatamente, substituídos. Se algum produto apresentar irregularidade, o Contratante o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da Detentora. O Contratante o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade diferente daqueles produtos especificados, cujas características contrariem as definidas neste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Autorizada qualquer das hipóteses retro, a detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos entregues, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

Página 38 de 44





<u>Parágrafo Quinto:</u> Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

Parágrafo Sexto: Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a entrega do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

<u>Parágrafo Sétimo</u>: Garantir a melhor qualidade dos produtos entregues, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso, em especial as normas da ABNT e INMETRO, assumindo inteira responsabilidade pela entrega do objeto da presente licitação.

<u>Parágrafo Oitavo</u>: Os materiais adquiridos deverão estar em conformidade com detalhamento constante no ANEXO I, respeitando-se o descrito e de acordo com as especificações dos descritivos.

<u>Parágrafo Nono</u>: Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a bom fornecimento do objeto de que trata a presente licitação.

<u>Parágrafo Décimo</u>: Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da DETENTORA, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Contratante.

<u>Parágrafo Décimo Primeiro</u>: A DETENTORA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, inclusive apresentar como condição de pagamento todos os documentos necessários e solicitados por essa Administração.

<u>Parágrafo Décimo Segundo</u>: Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

<u>Parágrafo Décimo Terceiro</u>: Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

<u>Parágrafo Décimo Quarto</u>: Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária.

<u>Parágrafo Décimo Quinto</u>: Cumprir demais obrigações constantes do presente Edital, termo de referência, anexos e ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro: Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Acompanhar a entrega do objeto contratado, efetuado pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.

<u>Parágrafo Sexto:</u> Prestar aos funcionários da DETENTORA todas as informações e esclarecimentos necessários à entrega do objeto da contratação.

<u>Parágrafo Sétimo</u>: Fiscalizar o fornecimento, por meio do Fiscal e Gestor da ata de registro de preços ou servidor, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Oitavo:</u> Realizar rigorosa conferência das características do produto fornecido, por meio do Fiscal e Gestor da ata de registro de preços ou servidor, somente atestando os documentos da despesa.





quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.

<u>Parágrafo Nono:</u> O Departamento de Administração será responsável pela pratica de todos os atos de controle do registro de preços.

<u>Parágrafo Décimo:</u> Cumprir demais obrigações constantes do presente Edital, termo de referência, anexos e ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelo Departamento responsável.

<u>Parágrafo Segundo</u>: As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à DETENTORA e seu vencimento ocorrerá até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da DETENTORA.

<u>Parágrafo Quarto</u>: Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

- "6. <u>Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e</u>, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:
- 6.1. <u>destinadas à Administração Pública</u> direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos <u>Municípios</u>;
 - 6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;
 - 6.3. de comércio exterior."

<u>Parágrafo Quinto</u>: Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<u>Parágrafo Primeiro</u>: As despesas decorrentes da contratação, objeto desta ATA, serão pagas por intermédio das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento de despesa	Fonte de recursos	Código Reduzido
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.01	000	4677
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.02	000	4678
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.01	000	3988
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.02	000	4679

<u>Parágrafo Segundo</u>: As despesas de outros órgãos ou entidades do CONTRATANTE que utilizem desta Ata correrão por sua conta.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: O CONTRATANTE reserva se o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da quantidade estimada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Conforme portaria nº 08/2018, caberá a gestão da Ata de Registro de Preços o Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos Sr. Adenilson Adão Menegussi, nomeado





através do Decreto nº 6.821 de 27 de maio de 2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.

<u>Parágrafo Segundo</u>: A fiscalização da ata de registro de preços ficará a cargo da fiscal, a servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835 de 27 de maio de 2020, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata de registro de preços as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

<u>Parágrafo Quarto</u>: O Contratante reserva-se o direito de cobrar da Detentora e a Detentora obriga-se a fornecer ao Contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta Ata de Registro de Precos, bem como a facilitar ao Contratante a fiscalização dos produtos ora contratados.

<u>Parágrafo Quinto</u>: O Contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a Ata de Registro de Preços, caso a Detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas nesta Ata.

<u>Parágrafo Sexto</u>: A fiscalização do Contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da Detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.

<u>Parágrafo Sétimo:</u> A fiscalização de que trata neste item e subitens não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

<u>Parágrafo Oitavo</u>: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da Detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

<u>Parágrafo Nono</u>: Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

<u>Parágrafo Décimo</u>: Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a Detentora, por ocasião da assinatura da ata, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta ata, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> O Gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, desde que demonstrar a inviabilidade de redução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a detentora requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

I - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.





<u>Parágrafo Terceiro:</u> Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:

- a) A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.
- b) Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a proponente:
 - I Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
 - II Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
 - III Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Além dos motivos já previstos, também constituirão motivos para o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços os descritos nos art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Parágrafo Primeiro: A licitante vencedora que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/2002.

<u>Parágrafo Segundo:</u> A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:

- I Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso da detentora dar causa ao cancelamento da mesma ou descumprir com as condições pactuadas neste termo.
- II Multa de 1% (um por cento) sobre o preço total da Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, no caso da detentora não cumprir qualquer cláusula deste edital ou ata, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando se dará por cancelado a Ata.
 - a)O valor da multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Quando aplicada a multa, seu valor poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura que a DETENTORA apresentará para efeito de pagamento.

<u>Parágrafo Quarto:</u> As sanções previstas neste Edital/Ata de Registro de Preços são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Não será aplicada multa se, justificado e comprovado, o atraso no fornecimento do bem resultar de caso fortuito ou de força maior.

<u>Parágrafo Sexto:</u> A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da assessoria jurídica do Município de Coronel Vivida – PR.





CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Estabelece as práticas vedadas aos licitantes e detentoras, ensejando sanções pelo descumprimento desta cláusula em todas as atas de registro de preços celebrados com a Administração Pública Municipal.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato/ata de registro de preços;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução do contrato/ata de registro de preços;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "pratica coercitiva": prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar de modo incorreto as ações da parte.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do município, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o CONTRATANTE promover inspeção.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Será rejeitada a proposta de adjudicação se concluído que o Licitante indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pela ata de registro de preços em questão;

<u>Parágrafo Quarto:</u> Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao CONTRATANTE ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução da ata de registro de preços, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo CONTRATANTE.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física DETENTORA em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, no decorrer da licitação ou na execução da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

<u>Parágrafo Único</u>: A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial do Município, ficará a cargo da Administração e da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Eletrônico** n^o xx/2020 e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.





<u>Parágrafo Terceiro</u>: Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

<u>Parágrafo Quarto</u>: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente. <u>Parágrafo Quinto</u>: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Coronel Vivida, xx de xxxxx de 2020.	
Frank Ariel Schiavini	XXXXX
Prefeito Municipal	XXXXXXXXXXX
CONTRATANTE	DETENTORA
Testemunhas:	





PRINCIPAIS ITENS A SEREM OBSERVADOS NO EDITAL AQUISIÇÕES PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de pneus novos para toda a frota de máquinas e veículos da Prefeitura Municipal

Nº	ITENS	OBS.:
1	Descrição do objeto e justificativa para SRP	OK
2	Condições de participação – quem pode? – MEI – ME – EPP ou AMPLA CONCORRÊNCIA	Exclusiva ME, EPP - para os lotes 01 a 05 e Ampla Concorrência para o lote 06
3	TEM COTAS PARA MEI,ME E EPP?	SIM
4	MODALIDADE: PP, PE, TP, CP, DL, IL, LEILÃO CRED.	Pregão Eletrônico
5	Condições Gerais de Participação	Definidas
6	Credenciamento	Definido
7	Valor máximo	R\$ 215.913,82
8	Esclarecimentos e impugnação do ato convocatório	Definidos
9	Do recebimento e abertura das propostas	Definido
10	Da Abertura da Sessão	Definida
11	Da abertura das propostas e formulação dos lances	Definidas
12	Habilitação Jurídica	Definida
13	Habilitação Fiscal e Trabalhista	OK 06 documentos
14	Habilitação Econômica e Financeira	Definida
	Certidão Negativa de Falência e concordata	Dispensada Falência e concordata em razão do COVID 19
	Certidão simplificada da Junta Comercial	Dispensada Acórdão
15	Habilitação Técnica	Não se aplica
	Atestado de Capacidade Técnica	Não se aplica
	Registro no CREA – CAU ou CTR – Pessoa Jurídica e Física	Não se aplica
	Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa	Não se aplica
16	Habilitação: demais declarações e documentos	Definidos
	Declaração de Fatos impeditivos	SIM
	Declaração de recebimento da documentação e conhecimento do edital	SIM
	Declaração de menores	SIM
	Declaração de incompatibilidade negocial	SIM
	Declaração de não possuir servidor público em seu quadro societário	SIM
	Declaração de enquadramento como ME ou EPP quando for o caso	SIM
	Declaração de Autenticidade e veracidade dos documentos anexados	SIM
	Declaração de qualidade ambiental	Não se aplica
17	Beneficio de MEI, ME E EPP para documentos fiscais	Constante
18	Julgamento das propostas	Definidos: por







		Lote
19	Dos recursos	Previsto
20	Do Registro de Preços e da Homologação	Definido
21	Das comprovações a serem apresentadas para assinatura da ARP	Definidas
22	Da Assinatura da Ata de Registro de Preços	Definida
23	Da subcontratação	OK
24	Prazo de execução/fornecimento	Definido: 05 dias
25	Prazo de vigência do Contrato (ARP)	Definido - 12 meses
26	Condições de Execução, local e entrega do objeto	Definidas - TR
27	Condições de Recebimento do Objeto	Definidas
28	Obrigações da Detentora	Definidas
29	Obrigações da Contratante	Definidas
30	Forma de Pagamento	Definida
31	Dotações orçamentárias	Indicadas
32	Gestão e fiscalização do Contrato	Definida
33	Da Revisão do Registro de Preços	Definida
34	Do reajuste de preços e reequilíbrio econômico e financeiro	Definidos
35	Do Cancelamento do Registro de Preços	Definido
36	Das sanções para o caso de inadimplemento	Definidas
37	Cláusula anti fraude e corrupção	Inserida
38	Disposições finais	Definidas
39	Possibilidade de prorrogação de prazo de execução	Não se aplica
40	Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência	Não se aplica
41	Garantia de execução do contrato	Não se aplica
42	Termo de Referência	Incluso
43	Modelos de Declarações e Anexos	Inclusos
44	Modelo de Proposta de Preços	Incluso
45	Minuta do Contrato	Inclusa
46	Verificar possíveis ocorrências na última licitação para esse objeto	Normal

Obs.: Ao alterar a minuta do edital, verificar necessidade de alteração da minuta do Contrato, no que couber.

Coronel Vivida, 08 de junho de 2020

ADEMIR ANTONIO AZILIERO

Presidente da Comissão de Licitação





PARECER JURÍDICO

Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão. Aquisição de pneus e câmeras. Análise jurídica prévia.

Senhor Prefeito,

RELATÓRIO

- Trata-se de solicitação de aquisição de pneus e câmeras.
- 2. Os autos estão devidamente paginados.
- 3. O procedimento licitatório encontra-se instruído com os seguintes documentos, no que importa a presente análise:
 - a) Ofício nº 034/2020 Solicitação da Assessoria de Planejamento, termo de referência, orçamentos, contratos, mapa comparativo e requisição de compras fls. 02/33;
 - b)Ofício nº 372/2020 do Prefeito Municipal determinando os encaminhamentos para o setor contábil para indicar a dotação orçamentária; para elaboração das minutas do edital e contrato e exame e aprovação de modalidade das referidas minutas fl. 34;
 - c) Ofício nº 096/2020 indicação de dotação orçamentária fl. 35;
 - d) Ofício nº 100/2020 Remessa da Comissão de Licitação para a análise <u>prévia</u> dos aspectos jurídicos da minuta de edital elaborada, prescrita no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 fl. 36;
 - e) Minuta do Edital e do Contrato fls. 37/82.
- 4. Na sequência, o processo foi remetido a esta Assessoria Jurídica, para a análise <u>prévia</u> dos aspectos jurídicos da minuta de edital elaborada, prescrita no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir a municipalidade no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

ANÁLISE JURÍDICA

I. DO OBJETO E DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA



- 5. O pregão consiste em modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520/2002, para a aquisição de <u>bens e serviços comuns</u> no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 6. Nos termos do parágrafo único do art. 1º do referido diploma legal¹, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- 7. Isto posto, pela descrição dos serviços constante no Termo de Referência encartado nos autos, entende-se que se tratam de serviços comuns.

II. DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 8. O pregão é regido pela Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93.
- 9. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002, que assim dispõe:
 - I a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;
 - II a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
 - III dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e
 - IV a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
- 10. A seguir, passa-se ao cotejo entre estas exigências legais e a instrução dos autos, no intuito de verificar a regularidade jurídica do caso em exame, ou, se for o caso, apontar as providências que ainda devem ser adotadas pela Administração.

¹ Art. 1º da Lei nº 10.520/2002: "Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."



Da justificativa da contratação

- 11. Sobre a justificativa da necessidade da contratação, extrai-se da legislação de regência, tratar-se de ato atribuído à autoridade competente (ou, por delegação de competência, ao ordenador de despesa ou, ainda, ao agente encarregado da contratação no âmbito da Administração)², a quem cabe indicar os elementos técnicos fundamentais que o apoiam.
- 12. O Termo de Referência anexado aos autos busca justificar a necessidade da contratação.
- 13. É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados. Recomenda-se, por isso, especial cautela quanto aos seus termos, que devem ser claros, precisos e corresponder à real demanda do Município, sendo inadmissíveis especificações que não agreguem valor ao resultado da contratação, ou superiores às necessidades da municipalidade, ou, ainda, que estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente.
- 14. A Lei nº 10.520/2002 (art. 3º, I) determina também que a autoridade competente estabeleça, de modo motivado, as exigências de habilitação/qualificação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do futuro contrato. Estes quesitos foram atendidos
- 15. Desse modo, entende-se que motivação da objetivada contratação deve ser apreciada e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo, sob a ótica do interesse público.

Do Termo de Referência e da definição do objeto

- 16. O Termo de Referência consiste em um dos atos essenciais do pregão e deve conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos. Deve propiciar a avaliação do custo pela Administração, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução contratual.
- 17. No entanto, apesar de o Termo de Referência ter sido juntado aos autos, o mesmo não foi devidamente aprovado pela autoridade competente.
- 18. Ainda quanto ao Termo de Referência que baliza a definição do objeto do certame pela autoridade competente, exigida na Lei do Pregão (nº 10.520/2002). Desse modo, deve haver a consonância entre o objeto detalhado pela área requisitante e aquele definido pela autoridade competente, constante da minuta de Edital.

² Lei nº 10.520/2002, art. 3°, I;



- 19. Para a licitude da competição, impende também que a definição do objeto, refletida no Termo de Referência, corresponda às reais necessidades do Município, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame. Registre-se que não incumbe à Procuradoria avaliar as especificações utilizadas, dado o seu caráter eminentemente técnico, recomendando-se à Administração que verifique o cumprimento deste requisito.
- 20. Convém lembrar que o art. 7°, § 4° da Lei n° 8.666/93, veda a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades. Em atenção ao preceito legal, a correta definição do objeto impõe a apresentação dos quantitativos estimados para a licitação, de forma justificada, mesmo que sucintamente.

Pregão Eletrônico

- 21. O pregão eletrônico encontra permissivo na Lei Federal nº 10.520/2002, bem como na Lei Municipal nº 1.708/2003 e é regulamentado pelo Decreto Municipal nº 3.262/2006.
- 22. Destaque-se que, nos termos do Acórdão nº 2.605/2018 do Tribunal de Contas do Paraná, uma vez regulamentado o pregão eletrônico na esfera municipal (Lei Municipal nº 1.708/2003 e Decreto Municipal nº 3.262/2006), há que se priorizar o mesmo, sendo essa a opção da Administração.

Do Sistema de Registro de Preços

- 23. Determina a Lei de Licitações Lei nº 8.666/93 que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do Sistema de Registro de Preços SRP (art. 15, II).
- 24. O registro de preços é um sistema utilizado pelo Poder Público para aquisição de bens e serviços em que os interessados concordam em manter os preços registrados pelo "órgão gerenciador". Estes preços são lançados em uma "ata de registro de preços" visando as contratações futuras, obedecendo-se as condições estipuladas no ato convocatório da licitação.
- 25. O SRP é uma opção economicamente viável à Administração, portanto, preferencial em relação às demais. A escolha pelo SRP se dá em razão de diversos fatores:
 - a) quando houver necessidade de compras habituais;
 - b) quando a característica do bem ou serviço recomendarem contratações frequentes;
 - c) quando a estocagem dos produtos não for recomendável quer pelo caráter perecível quer pela dificuldade no armazenamento;



- d) quando for viável a entrega parcelada;
- e) quando não for possível definir previamente a quantidade exata da demanda; e
- f) quando for conveniente a mais de um órgão da Administração.
- 26. O Município recepcionou a possibilidade da utilização da SRP por meio do Decreto Municipal nº 3.263/2006, razão pela qual se entende pela legalidade da Minuta do instrumento convocatório neste particular, devendo ser verificado se as quantidades solicitadas estão dentro do que a Administração estima utilizar, levando-se, inclusive, em consideração o que foi utilizado nos anos anteriores.

Da pesquisa de preços e do orçamento estimado

- 27. A especificação clara e precisa do objeto, bem assim de todos os elementos que o caracterizam (quantidades, metodologia e tecnologia a serem empregados, critérios ambientais, etc.), possibilita a adequada pesquisa dos preços, imposta pelo nosso ordenamento jurídico.
- 28. A cotação de preços deve ser ampla e atualizada, de modo a refletir, efetivamente, a realidade do mercado. Para tanto, o TCU orienta que a Administração obtenha, no mínimo, três cotações válidas. Se não for possível, deve consignar a justificativa nos autos.
- 29. Alerta-se, porém, que o atendimento à orientação da Egrégia Corte de Contas nem sempre é suficiente para fixar um parâmetro de preços aceitável. Falhas comuns são a limitação ao universo de empresas pesquisadas e a cotação dos preços praticados no varejo, quando o volume da contratação permitiria eventual ganho de escala, com redução dos preços obtidos.
- 30. Assim, para evitar distorções, além de realizar pesquisa que seja adequada às características do objeto licitado e tão ampla quanto a característica do mercado recomende, é salutar que a Administração busque ampliar sua base de consulta através de outras fontes de pesquisa, tais como bases de sistemas de compras e avaliação de contratos recentes ou vigentes.
- 31. Observe-se que as empresas pesquisadas devem ser do ramo pertinente à contratação desejada (Acórdão nº 1.782/2010-Plenário) e que não pode haver vínculo societário entre as empresas pesquisadas (Acórdão nº 4.561/2010-1ª Câmara).
- 32. Para fins de documentação, devem ser acostados nos autos:
 - a. A identificação do servidor responsável pela cotação (AC-0909-10/07-1);
 - b. A caracterização completa das empresas consultadas, com menção ao endereço e números de telefones (AC-3889-25/09-1);
 - c. Indicação dos valores praticados (AC-2602-36/10-P) de maneira fundamentada e detalhada (AC-1330-27/08-P);



- d. Data e local de expedição dos orçamentos apresentados (AC-3889-25/09-1).
- 33. Ademais, vale asseverar que a adequada pesquisa de preços é essencial para aquilatar o orçamento da contratação, sendo imprescindível para verificar a existência de recursos suficientes para acobertá-la.
- 34. Serve, também, para afastar o risco de limitação ou ampliação indevida da participação no certame³, uma vez que o valor contratual estimado é determinante para definir se a licitação deve ser destinada exclusivamente às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas.
- 35. Desse modo, deve ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 6.529, de 05 de fevereiro de 2019, que estabelece o procedimento para a fixação de preço de referência nas contratações públicas.

Das Exigências de Habilitação

36. A Lei nº 10.520/02 determina que a habilitação far-se-á com a verificação de que "o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira".

Dos critérios de Aceitação das Propostas

- 37. Outra exigência da Lei nº 10.520/2002 é que a autoridade competente defina os critérios de aceitação das propostas feitas pelos licitantes (art. 3°, I).
- 38. Do exame da minuta de edital, verifica-se satisfeita a recomendação tocante aos critérios de aceitação das propostas.

Da Previsão de existência de recursos orçamentários

39. A Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente aos pregões, estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes das aquisições e da contratação dos serviços comuns. A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, com indicação de rubrica específica e suficiente, cumpre com o presente requisito.

Autorização para a abertura da licitação

³ Art. 18, I da LC nº 123/2006; Art. 6º do Decreto nº 6.204/2007 e art. 34 da Lei nº 11.488/2007.



- 40. Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.
- 41. Caso conclua por deflagrar a licitação pretendida, deve emitir a autorização para a abertura da licitação.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio

- 42. Para a realização da licitação, a autoridade competente deve designar um pregoeiro, dentre os servidores do Município, cujas atribuições incluem o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. Anote-se que o servidor designado deve ter realizado capacitação específica para exercer a atribuição.
- 43. Também deve ser designada, pela mesma autoridade, uma equipe para apoiar o pregoeiro em suas atividades, integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do Município. Percebe-se preenchido este requisito.
- 44. Assim, deve ser anexado aos autos o ato legal que nomeou o pregoeiro e a equipe de apoio, bem como as respectivas publicações.

Da Minuta do Edital e seus Anexos

45. O processo licitatório deve ser instruído com a minuta de edital e seus anexos, dentre os quais a minuta do contrato – o que foi atendido.

CONCLUSÃO

- Ante o exposto, entende esta Assessoria Jurídica:
 - Seja a projetada a contratação devidamente aprovada pela Autoridade Superior;
 - b. Seja verificado o constante neste parecer;
 - c. Observe-se o constante no Acórdão nº 1045/16 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
 - d. Seja verificado se estão preenchidos os requisitos necessários à utilização do sistema registro de preços, consoante indicado no presente parecer;
 - Seja realizada a juntada de ato de nomeação do pregoeiro e da equipe de apoio, bem como documento que comprove que o servidor designado para atuar como pregoeiro concluiu o curso de capacitação específica para exercer a atribuição;



- f. Seja verificado se as cotações de preços foram feitas de acordo com o Termo de Referência do órgão solicitante, bem como se a mesma resguarda o preço real de mercado dos itens e se observa o princípio da economicidade, sugerindo-se a ampliação da pesquisa de preços, caso necessário, observando-se sempre os requisitos constantes no Decreto Municipal nº 6.529, de 05 de fevereiro de 2019;
- g. Seja conferida a inexistência de fracionamento indevido do objeto do certame, assim como a inexistência de licitação com o objeto idêntico à presente;
- Sejam cumpridas todas as diretrizes constantes na Lei Complementar nº 101/2000;
- i. Após cumpridas as exigências legais, seja observado no momento da execução contratual que a utilização dos objeto do certame se paute na observância à legalidade e seja utilizada no interesse público, prezando pela economicidade e pela boa aplicação dos recursos públicos, inclusive, deverá o objeto acompanhar as variações dos preços, consoante dispõe o art. 15, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 47. Registre-se, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Não se incluem no âmbito de análise da Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e pela autoridade competente do Município.
- 48. Concluída a análise, encaminhem-se os autos ao setor de origem, para as providências cabíveis.

Após, à consideração Superior.

Documento datado e assinado digitalmente.

PRICILA GREGOLIN GUGIK Assinado de forma digital por PRICILA GREGOLIN GUGIK Dados: 2020.06.16 09:29:13 -03'00'

Pricila G. Gugik
OAB/Pr nº 51.356





OFÍCIO Nº 438/2020

PROTOCOLO Nº 85/2020

DE: Frank Ariel Schiavini

Prefeito Municipal

PARA: Ademir Antonio Aziliero

Presidente da Comissão de Licitação

DATA: 24.06.2020

Com base nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993 e alterações subsequentes, considerando as informações e parecer contido no presente processo, AUTORIZO a licitação, que tem por objeto o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos para a frota de veículos e máquinas de todos os setores da administração municipal.

Anexo ao presente, Portaria nº 02/2020, de 02 de Janeiro de 2020, designando a Comissão Permanente de Licitação, publicada na Editora Juriti Ltda, em 04 e 05 de janeiro de 2020 e no Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida, em 06 de janeiro de 2020 e Portaria nº 03/2020, de 02 de Janeiro de 2020, designando o Pregoeiro Oficial, publicada na Editora Juriti Ltda, em 04 e 05 de janeiro de 2020 e no Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida, em 06 de janeiro de 2020.

Encaminhe-se à Comissão de Licitação para as providências necessárias.

Frank Ariel Schiavini Prefeito Municipal





PORTARIA Nº 02/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alínea "b" Inciso II

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Comissão Permanente de Licitação para a realização de licitações do Município de Coronel Vivida e do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, composto pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	CPF N°	IDENTIDADE Nº
Ademir Antonio Aziliero	Presidente	472.871.799-20	3.934.749-0/PR
Elaine Bortolotto	Membro Efetivo	765.002.689-20	5.331.707-3/PR
Iana Roberta Schmid	Membro Efetivo	050.669.369-47	8.407.675-9/PR
Leila Marcolina	Membro Efetivo	031.467.799-27	7.403.644-9/PR
Fernando de Quadros Abatti	Secretário	044.650.189-16	8.178.961-4/PR
Dinara Mazzucatto	Membro Suplente	032.434.999-84	8.613.696-1/PR
Giovanna Carolina Barlera Netto	Membro Suplente	037.250.749-25	7.549.799-7/PR

- **Art. 2º DELEGAR** poderes para, ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Presidente da Comissão, para assinar editais, avisos e ofícios decorrentes de licitações.
- **Art. 3º** No caso de falta de algum dos membros efetivos durante as sessões, o mesmo poderá ser automaticamente substituído por um membro suplente, sem qualquer prejuízo ao trâmite do processo.
- **Art. 4º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de janeiro de 2020.

FRANKARIEL SCHIAVINI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

-ADEMIR ANTONIO AZILIERO Contabilista – CRC 25.365

DIÁRIO DO SUDOESTE

Publicações Lega

Caderno Integrante da Edição nº 7548 Pato Branco, 4 e 5 de janeiro de 2020

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANA
PORTARIA Nº 8/2020, de 26 de janeiro de 2029.

O Prefeito Numicipal de Cerenel Vivida, Estado de Parana, senso de 2029.

O Prefeito Numicipal de Cerenel Vivida, Estado de Parana, senso de setimbigões legais que ête
contere a Lei Orgánica do Municipio, em seu surgo 24, alinea 1º indice il e tendo em vivia o disposito ne
Lei referelar nº 866, de 21 de junho de 1903, RESOLVA.

Art. 1º, DESIGNAR Comissão Permanente pare julgamento des podidos de inscriçõe am registro
cadastral, sue alteraçõe ou cancelemento, para fix de participação em licitações públicas promovidas
palo Municipio de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de degembro de 2020,
composito pelos agojidas membros.

NOME	CARGO	CPF Nº	IDENTIDADE N
Ines Delmira Poletto	Prosidente	020,289,009-03	5.902.558-9
Douglas Cristian Strapazzon	Membro	041,032,719-06	8.907.764-8
Olgs de Fatime Maties	Membro	757,578.729-00	5,170.461-2

retrosgindo seus efeitus a partir de 01 de juneiro de 2020. Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Parana, aos 02 (dois) dias de mês de landec da 2021.

PORTARIA N° 92/2020, de 92 de janeiro de 2028.

O Prefetto Municipal de Coronel Vivida, Estado do Parana, vasando se atribuigões legais que the confere a Lei Organica do Municipio, em asu artigo 24, alinea "o" inclao il R. RESOLVE.

RESOLVE. Art. 1' DESIGNAR. Comussão Permanente de Lichação para a realização de ficiliações do Municipio de consel Vivida y do Fundo Municipal de Saúda de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de uma aix 1 de desavelha de 92/20 c. composito podes socientes membros.

NOME	CARGO	CPF Nº	IDENTIDADE N
Ademir Antonio Azillero	Presidente	472.671.799-20	3.934.749-0/PR
Elaine Borfolotto	Membro Efetivo	765.002.689-20	5.331.707-3/PR
ana Roberta Schmid	Membro Efetivo	050.669.309-47	8.407.675-9/PR
ella Marcolina	Membra Efetivo	031.467.799-27	7.403.644-9/PR
emendo de Quadros Abatti	Secretário	044.650.189-16	8.178.961-4/PR
Dinare Mazzucatto	Membro Suplente	032.434.999-84	8.613.696-1/PR
Biovanna Carolina Bartera Netto	Membro Suplenta	1037.250.749-25	7.549,799-7/PR

Art. 3º No calao de fata de águm das membros efeñvos durante as sesados, o masmo podará ser automaticationes supplicados en em membros efeñvos durante as sesados, o masmo podará ser Art. 8º Esta portida entra en vigor na dará de sas públicados, reseguidas as intensión como anticipativo sana eletidos a partir de d1 de premo de 2020. Calciertes de Philipio Municipat de Comonal Vividad. Estado do Passala, asia 02 (dois) dies do mês de

PORTARIA N° 03/2020, de 02 de jameiro de 2020. to Municipal de Corenel Virida, Estado do Parana, usando sa stribulgões ingals que lhe t. Lei Orgânica de Municipio, estado em vista e disposito no art, 5º da Lei Municipal n° 2 de 18/03/03, Lei Federal n° 3,656/93 e Lei Federal n° 10,520/2002,

Continua Lui Orgánica de Municipio. A tentre vincia de 10.520/2002, Trotazco de 1990/05, Lui Pederelin 5.856/93 s Lei Federal nº 10.520/2002, RESOLVE: 18-20/05, Lui Pederelin 5.856/93 s Lei Federal nº 10.520/2002, RESOLVE: 18-20/05, Pederelin 5.856/93 s Lei Federal nº 10.520/2002, RESOLVE: 18-20/05, Pederelin 5.856/93, Pederelin 5.856/93, Pederelin 5.856/93, Pederelin 5.856/93, 10.506/93, Pederelin 5.856/93, Pedereli

Sécricos de área, para auciliar na análise das propostas e documentos MUNICIPIO DE CORONEL VINDA - ESTADO DO PARANA PORTARAN N° 13/2070, de 32 de jameiro de 2013, O Prefeite Municipal de Geronal Vivida, Estado de Parana, suando en aprihujões tegais que ha cumpo de la composição de composição de para de la composição de la composição de la composição de cumposição de 18,000 de 30 de 18,000 de 18,000

NOME	CARGO	CPF Nº	IDENTIDADE Nº
nes Delmira Poletto	Presidente	020,289,009-03	5.907.555-9
Douglas Cristian Strapszzon	Membro	041.032.719-06	8.907.764-8
Olga de Fatirna Malies	Membro	757,576,729-00	6.170.461-2

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefetto Municipal Registre-se e Publique-se ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25:365

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25-398
PORTARIAN PO20203 de 00 de jassiro de 2010.

Prefetto Municipal de Coronet Vivida, Estado de Perran, vasando as atribulções legals que me nitre a La Organización de Municipal de Coronet Vivida, Estado de Perran, vasando as atribulções legals que me nitre a La Organización de Coronet Vivida e 100 de 1

Ant. 2" DELCUMA podere party automotive party automotive, presidence de Commado, para assur-dant. 3" No costo de fellad de algundo emerciose defotoso durante as secuções, o mesmo poderá ser subcrnaticamente substituído por um membro suplente, sem qualque prejuízo ao litimite do processo. Art. 4" Esta produce entre em vigor ne deta de sua publicação, revopados as singerojdes and contrator, refrospindo seas delitios a parair de 61 de jumento de 2000. Incendo de 2000.

ADEMIR ANTONIO AZUERO, Contabilista - CRC 23.365

PORTARAN Nº 190203, de 20 de janeiro de 2220,

Debranda Nº 190203, de 20 de janeiro de 2220,

Debranda Nº 190203, de 20 de janeiro de 2220,

Debranda de Municipia de Comenti Virida. Estado do Paraña, ixendo as sifiliujões legais que lhe combre a La 190203, de 19020, de 19020,

Art. 3º Esta portaria entra em vigor ne data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retrospindo seus efellos a partir de 01 de janeiro de 2020.
Satirella do Prefeto Municipal de Coronel Vivida, Estado do Perania, ace 02 (dois) dias de mõe da janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal Registre-se e Publique-se ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista – CRC 25.365

ADURN ANTONIO CONTABILA CRC 25 365

PORTARIA Nº MAZDOZ, de 22 de samier de 22 de samier de 2000.

Profetto Municipal de Courseal Vivolé, Estado do Pezza, isserdo se afribulções legale que lhe contreva e La Granda de Courseal Vivolé, Estado do Pezza, isserdo se afribulções legale que lhe contreva e La Granda de Courseal Vivolé, Estado de Pezza, isserdo se a crit d' de Lat Municipal nº 17828/093 de 1893/09, La Federal nº 18.66/033 e Lat Federal nº 18.26/0292,

ATL 1º DESIGNAR S Servisiona IAAN ROBERTA, SCHMID, portadors do CFF nº 086 669.399.47, para coemprenhar a função de sudenha de Proguero, para relezação de Estadors an modificade de Proguero para a Municipia de Caronal Vivolés e nº Fundo Municipal de Sados do Municipio de Doronal Vivolés, para o pelicido de 16 de jameiro de \$2000 a 1 de decembro de 2720.

Servicio de 16 de jameiro de \$2000 a 1 de decembro de 2720.

ATL 1º Designar, lha sudottatada comocora, além dos membros de Esque de Apola, a dependar de appendicades (corrica do objeto ou de documentação apresentade, outros sendoras do Municipio, derincidos de fezra do objeto ou de documentação apresentade, outros sendoras do Municipio, ATL 3º Esta portaria entre em vispor ne data de sus publicação, retroagindo seus efetios a partir de 01 de

jameiro de 2020. Gabriele do Prafallo Municipal de Coronel Vivida, Estado do Parané, aos 02 (dels) dias de mês de Janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeto Municipal Registre-se e Publique-se ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista – CRII 25 366

PORTARIA N° 05/2020, de 02 de jeneiro de 2020. o Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paranà, usando as stribuições legais que lhe s Lei Organisa de Municipio, e tendo em vista o dispesto no est, 8° da Lei Municipal n° da 18/00/30, Lis Fáderia n° 8.66/50 e Lei Fáderia n° 10.52/00/31

confere à Lai Orgànica de Mustoppre.

1798/2003 de 1900/30, Lei Pederal n° 8.556/93 e Lai Faderal n° 10.325/20ve.

RESOLVE.

RESOLVE.

1798/2003 de 1900/30, Lei Pederal n° 8.556/93 e Lai Faderal n° 10.325/20ve.

RESOLVE.

1798/2003 de 1900/30, Lei Pederal n° 1900/30, Lei Pederal n° 10.325/20ve.

1798/2003 de 1900/30, Lei Pederal n° 1900/30,

Lociopia.
Ant. 3º A pregogiés. Rea autorizada a corroccar, alám dos membros da Equipe de Apolo, a depender da Ant. 3º A pregogiés. Rea autorizada a corroccar, alám dos membros da Equipe de Apolo, a depender da especificada de fecinca de objeto ou da documento; do carrestinada, outros servidores do Municipio, descrico da de las opera autilar en alidase da si proposta o documento.
Art. 3º Esta portada entre en vigor ne deta de sua publicação, retrosogindo seua efelios a partir de 01 de laciaries da 2003.

eletis Municipal de Coronal Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (úcia) dias de más de

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ

DECRETO N.º 6703, de 02/01/2020

Disple sobre a compatibilização da programação financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercicia Financeira de 2026.

Defection parto d'actricus "maintaine des propriets de parmi, no aso de suas stribuções legas, e tendo em vista
o disposto no capos do arrigo 8" e artigo 13" da Lei Complementar s" 101, de 4 de maio de 1000.

DECRETA:
Art. 1" - A movimentação das dotações orçamentárias dos degãos, fundos e estidades do Poder Executiva,

occusiones de la 2014/2, de 77 de novembre de 2019 (Lei do Orçamento para 2020), Siem limitados escribiros de valores constantes de la 2014 (Lei do Orçamento para 2020), Siem limitados escribiros constantes dos Anacion I e II deste Decreto.

§ Único — Excheen-se do limite máximo de movimenteção, su despesar

pertencentes aos seguintes grupos de dotação: I – relativas nos grupos de despesa:

a) pessoal e encargos sociais;
b) juros e encargos da divida, e
c) Amortização da divida

destinadas aos pagamentos:
 a) — as despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado;
 as despesas decorrentes de atxilhos, subvenções e transferências, devidamente

autorizados por Lei específica; Despesas com fonte de recursos financeiros específicos e obrigationo

Art. 2" — A realização de desposa, inclusado consequenção de terceiras e restos a pagar farão parte de mencionado cronograma e sua amortifunção occurrar motimate compatibilização do supervivil financeiro de extercicio de 2019, não o montante da efetiva arrecadação das receitas, constantes do ancas I doste Decreto, e

observada sa excluicici do artigo 1".
§ 1" - Nos casos de descentralização de créditos orçamentários, o limite financeiro correspondente será igualmente descentralizado; e testando de despesas a costa de recursos liberados pelo executivo municipal, o órgão descentralizador, em comum acordo com o órgão beneficiário, definirá o mês em que deverá ser ado o correspondente repasse financeiro.

estrusso o correspondente puesas financieros. ATI. 7 - Observados na ecquisas finades do ártigo 01º á liberação de recursos orçumentários, será por base os limites mensais de despesas fixades no anexo II cam anexo a este Decretos. ATI. 4º - O Profriso Municipal, no ámbito de saua compostências, procederá o remandamento total ou o partial dos saldos disponivel em enda quota de despesa, de acordo com o fitaxo

numeros opusaso. Al. 5º - Os tréditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos no exercicio de 1820, bem como os créditos especiais reabertos, terá sua execução condicionada aos limites fixados a conta das fontes de recursos

Art. 6" - Os recursos financeiros correspondentes aos créditus orcamentários consignados ao Poder

Legislativo e seus ciclibra alicioniai, ser-lin-de entregues sel o dia 20 de cada me, em conformidade com u dispusto no unigo 70-A da Countringio Federal, e Emendas Constitucionais 25/000 e 38/0000 AA. 7. 7. Ao servição de consolididade de Perfeitura Menicipal compete procede à limitação de empenho e movimentação finançoira, segundo os critérios fixados na lei de diretrizas orçamentárias, quando ao final de

movimentaĵo friencioria, segrando se critérios finados na lei de direttivas organentarias, quindo ao final de um binestre, for virilendo que a realização das receites não poderá comportar o cumprimento das metas de teculado primário ou nominal.

Ant. 8.º. Os quadros demonstrativos da Programação Frinneceira da Receita Menas el de Cruega Excuegão Memal de Desambolisto para o presente Execucion, næxos a sete Deverta, considerar-sa-são submanistemente alterndos toda vez que houver movimentação orçamentária de créditos adicionais suplementares, especiais ou extraordinários.

Ant. 9º- Este Deverto este em visjos ma data de ma poblicação.

Gabiente do Prefeiro Minicipal de Caronel Vivoda, em Q2 de janeiro de 2020.

Frank Ariel Schlavini Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se, Ademir Antonio Azilie-

Amazon dissems, com br., deligio de de 04/17/2020, respectivamente, conforma Lei Autorizativa nº 06/201
201/2012.

PORTARIA Nº 200/2019 — Data: 30/17/2019 Simulais: "Designa Director de Centre Municipal Compagna de la compagna del compagna de la compagna del compagna de la compagna del compagna dela compagna del compagna de la compagna de la compagna del compagna del compagna de la compagna de la compagna de la compagna de la compagna del comp

Extrato Centralo Nº 283201940P. Tomada de Pregun nº 147011P. Processo nº 302019.
PARTED Municipo de Paul Barro Biologo Program de 147011P. Processo nº 302019.
PARTED Municipo de Paul Barro Biologo Program de 147011P. Processo nº 302019.
PARTED Municipo de Paul Barro Biologo Program de 147011P. Processo nº 302019.
PARTED Municipo de Paul Barro Biologo Program de 147011P. Processo nº 302019.
Adderina Parte De 147011P. Processo nº 302019.
Adderina Alexa Cesto Area Santona Contra de 132432441. en maldalem Talho. Cesto Area Santona Contra de 132432441. en maldalem Talho. Cesto Area Santona Contra de 132432441. en maldalem Talho. Cesto Area Santona Contra de 132432441. en maldalem Talho Periodo Dio Vidila Contra Contra

A Comusão Permanure de Licisado da Prefettor Municipal de Saúdale do Igueça, designada paía Fortaras Municipal de Saúdale de Igueça, designada paía Reportar Municipal de Saúdale Comusão de Professor de José Reporta Repolar, compratitivo e restultado de Lidisado na modalidade tomada de proça no 1915/2019, fendo como objeto: Contratação de empresa para execução de obras de contrareção de parque municipal com 16/00/25m², comunicipal paía, acapia com ampulsariorda, quadras respectivas, lindinação muros guarda cerpo, dambiarado, chimarado para preseça polar que por preça gobale que memorada descritivo assesso par estidad, sob regime de empretada CLASSIFICAÇÃO.
CLASSIFICAÇÃO:

CLASSIFICAÇÃO: LOTE DI: 1º LIUDAK - CONSTRUTORA BRAGATO EIRELI, CNPJ Nº 02,394.264/D001-00: VALOR CLOBAL BS 2.728.941.14 (dois milhão, retocentos e trinta e oito mil, ollocentos e quaerenta e um crois e

quitorie centuvos). 2º Ligiar - Compano Engenharia e construções eirell, capi aº 03 830 322/0001-19: Valor GLOBAL R\$ 3.134.856,70 (três milhão, cento e trinta e quateo mil, eltocretos e cinquenta e seis trois e

Saudade de Iguacu, 03 de janeiro de 2020.

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PRECO Nº017/2019

A Camisaña Permanente de Licitaña do Reprintor Municipal de Soudiale de Insueu, designada pela Portana Municipal 101/2018 de 25 de junho de 2019, composta pulos menimos. Pelabello Bochia e Data Municipal de Soudiale de Insueu, designada pela Portana Municipal 101/2019 de 25 de junho de 2019, composta pulos menimos. Pelabello Bochia e Data Municipal de Soudiale de Insueu de Insueu de Portana de

centaires).
2º LIGAR: RECONSTRUTORA LIDA, ENPL Nº 11,478 001/0003-62: VALOR GLOBAL RS 1,642 278,09
(um milha, settembre equatento e dels mil, dusentos e prienta e olte reale e nece cempres).
LOTE 02: 19 LUGAR: PATOESTE RETTIO INSTALADORA LIDA, CNI Nº 77,739,299,0001-14; VALOR.
GLIBRAL RS MIL 3700,14 (sensentos e miertus entes mil, settembre reas e quaturas contatoris).

Saudade do Iguaça. 03 de janeiro de 2020.



DECRETO Na 001/2020, DE OZ DE JAMEIRO DE 2020.

Abre Cédito Addisona Suplementer no Orçanisació do Manciado de Sultina paira o Exercicio Financeiro de 2 020. conferente se nº 1002/2020, De ovaler de RS 450.000.00

DECRETO N4 002/2020, DE 02 DE JAMEIRO DE 2020.

Abre Cédito Addisona Suplementer no Orquamento de Municipio de Sulfina paira o Exercicio Financeiro de 2.020. conferente se nº 102/2020 p. no vasor de RS 850.000.00

DECRETO N6 002/2020, DE 02 DE JAMEIRO DE 2020.

DECRETO N6 002/2020, DE 02 DE JAMEIRO DE 2020.

DECRETO N6 002/2020, DE 02 DE JAMEIRO DE 2020.

DECRETO N6 002/2020, DE 02 DE JAMEIRO DE 2020.

DECRETO N6 002/2020, DE 02 DE JAMEIRO DE 2020.

DECRETO N6 002/2020, DE 02 DE JAMEIRO DE 2020.

DESPENSA DE SENSO DE 1002 CONTROL DE 1003/2010, no valor de RS 688.690.52.

DEGRETO N6 002/2020, DE 02 DE JAMEIRO DE 2020.

DESPENSA DE SENSO DE 1003/2010, de 1003/2010, no valor de RS 688.690.52.

DECRETO Nº 005/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

18/01/2024. PORTARIA Nº 001/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020. netiui Comissão Permenente de Licitação para exercicio pORTARIA Nº 002/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Nomenção de pregoeiro e equipe de apolo. PORTARIA Nº 003/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020. PORTARIA Nº 004/2024, viz se como para progão eletrônico. Nomeação de pregoeno a equien de apoio para progão eletrônico. PORTARIA Nº 004/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Lução na lintegra din atos asima encuntram-se disponívels no seguinte endereço eletrón overadiariumunicipal.com.hr/emp., edição do dia 03 de JANEIRO de 2020, conforme Lai Autorizativa

EXTRAVIO DE NOTAS FISCAIS

A empresa FLAVIO BALBINOTTI com CNPJ 18971635000100, localizada na Avenida Tupi, 4151, Pato Branco – PR; comunica o extravio de Nota Flacal de número 151. Conforme Boletim de

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 09/2019
DATA: 30/1019 HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 09/2019
DATA: 30/1019 HORÂNIO, 09/20
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTURA AQUISIÇÕES DE MATÉRIAIS DE
ODONTOLOGIA PARA A ATENÇÃO BÁSICA E CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS.

Decontroction in integral do a partie de central de experiencia de controction de controction de la publicação na integra do ato acima estará disponível no segurida endereço eletrônico: historiave desmolicamente concomienta, segurida en del para el para



Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida

HUNER COMERCIO Assinado de forma digital E SERVICOS LTDA ME:139340310001 61

por HUNER COMERCIO E SERVICOS LTDA ME:13934031000161 Dados: 2020.01.03 17:51:21 -03'00'

Segunda-Feira, 06 de Janeiro de 2020

Ano III - Edição Nº 0369

Pagina 1 / 011

Fis

Sumário	
Executivo	01
Portarias	01
Licitações	
Contratos	
Outros Atos	
Decretos	00
Resoluções	10
Execut	

PORTARIAS

PORTARIA Nº 01/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribulções legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alínea "b" Inciso II e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR Comissão Permanente para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, para fins de participação em licitações públicas promovidas pelo Município de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, composto pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	CPF N°	IDENTIDADE Nº
nes Delmira Poletto	Presidente	020.289.009-03	5.902.558-9
Douglas Cristian Strapazzon	Membro	041.032.719-06	8.907.764-8
Olga de Fatima Matias	Membro	757.576.729-00	8.170.461-2

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias de mês de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25.365

PORTARIA Nº 02/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alínea "b" Inciso II RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Comissão Permanente de Licitação para a realização de licitações do Município de Coronel Vivida e do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, composto pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	CPF N°	IDENTIDADE N
Ademir Antonio Aziliero	Presidente	472.871.799-20	3.934.749-0/PR
Elaine Bortolotto	Membro Efetivo	765.002.689-20	5.331.707-3/PR
Isna Roberta Schmid	Membro Efetivo	050.669.369-47	8.407.675-9/PR
Lella Marcolina	Membro Efetivo	031.467.799-27	7.403.644-9/PR
Fernando de Quadros Abatti	Secretário	044,650,189-16	8.178.961-4/PR
Dinars Mazzucatto	Membro Suplente	032 434 999 84	8.613.696-1/PR
ovanna Carolina Bartera Netto	Membro Suplente	037.250.749-25	7.549.799-7/PR

Art. 2º DELEGAR poderes para, ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Presidente da Comissão, para assinar editais, avisos e oficios decorrentes de licitações.

Art. 3º No caso de falta de algum dos membros efetivos durante as sessões, o mesmo poderá ser automaticamente substituído por um membro suplente, sem qualquer prejuízo ao trâmite do processo.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefelto Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25.365

PORTARIA Nº 03/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 1708/2003 de 18/03/03, Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002,

Art. 1º DESIGNAR o Servidor FERNANDO DE QUADROS ABATTI, portador do CPF nº 044.650.189-16, para desempenhar a função de Pregoeiro, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, e a equipe de apoio é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

Art. 2º O pregoeiro, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores do Município, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias de mês de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25.365

PORTARIA Nº 04/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuque lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 1708/2003 de 18/03/03, Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Servidora IANA ROBERTA SCHMID, portadora do CPF nº 050.669.369-47, para desempenhar a função de suplente de Pregoeiro, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

§ 1º. A equipe de apoio de licitações na modalidade Pregão é composta pelos membros. da Comissão de Licitação.

Art. 2º A pregoeira, fica autorizada a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores do Município, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias de mês de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25.365

PORTARIA Nº 05/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 1708/2003 de 18/03/03, Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Servidora ELAINE BORTOLOTTO, portadora do CPF nº 765.002.689-20, para desempenhar a função de suplente de Pregoeiro, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

§ 1º. A equipe de apoio de licitações na modalidade Pregão é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

Art. 2º A pregoeira, fica autorizada a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores do Município, técnicos da área, para auxillar na análise das propostas e documentos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias de mês de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal

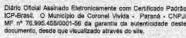
Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25.365

Cod320873















PORTARIA Nº 03/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Municipal n° 1708/2003 de 18/03/03, Lei Federal n° 8.666/93 e Lei Federal n° 10.520/2002.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Servidor **FERNANDO DE QUADROS ABATTI**, portador do CPF nº 044.650.189-16, para desempenhar a função de **Pregoeiro**, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, e a equipe de apoio é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

Art. 2º O pregoeiro, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores do Município, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias de mês de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO Contabilista – CRC 25.365

Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição nº 7548 | Pato Branco, 4 e 5 de janeiro de 2020

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, camaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO FARANA
PORTARIA Nº 01/02/02, de 90 de jenefro de 2020.

18 Manticidad de Corend Vivida. Estado do Parana, austria au atribulições legais que the
autoria de Corend Vivida. Estado do Parana, austria au atribulições legais que the
air 5 865, de 31 de julho de 1992, RESOLVE.
ESTADOR DE 1992, R

NOME	CARGO	CPF N°	IDENTIDADE N
ines Dalmira Poletto	Presidente	020.209.009-03	5.902.558-9
Douglas Cristian Strapazzon	Mombro	041.032.719-06	8.907.764-8
Diga de Fatima Maties	Membro	757 576 729-00	6.170.461-2

retroegindo seus efaltos a partir de 01 de jaranto de 2020 publicação, revogadas ea disposições em contrato, Gabiniste do Preteiro Municipal de Coronel Vivida, Estado do Parana, aos 02 (dois) dias de mês de invitor de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeto Municipal Registre-se e Publique-se ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista – CRC 25 365

PORTARIA Nº 20200, de 20 de janeiro de 2025.

O Prefetto Municipal es Convert Vivida, Estado do Paraña, usando sa atribuições tegais que lhe contera a Lei Organica do Municipo), em seu artigo 42, alimes 1º historia (Paraña de Municipo), em seu artigo 42, alimes 1º historia (Paraña de Municipo de 1880.UE)

RESOLVE:

ANT. P DESIGNAR Comissão Premanente de Licitação para s rasilação de licitações de Manteipo de 2020, composto pelos assumas menticos.

NO de CARCO OPEN.

Alimez Antonio Aplate Prasidente

PORTARIA Nº 93/2929, de 92 de jarreiro de 2039. eveltio Municipal de Coronel Vivilla, Estado do Parant, usando se atribulções legais que lhe lare a Lei Orgànica do Municiplo, e tendo en vista o disposto no att. 8º de Lei Municipal nº 1/2003 de 18/03/05, Lei Faderai nº 8.66/093 a Lui Faderai nº 10.82/07/03/2,

D Printipo Municipal de Coronal Vivias, catavor en vista o disposito no est. 8" 08 est introduce de contra a La Organiza de Municipio, e sende sen vista o disposito no est. 8" 08 est introduce de 1900/05, el printipo de 2000/05, el printipo de 1900/05, el printipo de 1900/05, el printipo de 2000/05, el printipo de 1900/05, el printipo de 2000/05, el printipo de 1900/05, el printipo de 19

NOME	CARGO	CPF Nº	IDENTIDADE N
nes Deimira Poletto	Presidente	020.289.009-03	5 902 558-9
louglas Cristian Strapazzon	Membro	041.032.719-06	8 907 784-8
liga de Fatima Mates n. 2 ^a . Esta portaria entra am vigor	Membro	767.578.729-00	6.170.461-2

nativeginito seus statos a partir de 01 de janeiro de 2020. Gebinde do Prefeto Municipial de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) disc de mês de lamante de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeto Municipal Ragistre-se e Publique-se ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contablista – CRC 25.385

PORTARIA N° 02/2920, de 02 de jeneiro de 2020. alto Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando es stribuições legais que lhe s e Lei Orgánica do Municipio, em seu artigo 24, sinsea "o" incise il

effere s Lel Orgánica do Municipio, em seu artigo 24, alinea "b" incise il escol. Ve:

Art. 1º DESIONAR. Comissão Permanente de Licitação para a realização de licitações do Municipio de Coment Vindes, apris o pariedo de 01 de jameiro de 2023 del 11 de decrembro de 2023 del 11 de 2023 del 11 de decrembro de 2023 del 11 de 2023 del 11 del 2023 del 11 del 2023 del 11 del 2023 d

Art. L' DELEGAR poserres pares, ADEMIR ARTONIO ACLIERO, Presentende de Comissão, para assum-valles, vistos el Ocios decorreires de licitologia.

Art. Politica de Comissão de

ADURN ANTONIO ADLICENO. Contacilista - CRC 23 366

PORTARIA Nº 81/2000, de 20 de jusario de 2020. Discipio de concentra su su control de control Vivida, Estados de Prezas, usando sa azribuições legais, que inscentre a su Organica do Municipio, e stenda em vista o disposita na est. 8º de Lel Municipia nº 1/98/2003 de 18/9/2007, Lel Federal nº 8.88893 e Lel Federal nº 10.520/2002,
RIL 1º DOSIGNAR O Sorvidor FERNÁMIDO DE QUADROS ABATTI, portador do CPF nº 04.4.650 180-181, para desemplar a função de Pregoleto, para realização de felucipio de Comoné Vivida, para o funcion de Comoné Vivida e o Fundo Municipio de Comoné Vivida, para o período de 10 de jamento ne 2020 a 10 de dezamento de 2020, e a regular de apoia de composta palas en control de Comoné Vivida e o Fundo Municipio de Comoné Vivida, para de como de Comoné Vivida e o Fundo Municipio de 2020, e a regular de apoia de composta palas estados de federal de como de como de 2020, e a regular de apoia de como de 2020, e a regular de apoia de como de 2020, e a regular de apoia de como de como de 2020, e a regular de apoia de como de decomentarios de Espados de Apoia, a departer de Apoia de después de presentación, cuatro servicios de Oddos de Municipio.

Referencia de debeto e de si documentarios perspetitación, como como de como de como después de propuesta en documentos.

ALL 2º Esto postaria aertis em vigor de 2020 de después de formación as discondicios em portanos.

Art. 2º Este portaria entire em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contraria, retroajindo saus efeitos a partir de 01 de jareiro de 2020. Gabilinet do Prefeto Minitripia de Corronel Vivia. Estado do Paraná, ene 02 (dos) disa de mão de

FRANK ARIEL SCHIAVINI. Prefeto Municipal
Registre-se e Publique-se
ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista – CRC 25:385

PORTANIA Nº 64/2020, ité 02 de janeiro de 2020.

D Prefeito Municipiei de Goronel Violda, Estatod de Parani, usando se atribuições legais que lhe conters a Lai Orgânica de Municipie, e tendo em vista o disposeis no est. 8° de Lai Municipal n° 1002/203 de 18/03/203, Lei Federal n° 8.956/93 e Lei Federal n° 10.326/2002,

1700/2003 de 1802/303, Lei Federal n° 8.666/35 è Lei Federal n° 10.020/2003.

RESCUEZIONARIA E Sanvidora INDA ROBERTA SENIMID, porcados de OFP n° 050.880.388.47, para RESCUEZIONARIA E Sanvidora INDA ROBERTA SENIMID, porcados de OFP n° 050.880.388.47, para demempenhar a hunção de suplente del Proposico, para realização de Sinúciações, no modeladore de Freque demempenhar a hunção de cupriente Visita de Proposico, para realização de Sinúciações, no modeladore de Proposito Proposito de Sinúciações de Compativitado de Compativitado de Compativitado de Proposito de Sinúcia de Mandaligão de Control Vividas, para o partidos de 15 de jameiro de 2003 a 31 de diszambro de 2003.

L'úzagio.

Art. 2º A pregoeira, fica autorizada e convocar, além dos membros de Equipe de Apolo, a depender de especificidade técnica do objeto ou da documentação apresendade, outres servidores do Município, defendos de farea, para auditer e enteles de aforçanda a documento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor ne data de sua publicação, refraagindo seus efeitos a partir de 01 de

janaku ile 2020. Gabinete do Prefeto Municipial de Coronel Vivida, Estado do Parania, eca 92 (dole) dias de mês de

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal Registre-se o Publique se ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista – CRC 25.365

ADEMIN ANTONIO ALLIERY, CONSENSES - LIVE 40-40.

PORTARIA P 092820, de 20 de janeiro de 20 de 20

Loispéis.
Ant. P à prosporés, fice autivitade a convocar, élém dos membres de Equipe de Apoio, a depender de especificidade élonica de objets du de documentação apresentada, outres senifores do Município, electicos de étes, para austiam no emiser des propordars a documentos.
Ant. 3º Etia portam entre am vigor no data de sua publicação, situagendo avua efeitos e partir de 01 de

eiro de 2020. Binnele do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dies de mête de airo de 2020.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANA

DE CRETO N.º 6193, de 62/01/2020

Dispôe sobre a compatibilização da programação financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolos para o Exercído Financeiro de 2020

Desembolo para o Exercído Pianocira de 2020

O Prefeio Municipal de Cercorel Vivida, Erabad do Parani, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista
o disposta no capar do artiga 8º e artiga 13º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

DECRETA:
Ant. 1º - A movimentação das disações organentarias des deglass, fundas e ornidades do Poder Executiva,
constantes da Lei nº 2942, de 27 de novembro de 2019 (Lei do Organento para 1020), fisam limitados sus

valores constantes dos Ancaso I e II deses Decreto.

§ Útalco - Excluen-se do limite máximo de movimentação, as despesas pretencentes aos segúnies grupos de doseção:

1 - relativas aos grupos de despesa:

a) pessoal e encargos sociais;
 b) juros e encargos da divida; e
 c) Amortização da divida.

II – destinadas aos pagamentos:

a) - as despesas decorrentes de sentencas indicinis transitudas em infendo:

 b) ar despenas decorrentes de auxilios, subvenções e transferências, devidamente autorizadas por Lei específica; c) Despesas com fente de recursos financeiros específicos e obrigatorios

Art. 2º - A tealização de despesas, incluíndo conseguação de terceiros e tratas a pagar fazia parte do mencionado cronograma e sua ameritação ocorera mediante compatibilização do superávit financeiro do exercício de 2019, act o montante da efetivo arrecedeção das receitas, constantes do aceao I doste Decreto, e

bservadas as exclusões do ortigo 1º, 6 1º - Nos casos de descentralização de créditos orçamentários, o limite financeiro correspondente será igualmente descentratizado, e tratado de despesas a costa de recursos liberadas pelo executivo municapal, o degla descentratizador, um comem secreto com o órgão descritativador, com comem secreto com o órgão beneficiário, definará o mês em que deverá per efectuado o correspondente reputas financeiro.

Art. 3º - Observadas se eculvados do 5 gintos do artigo 1º 3 liberação de recursos orpamentários, terá por base-

os limites mensais de despesas lixados no anexos II em anexo o este Decresto. Art. 4º - O Prefeito Municipal, no âmbito de suas competências, procederà o remanejamento total ou parcial dos saldos disposivel em cada quata de despesa, de acordo com o fluxo

ALT. 5 - Cla créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos no exercicio de 1920, bem como os créditos especiais reabertos, terá sua execução condicionada aos limites fixados a conta das funtes de recursos

Art. 6º - Os recursos financeiros correspondentes nos créditos orçamentários consiguados no Poder Legislativo e sua créditos adicionais, ser-lie-ão entregues até o dia 20 de cada mée, em conformidade com o disposto no arigo 29-A da Constituição Federal, e Francisa: Constitucionais 25/2000 e 58/2009. An 7 ⁿ - Ao arrêgido de constituição de Prefeitura Municipal compete proceder à limitação de empenho e movimentação financeira, segundo ou critérios fixados na lei de diretrizos orçamentárias, quando ao final de

um bimestre, for verificado que a rualização das receitas não poderá comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal.

ATA 8º - Os quatro demonstrativos da Programação Financeira da Receita Mensal e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolão para o presente Exercicio, amexos a este Decreta, considerar-se-do automaticamente altendos toda vez que houver movimentação orpanentaria de créditos adicionais suplementares, especials ou extraordinários

- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. te do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, em 02 de janeiro de 2020.

Frank Ariel Schlavini

Registre-se e Publique-se, Ademir Antonio Aviliano

Ameny felorems com. z. edyco do de activit 102002, respectivamente, conforme Lei Autorizatios nº 06/2012 de 25/01/2012.

\$25/01/2012.

**MINISTRA Nº 2002015 — Date: 25/01/2019. Sémula: "Datejan Direstor de Cestro Municipal de

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

MUNICIPIO DE VINCULTO A viscução dos serviços de
pavimentação astânica acora presenta posicience nos tracelos das rues Andotribas. Anielo D.
Alvas a Aurea Zandonia, com área folial de 13 240,24m², em atendimento as necessidades de
Secretaria Panicipal de Engelentaria « Obras, para a empresas Sudoya Construitors EPP. Inscrita no CNPJ 26 469 480001-50, com o valor global de RS 1.142,948,26. Pato
Branco, 30 de decembro de 2010. A Augustinho Zuculta - Prefetio.

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PRECO Nº016/2019

A Comusão Permanente de Licitação da Prefettura 2019, compasta pela Praço Moliciaga de Sudiende do Igraço, designada pela Pertaria Municipal do 10/2019 de 15 de junho de 2019, compasta pelos membros, Fabieira Restin e Datano Cambroura; sub a presidência de José Robeira Bocalon, tarea junhico o resultado da Licitação na modalidado tomada de preço nº 10/2013. Endo como objeto. Contratação de empresa para execução de sobrea de contração de parque municipal com 18. 80/237m³, commençado praça, campa rem expulsionada, quadra exegoritare, liminação, municipal quadra expertação expertação de compasta de contração de sobrea de contração de sobrea de contração de sobrea de contração de parque municipal com 18. 80/237m³, contemplatodo praça, campa rem expulsiva de contração de parque municipal com 18. 80/237m³, contemplatodo praça, campa rem expulsiva de contração com contração de contração de

CLASSIFILAÇÃO: LOTE 01: 1º LUGAR - CONSTRUTORA BRAGATO EIRELI, CNPJ Nº 92,394,264/0001-00: VALOR GLOBAL RS 2/38,941,14 (doisi milhão, setecentos e trinta e oito mil oltocentos e cuarents e um route a questrar continue no esta en la compania de la compania de comit, esta entre quarente e un relat e que que entre continue no entre e

Saudade do Iguaça, 03 de janeiro de 2020

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº017/2019

A Comincia Permanente de Licita (AO TOMADA DE PREÇO Nº037/2019

A Comincia Permanente de Licita (ab de Preferica Municipal de Soudarde de Liques, designada juda
Pratanta Municipal 103/2019 de 25 de junho de 2019, compasta prider menibras, Painella Bendre e
Diana Cambras, do a juvenidade de le de Roberta Recola, comis publico e sestidada de licitada e
modalificade remanda de preço nº 01/2019; cando cumo objetor. Centralação de empresa para exocução
e dora de reforma e amplicação de berracios industria na Rosa nº 01, acesto a Comunidade de Linha
Bigal. Lete 17 da quadra 56, no perfuente unbano, compresandado. Los 01: Reforma e amplicação de Linha
Bigal. Lete 17 da quadra 56, no perfuente unbano, compresandado. Los 01: Reforma e amplicação de Linha
Bigal. Lete 17 da quadra 56, no perfuente unbano, compresandado. Los 01: Reforma e amplicação de Linha
Bigal. Lete 17 da quadra 56, no perfuente unbano, compresandado. Los 01: Reforma e amplicação de Linha
Bigal. Lete 17 da quadra 56, no perfuente combres, compresanda do Linha
Bigal. Lete 17 da quadra 56, no perfuente combres de letera de servicio de entrare de los combres de la combre de empresa de empresa de la combre de la co

contavol).
2º LUGAR: - BE CONSTRUTORA LIDA, CNP| Nº 11.478,091/0001-02: VALOR GLÓBAL RS 1.642.278,0º
(um milhão, seiscentos e quarenta e dois mil, duzentos e pronta e cito reas e nove contavol).
LOTE 02: 1º LUGAR: - PATOESTE BLETEO BASTALADORA LITAZ, CHPI Nº 77,739.270/0001-1; VALOR
GLÓBAL 75.687.0014 (seiscentos e ottomas e rife mil, secenciani sense o qualutare contavival)

Saudade do Iguaça, 03 de janeiro de 2020.



OECRETO Nº 001/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Altre Chédito Addisona Supiamienta no Orçaniminio de Manicipio de Suline para o Exercicio Financiario de 2 2020, conferencia e nº 100/2020 financia e

DECRETO Nº 005/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

0801/2024. PORTARIA Nº 001/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020. Institu Comissão Permanente de Licitação para suscício o PORTARIA Nº 002/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

PORTARIA Nº 002/2020, De va us servi-flumespido de progeneira e siguide de apolo. OPORTARIA Nº 003/2020, De 02 DE JANVEIRO DE 2020. Nomespido de propueto e supilpe de apolo para prepão eletrônia, PORTARIA Nº 004/2020, De 02 DE JANVEIRO DE 2020.

publicació na integra dos atos acima encontram-se disponiveis no seguinte endereco eletrónico mar/furowa.diantomunicipal.com.br/amp, eduzão do dia 03 de JaNEIAO de 2020, conforme Las Autorizativa ni

EXTRAVIO DE NOTAS FISCAIS

A empresa FLAVIO BALBINOTTI com CNPJ 18971635000100, localizada na Avenida Tupi, 4151, Pato Branco – PR; comunica o extravio de Nota Fiscal de número 151. Conforme Boletim de

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
TERMO DE HOMOLÓGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 08/2019
DATA 30/10/19 HORARIO: 09/00
OBJETO. REDISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTURA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE
ODORTOLOGIA PARA A ATENÇÃO BASICA E CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS.

A publicação ne integra do ato acima estará disponível no segurale endereço eletrônico. http://www.disricoficiamunicopio.comnehinda.go.gov.br. na edição de 06 de janeiro de 2020 - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2799/2017 e suas alterações.



Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida

HUNER COMERCIO Assinado de forma digital E SERVICOS LTDA SERVICOS LTDA ME:139340310001

MF-13934031000161 Dados: 2020.01.03 17:51:21 -03'00'

Segunda-Feira, 06 de Janeiro de 2020

Ano III - Edição Nº 0369

Página 1 / 011

Sumário		
Executivo	01	
Portarias		
Licitações	02	
Contratos	03	
Outros Atos	03	
Decretos		
Resoluções	10	
Executivo		
PORTARIAS		

PORTARIA Nº 01/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alínea "b" Inciso II e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR Comissão Permanente para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, para fins de participação em licitações públicas promovidas pelo Município de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, composto pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	CPF Nº	IDENTIDADE Nº
nes Delmira Poletto	Presidente	020.289.009-03	5.902.558-9
Douglas Cristian Strapazzon	Membro	041.032.719-06	8.907,764-8
Olga de Fatima Matias	Membro	757.576.729-00	6.170.461-2

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) días de mês de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25.365

PORTARIA Nº 02/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alínea "b" Inciso II RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Comissão Permanente de Licitação para a realização de licitações do Município de Coronel Vivida e do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, composto pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	CPF N°	IDENTIDADE Nº
Ademir Antonio Aziliero	Presidente	472.871.799-20	3.934.749-0/PR
Elaine Bortolotto	Membro Efetivo	765.002.689-20	5.331.707-3/PR
lana Roberta Schmid	Membro Efetivo	050.669.389-47	8.407.675-9/PR
Leita Marcolina	Membro Efetivo	031.467.799-27	7.403.644-9/PR
Fernando de Quadros Abatti	Secretário	044.650.189-16	8.178.961-4/PR
Dinara Mazzucatto	Membro Suplente	032,434.999-84	8.613.696-1/PR
ovanna Carolina Bartera Netto	Membro Suplente	037.250.749-25	7.549.799-7/PR

Art. 2º DELEGAR poderes para, ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Presidente da Comissão, para assinar editais, avisos e ofícios decorrentes de licitações.

Art. 3º No caso de falta de algum dos membros efetivos durante as sessões, o mesmo poderá ser automaticamente substituído por um membro suplente, sem qualquer prejuízo ao trâmite do processo.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) días do mês de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25.365

PORTARIA Nº 03/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 1708/2003 de 18/03/03, Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Servidor FERNANDO DE QUADROS ABATTI, portador do CPF nº 044.650.189-16, para desempenhar a função de Pregoeiro, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, e a equipe de apoio é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

Art. 2º O pregoeiro, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores do Município, técnicos da área, para auxillar na análise das propostas e

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

, aos 02 (dois) dias Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, ao de mês de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25.365

PORTARIA Nº 04/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Organica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 1708/2003 de 18/03/03. Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002. RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR a Servidora IANA ROBERTA SCHMID, portadora do CPF nº 050.669.369-47, para desempenhar a função de suplente de Pregoeiro, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

§ 1º. A equipe de apoio de licitações na modalidade Pregão é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

Art. 2º A pregoeira, fica autorizada a convocar, além dos membros da Equipe de Apolo, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores do Município, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias de més de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25.365

PORTARIA Nº 05/2020, de 02 de janeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei Municipal n° 1708/2003 de 18/03/03, Lei Federal n° 8.666/93 e Lei Federal n° 10.520/2002,

Art. 1º DESIGNAR a Servidora ELAINE BORTOLOTTO, portadora do CPF nº 765.002.689-20, para desempenhar a função de suplente de Pregoeiro, para realização de licitações na modalidade de Pregão para o Município de Coronel Vivida e o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida, para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

§ 1º. A equipe de apoio de licitações na modalidade Pregão é composta pelos membros da Comissão de Licitação.

Art. 2º A pregoeira, fica autorizada a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores do Município, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) días de mês de janeiro de 2020.

FRANK ARIEL SCHIAVINI, Prefeito Municipal

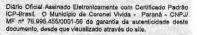
Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO, Contabilista - CRC 25.365

Cod320073













CURSOS SOB MEDIDA

CERTIFICADO

A LICITAMASTER CURSOS E EVENTOS EM PARCERIA COM O OBSERVATÓRIOS SOCIAL DO BRASIL - PATO BRANCO PARANÁ, CONFERE O PRESENTE CERTIFICADO A

FERNANDO DE QUADROS ABATTI

POR SUA PARTICIPAÇÃO E CONCLUSÃO NO:

"CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES COM ÊNFASE NO PREGÃO ELETRÔNICO PELO NOVO DECRETO 10.024/2019: TERMO DE REFERÊNCIA, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATAÇÃO DIRETA E SANÇÕES E GERENCIAMENTO DO CONTRATO"

REALIZADO NOS DIAS: 02 A 04 DEDEZEMBRO DE 2019 EM PATO BRANCO-PARANÁ

CARGA HORÁRIA: 24 HORAS

JANDER LEAL SANTOS

FACILITADOR

DAYI'DE MELO DIRETOR LICITAMASTER TIAGO NUNES E SILVA

PRESIDENTE DO OSB-PB





CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES COM ENFASE NO PREGÃO ELETRÔNICO PELO DECRETO 10.024/2019

- Prática em Pregão Eletrônico
- * Operacionalidade das principais funções do Comprasnet;
- · Pesquisa de preços
- · Pesquisas de Atas (Adesão e Participação)
- Simulação da IRP
- · Registro de Editais de Licitação e Divulgação do Aviso
- Simulação do Registro de Intenção de Registro de Preço (fase a fase)
- Simulação do Pregão Eletrônico Tradicional (fase a Fase)
- Teórico em Pregão Eletrônico
- Planejamento de uma licitação a Luz da Legislação;
- · Conceitos Fundamentais
- Sistema de Registro de Preço;
- Licitações Sustentáveis;
- · Funções do Pregoeiro e equipe de apoio;
- Classificação e Julgamento de Propostas
- · Fase Recursal do Pregão
- SICAF- Pesquisa e Registro de Sanções
- · Aspectos do Termo de Referencia

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- Guia de realização do SRP
- O SRP à luz da Lei 8666/93
- · Por que utilizar o SRP
- Vantagens de sua utilização
- Como realizar e quando realizar o SRP
- Os atores do SRP: Órgão gerenciador, participantes, fornecedores, fiscal do contrato e o carona
- Conteúdo do edital do SRP
- A ata de registro de preços e seu conteúdo
- Vigência da ata
- Alterações em uma ata de registro de preços
- Contratos decorrentes do registro de preços
- · Quando extingue-se uma ata de registro de preços

GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- Objetivos e diretrizes do contrato
- · Prazo e condições para a assinatura do contrato
- · Passos para a celebração contratual
- · Garantias contratuais prevista em lei
- Duração dos contratos e suas prorrogações
- Modificações e rescisão contratual
- Quando é obrigatório o instrumento do contrato e que documentos podem substituí-lo
- Atribuições do gestor e fiscal do contrato
- Critérios para a escolha do fiscal
- · Fiscal técnico e administrativo
- Deveres e ônus da fiscalização
- Conhecer bem toda a habilitação exigida no instrumento convocatório
- Responsabilidade subsidiária
- A aplicação das sanções previstas no edital
- · Tipos de sanções
- Situações de aplicação das sanções
- · Abrangência da aplicação das sanções
- · Principais vícios ao aplicar as sanções

CONTRATAÇÃO DIRETA:

- · Obrigatoriedade Licitar
- · Contratação direta Exceções à regra geral
- · Princípios jurídicos nas contratações diretas
- · Conceitos das dispensas de licitações e inexigibilidade
- · Licitações dispensáveis Art. 24 da Lei 8666/93
- · Estudo e análise dos casos admitidos pela Lei
- · Quando se caracteriza o fracionamento
- Habilitação a ser exigida nas dispensas de licitação
- Posicionamento do TCU diante de casos polêmicos nas dispensas e inexigibilidades
- Licitações inexigíveis Art. 25 da Lei 8666/93
- Fornecimento exclusivo
- Significado de notória especialização, natureza singular e serviços técnicos especializados
- · Contratação de profissionais de qualquer setor artístico
- · Formalização da contratação direta
- · Roteiro do TCU sobre as dispensas e inexigibilidades

TERMO DE REFERÊNCIA:

- Fase interna: A base do sucesso da licitação
- · Documento de planeiamento, execução e controle
- Estudo e análise da fundamentação legal do T.R.
- A quem serve esse documento
- Projeto Básico: ênfase para obras e serviços de engenharia
- · Definição de obras e serviços de engenharia
- Termo de referência: ênfase para aquisição de bens e serviços comuns
- Análise e estudo dos elementos comuns do conteúdo do PB e TR - Estudo passo a passo:
- Definição do objeto de forma suficiente, clara e precisa (estudo sobre a indicação de marca, amostras, laudos, licitações de objeto divisível, padronização e expressões: "similar", "equivalente" e de "melhor qualidade"
- Orçamento detalhado (objetivo da pesquisa de preços, o que deve ser evitado, onde e como fazer as consultas, obrigatoriedade ou não da divulgação da estimativa de preços, aceitabilidade dos preços e preços inexeguíveis)
- 3. Métodos e estratégias de suprimento Logistica da licitação
- 4. Cronograma fisico-financeiro
- 5. Critérios de aceitação do objeto
- 6. Fiscalização e gerenciamento do contrato
- 7. Prazo de execução
- 8. Sanções
- Responsáveis pela elaboração do PB e TR







EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI,
MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE – EPP PARA OS LOTES 01 A
05 E LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA
PARA O LOTE 06.

PREGÃO ELETRÔNICO № 62/2020 PROCESSO LICITATÓRIO № 89/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA.

DATA: 24/06/2020

ABERTURA: 08/07/2020







EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020 PROCESSO LICITATÓRIO № 89/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP PARA OS LOTES 01 A 05 E LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 06.

1. PREÂMBULO

O Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.455/0001-56, sediado a Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Coronel Vivida - PR, através do seu PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ADEMIR ANTONIO AZILIERO, designado, pela Portaria nº 02 de 02 de janeiro de 2020, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito deste município, Sr. FRANK ARIEL SCHIAVINI, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA, do tipo menor preco, POR LOTE, para o REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, para atender as necessidades dos diversos departamentos da administração municipal, conforme Termo de Referência, Especificações e Quantitativos, ANEXO I, deste edital, a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, conforme condições estabelecidas no presente Edital e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 18, de 20 de dezembro de 2007, Lei complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009 e legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 26/06/2020, a partir das 08h00min. TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 08/07/2020, às 08h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/07/2020, após às 08h00min. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 08/07/2020, às 10h00min. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br. – "Acesso Identificado"

1.3. A apresentação da proposta leva a participante a aceitar e acatar todas as normas contidas no presente Edital.

I - DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA,", conforme Termo de Referência, Especificações e Quantitativos, Anexo I, deste edital.
- 1.2. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses.

II - DA ESCOLHA DO REGISTRO DE PREÇOS E DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

2.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.





- 2.2. Nesta licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os fornecedores manterão seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis em caso de necessidade por parte do **Município de Coronel Vivida**, que efetuará aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.
- 2.3. As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação dos produtos e consequentemente do seu pagamento.
- 2.4. A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.
- 2.5. A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para os produtos pretendidos, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.
- 2.6. As quantidades foram baseadas no pedido do Departamento de Administração o qual é responsável pela demanda dos produtos necessários.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Banco do Brasil.
- 3.2. Poderão participar deste Pregão:
- 3.2.1. Quaisquer empresas interessadas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.
- 3.2.2. **Não poderão participar dos lotes 01 a 05**, as empresas que não se enquadrem como MEI, ME ou EPP, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou que, nessa condição, estejam inclusas em alguma das excludentes hipóteses do parágrafo 4º da mencionada Lei Complementar.
- 3.3. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste Edital, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 3.4. Não poderão participar direta ou indiretamente deste Pregão:
 - a) Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 16 da lei estadual paranaense n.º 15.608/2007;
 - b) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
 - c) Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA PR, conforme inciso III do artigo 150 da Lei Estadual Paranaense n.º 15.608/2007;





- d) Empresas punidas com a sanção prevista no item anterior, durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual Paranaense nº 15.608/2007;
- e) Empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná conforme Lei Federal n.º 10.520/02, artigo 7º;
- f) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, Direta e Indireta com fulcro no inciso IV do artigo 150 da Lei Estadual Paranaense n.º 15.608/07 ou no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- g) Empresa que se encontre sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial;
- h) Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;
- i) Para as empresas que não sejam microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definição do art. 3º e parágrafos da Lei Complementar n.º 123/06;
- j) Após receber a documentação de habilitação das licitantes vencedoras, a equipe de apoio fará consulta por meio eletrônico junto ao sítio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e ao sítio www.portaldatransparencia.gov.br/ceis, verificando se a mesma foi declarada inidônea por algum ente público, caso seja comprovado tal ato, a mesma estará impossibilitada de licitar ou contratar com a Administração Pública, e havendo necessidade, será juntada cópia do processo administrativo do ente público que declarou a licitante inidônea junto ao processo em epígrafe;
- k) Aquelas que tenham incompatibilidade negocial com o município, nos termos da Constituição Federal e da Lei Federal nº 8.666/93, bem como conforme interpretação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- 3.5. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 4.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser enviado, por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na sede do Município de Coronel Vivida ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: <u>licitacao@coronelvivida.pr.gov.br.</u>, ou ainda, através do site <u>www.licitacoes-e.com.br.</u>, até 3 (três) dias úteis anterior à data fixada no preâmbulo.
 - 4.1.1. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de esclarecimentos verbais quanto ao Edital.
- 4.2. Conforme previsto no art. 18 do Decreto 5.450/05, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na Comissão Permanente de Licitação do Município de Coronel Vivida PR, sito à Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, Centro, Coronel Vivida PR, em dias úteis, ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: licitação@coronelvivida.pr.gov.br, ou ainda, por meio eletrônico, através do sítio www.licitacoes-e.com.br, no prazo mencionado.
- 4.3. Caberá ao Presidente da Comissão de Licitação decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas), conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto nº 3.555/2000.
- 4.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 4.5. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.





5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.licitacoes-e.com.br.
- 5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 5.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Coronel Vivida PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.6. Para o lote 06: quando da participação das microempresas e empresa de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos no art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

6. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

- 6.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.2. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preço exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até às 08h00min do dia 08 de julho de 2020 (Horário de Brasília).
- 6.4. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 6.5. A Proposta de Preços deverá ser apresentada por meio de preenchimento da planilha existente no sistema Licitações-e, **sendo obrigatório** o preenchimento da "**Marca e Modelo**", e "**VI Total**" (valor total) do lote.
 - 6.5.1. Visando a não identificação do licitante que possua produto de marca própria ou fabricação própria na disputa eletrônica, o mesmo deverá indicar os termos "marca própria" ou "fabricação própria" na planilha existente no sistema Licitações-e, sob pena de desclassificação. A indicação dos termos "marca própria" ou "fabricação própria" somente será aceita na proposta inicial. Caso a empresa seja vencedora, na proposta adequada ao lance vencedor, deverá apresentar a marca do produto.
- 6.6. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

Página 5 de 44





- 6.7. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.
 - 6.7.1. A proposta comercial, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a Licitante.

6.8. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA INICIAL QUE FOR CADASTRADA NO SISTEMA COM VALOR ACIMA DO VALOR MÁXIMO ESTABELECIDO NO EDITAL.

- 6.9. Até a data e hora previstas neste Edital, a Licitante poderá acessar o sistema eletrônico para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.
- 6.10. Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, esta <u>deverá encaminhar</u>, pelo <u>e-mail fernando@coronelvivida.pr.gov.br</u> <u>com cópia para o e-mail fernandoabatti@hotmail.com</u>, cópia da proposta de preços com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal, **no prazo de 24h (vinte e quatro horas)**. O não envio da proposta de preços via e-mail no prazo estabelecido implicara na desclassificação do licitante. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtudes de problemas no servidor ou navegador, tanto do município quanto do emissor.
 - 6.10.1. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Coronel Vivida-PR, no seguinte endereço: Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, Centro, Coronel Vivida PR, CEP 85.550-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento da etapa de lances.

Obs.: Em razão das medidas de prevenção contra a COVID-19, excepcionalmente no período de combate ao vírus, fica possibilitado o envio da proposta somente via correio eletrônico para o e-mail fernando@coronelvivida.pr.gov.br com cópia para o e-mail fernandoabatti@hotmail.com, no mesmo prazo estipulado, dispensando-se o envio da via original.

6.11. A Proposta de Preços deverá conter:

- 6.11.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias consecutivos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos;
- 6.11.2. Preço unitário e total por lote, expressos em reais;
- 6.11.3. Especificação clara do objeto, incluindo a MARCA e MODELO, de acordo com o Anexo I deste Edital;
- 6.11.4. O prazo de entrega está estabelecido no Anexo I Termo de Referência. Caso tal prazo seja omitido, ou seja superior ao máximo estipulado, o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido;
- 6.11.5. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente e praça de pagamento (se houver).





- 6.12. Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste Edital.
- 6.13. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.14. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

- 6.14.1. Não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.
- 6.14.2. Não cadastrarem marca e modelo na proposta de preços.
- 6.14.3. Que cadastrarem proposta de preços acima do valor máximo estabelecido no Edital.
- 6.15. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

7. DO VALOR MÁXIMO

- 7.1. O valor máximo total para o presente processo licitatório é de R\$ 215.913,82 (duzentos e quinze mil novecentos e treze reais e oitenta e dois centavos), conforme item 3 do termo de referencia.
 - 7.1.1. A disputa será realizada pela **unidade LOTE**, **podendo**, **se for o caso**, **ser utilizado a disputa simultânea de até 10 lotes**, já previsto no sistema eletrônico, devendo a empresa acessar o sistema utilizando sua chave/senha por meio do endereço: <u>www.licitacoes-e.com.br</u>.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 8.1. A partir das 08h00min do dia 08 de julho de 2020 terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico nº 62/2020, com a abertura das propostas de preços recebidas e, após análise, início da etapa de lances, prevista para as 10h00min, conforme Edital.
- 8.2. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.3. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, **ou que identifiquem o licitante**.
 - 8.3.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.





9. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 9.1. Para o objeto licitado, haverá a disponibilização do sistema para a formulação de lances pelas Licitantes, cujos procedimentos são explicitados nos subitens a seguir, tendo por amparo legal aqueles previstos no Decreto n° 5.450/05.
- 9.2. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.3. Somente as Licitantes que apresentaram proposta de preços em consonância com o item 6, poderão apresentar lances para os lotes cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o Licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.4. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo VALOR TOTAL DO LOTE.
- 9.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 9.6. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.
- 9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
 - 9.7.1. Na etapa de lances o sistema não permite o registro de valores iguais, mas no momento do registro da proposta esta situação pode ocorrer. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, caso não tenha ocorrido lances para o lote e tenha valores de propostas iguais, o mesmo ficará em situação de empate de proposta e será necessário realizar um sorteio público para definir a ordem de classificação das propostas.
- 9.8. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.
- 9.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
 - 9.9.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 9.9.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 9.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema de fechamento iminente dos lances, sendo facultado ao Pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá um período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.
- 9.11. Não serão aceitas propostas com preços superiores aos máximos estimados pela municipalidade.





- 9.12. O descumprimento no disposto no item anterior implicará na desclassificação do licitante.
- 9.13. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- 9.14. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 9.16. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, atinente ao lote 06 (ampla concorrência), o sistema automaticamente avaliará se existem microempresas e/ou empresas de pequeno porte (MEs e/ou EPPs) participando do lote do pregão. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que a da melhor empresa previamente classificada, desde que esta não seja uma ME ou EPP. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a ME ou EPP que estiver com o preço imediatamente abaixo da primeira empresa previamente classificada. O lance ofertado deve ser obrigatoriamente menor que o lance ofertado pela empresa previamente classificada. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima ME ou EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da LC 123/06.
- 9.16.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § § 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.16.2. Na hipótese da não apresentação de proposta conforme itens anteriores, será vencedora a empresa que apresentar a menor proposta na fase da disputa de preços.

Importante: Na hipótese da mesma Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP sagrar-se vencedora da Cota Principal (ampla concorrência) e da Cota Reservada (exclusivo para ME/EPP/MEI), será registrado para ambas as cotas apenas o preço menor, ou seja, é expressamente vedado que o mesmo fornecedor pratique preços distintos para o mesmo equipamento.

9.15. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, devendo tal comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação pelo e-mail <u>fernando@coronelvivida.pr.gov.br</u> com cópia para o e-mail <u>fernandoabatti@hotmail.com</u>, no prazo de 24h (vinte e quatro horas). O não envio da documentação de habilitação via e-mail no prazo estabelecido implicara na inabilitação do licitante. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtudes de problemas no servidor ou navegador, tanto do município quanto do emissor.

Obs.: Em razão das medidas de prevenção contra a COVID-19 não será exigida dos lícitantes vencedores a documentação em sua forma original, ficando possibilitado o envio dos mesmos somente via correio eletrônico para o **e-mail <u>fernando@coronelvivida.pr.gov.br</u> com cópia para o e-mail <u>fernandoabatti@hotmail.com,</u> no mesmo prazo estipulado anteriormente. Cada**





licitante ficará responsável pela veracidade da documentação enviada, conforme Declaração de veracidade e autenticidade dos documentos anexados, (modelo no anexo V).

10. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

10.1. A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em cartório ou pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, a seguinte documentação:

10.1.1. Da Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, para empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova do registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das pessoas Jurídicas) de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura deste, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002);
- b) Prova de Regularidade relativa a **Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União, mediante a apresentação de certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda **Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do Estado sede da licitante;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda **Municipal**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do Município sede da licitante:
- e) Prova de Regularidade relativa ao **FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (<u>www.caixa.gov.br</u>) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com validade igual ou posterior à data prevista para a abertura desta Licitação (www.tst.jus.br/certidao).





10.1.3. Das Declarações:

- a) **Declaração de fatos impeditivos**, recebimento da documentação e não contratação de menor (ver modelo conforme Anexo II);
- b) Declaração de enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. (modelo no Anexo III).
- c) Declaração atestando não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. (modelo Anexo IV);
- d) Declaração de incompatibilidade negocial (modelo Anexo V);
- e) Declaração de veracidade e autenticidade dos documentos anexados, (modelo no anexo VI).
- 10.2. A documentação exigida para habilitação deverá, obrigatoriamente, ser apresentada a Comissão Permanente de Licitação CPL obedecendo ao prazo estabelecido e submetendo-se ao que segue abaixo:
 - 10.2.1. Todos os documentos originais ou cópias autenticadas, encaminhados à CPL, deverão obedecer rigorosamente à ordem sequencial listada no item 10.1.
 - 10.2.2. Os documentos deverão estar enumerados em ordem crescente e rubricados pela licitante.
- 10.3. O não cumprimento ao disposto no item 10.2.1 e 10.2.2, não inabilitará a licitante, mas impedirá a mesma de manifestar quaisquer recursos e/ou alegações sobre a inexistência de documento(s) exigido(s) para a habilitação.
- 10.4. Os documentos exigidos valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.
- 10.5. Em nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006.
- 10.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - 10.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.7. As certidões expedidas pela Internet e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de sua autenticidade nos sites de cada órgão emissor, portanto, no caso de apresentação de certidões por meio de cópias, estas não precisarão ser autenticadas em cartório. As demais documentações deverão ser apresentadas, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em Cartório ou pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio.
- 10.8. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da obtenção e apresentação dos documentos para habilitação.





11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por LOTE, na análise da proposta de preços, será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 11.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.
- 11.3. As propostas que apresentarem preços irrisórios, que impedirem o caráter competitivo do certame, que se mostrarem inexequíveis, que não espelharem o custo real do fornecimento ou que não atenderem as normas deste Edital, serão desclassificadas.
- 11.4. Não serão aceitos valores cotados com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, e, obrigatoriamente, estes números deverão ser superiores a zero.
- 11.5. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto no Art. 44 da lei Complementar 123/2006, em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, da seguinte forma:
- 11.5.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - a) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.
 - b) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - c) A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:
 - c.1) Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
 - c.2) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no subitem c.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - d) No caso de empate, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, dentro do limite estabelecido no item 11.5.1.a, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, por item, sob pena de preclusão.
- 11.6. A classificação e o julgamento das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, podendo desclassificar as propostas em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis, por fatos comprovados durante o processo de seleção.
- 11.7. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, se o licitante desatender às exigências da fase de habilitação ou se houver recusa da primeira classificada em confirmar sua proposta, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta, ou lance que atenda às normas do Edital.
- 11.8. Ocorrendo as situações previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante posteriormente classificado para que seja obtido preço melhor.





- 11.9. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas de caráter formal que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.10. Após a análise da proposta de menor preço, comprovado o atendimento às exigências fixadas neste Edital e aos requisitos da habilitação, o licitante será declarado vencedor.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 12.2. Existindo a intenção mencionada no item anterior, os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.licitacoes-e.com.br.
- 12.3. O acolhimento do recurso, pela autoridade competente, implicará, tão somente, na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer, a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 12.6. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias úteis para:
 - 12.6.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
 - 12.6.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;
 - 12.6.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 12.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 12.8. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.
- 12.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município de Coronel Vivida Estado do Paraná, à Praça Ângelo Mezzomo, s/n^{o} , centro, Coronel Vivida-PR, durante os dias úteis, das 08:30h (oito horas e trinta minutos) às 11:30h (onze horas e trinta minutos) e das 13:30 h (treze horas e trinta minutos) às 17:00h (dezessete horas).





13. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O registro do objeto desta licitação será feito por **LOTE**, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.
- 13.2. O registro do preço do licitante vencedor será inserido em ata pelo Pregoeiro, ao final da sessão do pregão, sempre que não houver manifestação dos participantes no sentido de apresentar recurso.
- 13.3. Ocorrendo a interposição de recursos, a homologação ocorrerá após a decisão dos mesmos.
- 13.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente, só podendo ser efetuada após decididos os recursos, se houverem, e após a adjudicação pelo pregoeiro e equipe de apoio e confirmada a regularidade de todos os procedimentos adotados.

14. DAS COMPROVAÇÕES A SEREM APRESENTADAS ANTES DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, a empresa vencedora terá o prazo de 24 horas (vinte e quatro horas) para apresentar, via e-mail licitacao@coronelvivida.pr.gov.br com cópia para o e-mail licitacaocoronelvivida@gmail.com, antes da assinatura da ata de registro de preços, ao GESTOR E FISCAL da ata, as seguintes comprovações:
- 14.1.1. Certificado do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados:
- 14.1.2. Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos, voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente, a biota e o desenvolvimento sustentável;
- 14.1.3. Prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega dos pneus, mediante apresentação de declaração de ciência;
- 14.1.4. Prazo de garantia de 5 (cinco) anos, mediante apresentação de documento pertinente, assegurando conforto, estabilidade e segurança à administração.
- 14.2. As comprovações acima são exigidas considerando o Acórdão nº 1.045/2016 TCE-PR Tribunal Pleno, o qual faz recomendações aos municípios em relação às exigências válidas para a aquisição de pneus.
- 14.3. A não apresentação acarretará na desclassificação da proposta da empresa classificada em primeiro lugar e a convocação da segunda classificada para apresentação da documentação solicitada.
- 14.4. Somente após a conferência e aceitação formal, mediante declaração firmada pelo gestor e fiscal será elaborado a ata de registro de preços.





15. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, o PROPONENTE VENCEDOR será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme modelo constante do Anexo VIII, deste Edital, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, com validade de 12 (doze) meses.
- 15.2. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa obriga-se ao fornecimento pelos preços nela registrados.
- 15.3. Na assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 15.4. O proponente vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais sanções legais aplicáveis. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo município.
 - 15.4.1. Opcionalmente, a ata de registro de preços poderá ser enviada via e-mail à empresa para que seja colhida a assinatura do responsável, ou preposto habilitado, para posterior encaminhamento ao Município de Coronel Vivida.
- 15.5. A assinatura da Ata de Registro de Preços estará condicionada: a apresentação do documento de procuração devidamente reconhecida, que habilite o seu representante a assinar a ata em nome da empresa.
- 15.6. Quando o licitante convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas neste Edital, a Administração poderá convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 15.7. Farão parte integrante da Ata de Registro de Preços o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.
- 15.8. A Ata de Registro de Preços se regerá pelas cláusulas e disposições nele constantes, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições contidas na Lei n° 10.520/02 e subsidiariamente a Lei n° 8.666/93, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou no instrumento de contrato não mencionados.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.
- 16.2. Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da empresa vencedora na fase de habilitação.





16.3. Autorizada qualquer das hipóteses retro, a DETENTORA permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e no Edital.

17. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DOS LOCAIS DA ENTREGA

17.1. Os prazos, local e condições de entrega estão fixados detalhadamente no item 4 do Termo de Referência – Anexo I do presente, e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

18. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 18.1. A detentora deverá apresentar para aprovação do município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. O município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, os quais somente serão validos para esta licitação.
- 18.2. Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 18.3. É facultado ao Pregoeiro ou ao Prefeito Municipal a solicitação de amostras às licitantes(s) declarada(s) vencedora(s), referente aos itens do objeto desta licitação, para facilitar a análise dos produtos ofertados e verificar as características se estão compatíveis com as exigidas no edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.
- 18.4. Caso sejam solicitadas amostras e estas não forem aprovadas pela unidade requisitante do material (setor responsável pela análise), será desclassificada a proposta da empresa vencedora, passando a segunda classificada do lote. Após a análise da amostra, a empresa deverá retirar a mesma na sede do Município de Coronel Vivida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 18.5. Não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou quaisquer de natureza semelhante. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso/ primeira vida, Originais de Fábrica e de Primeira Linha, confeccionados em Material de Alta Resistência.
- 18.6. Ao município reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.
- 18.7. Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 18.8. No caso de apresentarem defeitos, a detentora é obrigada a substituir imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades e, consequentemente será contada a garantia a partir da nova data de entrega;
- 18.9. O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela detentora.
- 18.10. Fica reservado ao Contratante em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos produtos ofertados. Para tanto, os produtos serão submetidos a análises





técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente recusados, devendo ser, imediatamente, substituídos. Se algum produto apresentar irregularidade, o Contratante o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da Detentora. O Contratante o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade diferente daqueles produtos especificados, cujas características contrariem as definidas neste edital.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 19.1. Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.
- 19.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- 19.3. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.
- 19.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos entregues, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
- 19.5. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.
- 19.6. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a entrega do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.
- 19.7. Garantir a melhor qualidade dos produtos entregues, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso, em especial as normas da ABNT e INMETRO, assumindo inteira responsabilidade pela entrega do objeto da presente licitação.
- 19.8. Os materiais adquiridos deverão estar em conformidade com detalhamento constante no ANEXO I, respeitando-se o descrito e de acordo com as especificações dos descritivos.
- 19.9. Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a bom fornecimento do objeto de que trata a presente licitação.
- 19.10. Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da DETENTORA, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Contratante.





- 19.11. A DETENTORA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, inclusive apresentar como condição de pagamento todos os documentos necessários e solicitados por essa Administração.
- 19.12. Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.
- 19.13. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.
- 19.14. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária.
- 19.15. Cumprir demais obrigações constantes do presente Edital, termo de referência, anexos e ata de registro de preços.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 20.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA.
- 20.2. Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 20.3. Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 20.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 20.5. Acompanhar a entrega do objeto contratado, efetuado pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.
- 20.6. Prestar aos funcionários da DETENTORA todas as informações e esclarecimentos necessários à entrega do objeto da contratação.
- 20.7. Fiscalizar o fornecimento, por meio do Fiscal e Gestor do contrato ou servidor, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 20.8. Realizar rigorosa conferência das características do equipamento entregue, por meio do Fiscal e Gestor do contrato ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.
- 20.9. O Departamento de Administração será responsável pela pratica de todos os atos de controle do contrato.
- 20.10. Cumprir demais obrigações constantes do presente Edital, termo de referência, anexos e contrato.





21. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 21.1. O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelos Departamentos responsáveis.
- 21.2. As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.
- 21.3. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Detentora.
- 21.4. Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "6.1. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:
 - 6.1.1. <u>destinadas à Administração Pública</u> direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**;
 - 6.1.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;
 - 6.1.3. de comércio exterior."
- 21.5. Empresas que não apresentarem nota fiscal eletrônica conforme orientações acima descritas terão seus <u>pagamentos retidos</u> até a apresentação da nota fiscal eletrônica, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual.

22. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

22.1. Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias especificas abaixo:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento de despesa	Fonte de recursos	Código Reduzido
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.01	000	4677
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.02	000	4678
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.01	000	3988
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.02	000	4679

22.2. A contratação acima citada acontecerá de acordo com as necessidades de cada órgão requisitante e serão custeadas com recursos exclusivos da Saúde.

23. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 23.1. Conforme portaria nº 08/2018, caberá a gestão da Ata de Registro de Preços o Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos o Sr. Adenilson Adão Menegussi, nomeado através do Decreto nº 6.821 de 27 de maio de 2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.
- 23.2. A fiscalização da ata de registro de preços ficará a cargo da servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835 de 27 de maio de 2020, responsável pela fiscalização geral de





contratos, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata de registro de preços as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.

- 23.2.1. O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 23.3. O Contratante reserva-se o direito de cobrar da Detentora e a Detentora obriga-se a fornecer ao Contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços, bem como a facilitar ao Contratante a fiscalização dos produtos ora contratados.
- 23.4. O Contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a Ata de Registro de Preços, caso a Detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas nesta Ata.
- 23.5. A fiscalização do Contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da Detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.
- 23.6. A fiscalização de que trata neste item e subitens não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- 23.7. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da Detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.
- 23.8. Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.
- 23.9. Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a Detentora, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta Ata, para representá-la sempre que for necessário.

24 - DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 24.1. O Gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.
- 24.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.
 - 24.2.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, desde que demonstrar a inviabilidade de redução.

25. DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

25.1. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores não serão reajustados.





- 25.2. Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a DETENTORA requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei n^{o} 8.666/93.
 - 25.2.1. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 25.3. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.
- 25.4. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.
- 25.5. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

26 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 26.1. O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:
 - a) A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.
 - b) Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a proponente:
 - I Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
 - II Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
 - III Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 26.2. Além dos motivos já previstos, também constituirão motivos para o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços os descritos nos art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.
- 26.3. O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

27 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 27.1. A licitante vencedora que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/2002.
- 27.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:
 - 27.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso da vencedora dar causa ao cancelamento da mesma ou descumprir com as condições pactuadas neste termo.





- 27.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o preço total da Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, no caso da vencedora não cumprir qualquer cláusula deste edital ou ata, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando se dará por cancelado a Ata.
 - 27.2.2.1. O valor da multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 27.3. Quando aplicada a multa, seu valor poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura que a DETENTORA apresentará para efeito de pagamento.
- 27.4. As sanções previstas neste Edital/Ata de Registro de Preços são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 27.5. Não será aplicada multa se, justificado e comprovado, o atraso no fornecimento do bem resultar de caso fortuito ou de força maior.

28. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 28.1. Estabelece as práticas vedadas aos licitantes e DETENTORAs, ensejando sanções pelo descumprimento deste item em todos os contratos celebradas com a Administração Pública Municipal.
 - 28.1.1. Os licitantes devem e a DETENTORA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
 - a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
 - b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução do contrato;
 - c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
 - d) "pratica coercitiva": prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar de modo incorreto as acões da parte.
 - e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do município, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o MUNICÍPIO promover inspeção.
- 28.2. Será rejeitada a proposta de adjudicação se concluído que o Licitante indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pelo contrato em questão.
- 28.3. Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao MUNICÍPIO ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução do Contrato, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo MUNICÍPIO.
- 28.4. Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e





previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física DETENTORA em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1. Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, com base à legislação que se aplica à modalidade Pregão, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 3262 de 28 de setembro de 2006 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 29.2. Fica assegurado ao Município de Coronel Vivida PR o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 29.3. A participação neste Pregão implicará na aceitação integral e irretratável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e de recurso.
- 29.4. Não havendo expediente na data fixada para a abertura da sessão da licitação, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 29.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão.
- 29.6. Caso seja necessária a interrupção da sessão, os autos do processo ficarão sob a guarda do Pregoeiro, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.
- 29.7. Os prazos e as garantias dos produtos e dos serviços necessários à contratação do objeto são as definidas pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor), em vigor e alterações subsequentes.
- 29.8. Considerando o disposto no Art. 3º da Lei nº 13.726 de 08 de outubro de 2018 visando a desburocratização e simplificação dos atos e procedimentos administrativos de competência do município, se, a empresa optar pela conferência através do agente administrativo, caberá a este:
 - I reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário ou com a assinatura constante do contrato social da empresa, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;
 - II autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;
 - III juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo.
- 29.9. O presente Edital e seus Anexos, estarão a disposição dos interessados, gratuitamente, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município de Coronel Vivida, sito à Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, Centro, Coronel Vivida-PR, durante os dias úteis, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas





nas páginas web do Município de Coronel Vivida – endereço <u>www.coronelvivida.pr.gov.br</u>, do Cidade Compras – endereço <u>www.licitacoes-e.com.br</u>.

30. DOS ANEXOS

30.1. Constituem anexos do Edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de referência.

Anexo II – Modelo de declaração de fatos impeditivos, recebimento da documentação e não contratação de menor.

Anexo III - Modelo de declaração de ME ou EPP.

Anexo IV - Modelo de declaração de não possuir servidor da ativa.

Anexo V - Declaração incompatibilidade negocial.

Anexo VI - Modelo de modelo de declaração de veracidade e autenticidade dos documentos anexados.

Anexo VII - Modelo de proposta de preços.

Anexo VIII - Minuta do contrato.

Coronel Vivida, 24 de junho de 2020.

ADEMIR ANTONIO AZILIERO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação





ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO № 62/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência, o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA", conforme especificações e exigências descritas abaixo.

1.2. Da escolha pelo registro de preços:

- 1.2.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à contratação futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.
- 1.2.2. Na licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde a empresa vencedora manterá seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis, caso necessite o Município de Coronel Vivida efetuará as contratações dos bens nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

2 - JUSTIFICATIVA

- 2.1. A aquisição de pneus, câmaras e protetores novos deve-se a necessidade de promover a substituição dos pneus desgastados ou danificados, visando manter os veículos, máquinas rodoviárias e agrícolas, caminhões e ônibus escolares do Municipio, em condições ideais de funcionamento, garantindo a segurança dos usuários e o bom andamento dos serviços realizados por estes equipamentos.
- 2.2. Os itens objeto deste termo de referência são constantemente danificados e sofrem desgastes com o passar do tempo, devido ao uso. Não sendo possível prever quando e qual a quantidade exata será utilizada, devendo tê-los a disposição para substituição sempre que necessário.
- 2.3. JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO: A solicitação de novo processo licitatório se dá devido qie no ultimo, esses itens deram fracassados.

3 - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

3.1. As licitantes interessadas deverão fornecer os produtos abaixo relacionados com as seguintes quantidades e características mínimas:





Itens exclusivos para MEI/ME/EPP

LOTE	ITEM	QTDE ESTIMADA	UNID.	CÓDIGO PMCV	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO RS
1	1	20	UN	8664	PNEU RADIAL PARA TRACAO DIANTEIRA DE RETRO ESCAVADEIRA, REFERENCIA 12.5/80 R18, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	2.010,57	40.211,40
2	1	20	UN	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	1.575,02	31.500,40
3	1	50	UN	8676	PNEU RADIAL, REFERENCIA 175/70 ARO 13 NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	197,30	9.865,00
4	1	4	UN	19056	PNEU CONVENCIONAL, REFERENCIA 23.1 X 26 - R3, 14 LONAS, PARA TRACAO DE ROLO COMPACTADOR, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	6.093,33	24.373,32
5	1	10	UN	10926	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 900, R20, 16 LONAS, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	1.546,25	15.462,50
VALOR	TOTAL	MÁXIMO ESTI	MADO R	\$		121.	412,62

Itens com ampla concorrência

LOTE	ITEM	QTDE ESTIMADA	UNID.	CÓDIGO PMCV	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO R\$
6	1	60	UN	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO	1.575,02	94.501,20
VALOR	TOTAL	MÁXIMO ESTI	MADO RS	\$		94.5	01,20

Valor total máximo estimado é de R\$ 215.913,82 (duzentos e quinze mil novecentos e treze reais e oitenta e dois centavos)

4 - DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 4.1 Os produtos, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento pela Detentora.
- 4.2 O registro de preços poderá ser utilizado pelas secretarias, entidades e departamentos da administração pública municipal, localizados no perímetro urbano do Município, devendo os produtos serem entregues na Sede destes locais, conforme será indicado na Autorização de Fornecimento.
- 4.3 Os produtos deverão ser entregues, conforme descrição do item ganho, correndo por conta da proponente vencedora as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 4.4 A Detentora deverá apresentar para aprovação no Município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e





procedência. Ao Município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, as quais somente serão validas para esta licitação.

- 4.5 O recebimento dos produtos passara por análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações contidas neste Termo de Referência, para a Aceitação Definitiva.
- 4.6 O objeto desta licitação terá seu preço registrado pelo prazo de 12 (doze) meses. <u>As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando o município a contratá-las.</u>
- 4.7 A empresa vencedora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observado os limites máximos estimados.

5 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1. A detentora deverá apresentar para aprovação do município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. O município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, os quais somente serão validos para esta licitação.
- 5.2. Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.3. É facultado ao Pregoeiro ou ao Prefeito Municipal a solicitação de amostras às licitantes(s) declarada(s) vencedora(s), referente aos itens do objeto desta licitação, para facilitar a análise dos produtos ofertados e verificar as características se estão compatíveis com as exigidas no edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.
- 5.4. Caso sejam solicitadas amostras e estas não forem aprovadas pela unidade requisitante do material (setor responsável pela análise), será desclassificada a proposta da empresa vencedora, passando a segunda classificada do lote. Após a análise da amostra, a empresa deverá retirar a mesma na sede do Município de Coronel Vivida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 5.5. Não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou quaisquer de natureza semelhante. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso/ primeira vida, Originais de Fábrica e de Primeira Linha, confeccionados em Material de Alta Resistência.
- 5.6. Ao município reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.
- 5.7. Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.8. No caso de apresentarem defeitos, a detentora é obrigada a substituir imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades e, consequentemente será contada a garantia a partir da nova data de entrega;
- 5.9. O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela detentora.





5.10. Fica reservado ao Contratante em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos produtos ofertados. Para tanto, os produtos serão submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente recusados, devendo ser, imediatamente, substituídos. Se algum produto apresentar irregularidade, o Contratante o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da Detentora. O Contratante o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade diferente daqueles produtos especificados, cujas características contrariem as definidas neste edital.

6 - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelos Departamentos responsáveis.
- 6.2. As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.
- 6.3. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Detentora.
- 6.4. Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "6.1. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:
 - 6.1.1. <u>destinadas à Administração Pública</u> direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos <u>Municípios</u>:
 - 6.1.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente; 6.1.3. de comércio exterior."
- 6.5. Empresas que não apresentarem nota fiscal eletrônica conforme orientações acima descritas terão seus <u>pagamentos retidos</u> até a apresentação da nota fiscal eletrônica, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual.

7 - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. Conforme portaria n° 08/2018, caberá a gestão da Ata de Registro de Preços o Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos Sr. Adenilson Adão Menegussi, nomeado através do Decreto n° 6.821 de 27 de maio de 2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.
- 7.2. A fiscalização da ata de registro de preços ficará a cargo da fiscal, a servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835 de 27 de maio de 2020, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata de registro de preços as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.





- 7.2.1. O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 7.3. O Contratante reserva-se o direito de cobrar da Detentora e a Detentora obriga-se a fornecer ao Contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços, bem como a facilitar ao Contratante a fiscalização dos produtos ora contratados.
- 7.4. O Contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a Ata de Registro de Preços, caso a Detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas na Ata e Edital.
- 7.5. A fiscalização do Contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da Detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.
- 7.6. A fiscalização de que trata neste item e subitens não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- 7.7. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da Detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.
- 7.8. Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.
- 7.9. Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a Detentora, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta Ata, para representá-la sempre que for necessário.

8. DAS COMPROVAÇÕES A SEREM APRESENTADAS

- 8.1. Após ser declarada vencedora, a empres deverá apresentar os seguintes documentos:
- 8.1.1. Certificado do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados;
- 8.1.2. Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável, obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos, voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente, a biota e o desenvolvimento sustentável;
- 8.1.3. Prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega dos pneus, mediante apresentação de declaração de ciência;
- 8.1.4. Prazo de garantia de 5 (cinco) anos, mediante apresentação de documento pertinente, assegurando conforto, estabilidade e segurança à administração.





ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO № 62/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS, RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E NÃO CONTRATAÇÃO DE MENOR

Sr. Pregoeiro do Município de Coronel Vivida Coronel Vivida – PR

Identificação da Proponente

Local a data

Declaramos, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 62/2020**, que não existem fatos que impeçam a nossa participação nesta licitação e, também, de que nos comprometemos, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento do Município de Coronel Vivida – Secretaria Municipal de Administração, qualquer fato superveniente, posterior, que venha a impossibilitar a habilitação, de acordo com o estabelecido no parágrafo 2º do Artigo 32 da Lei 8.666/93.

Declaramos, ainda, que recebemos todas as cópias da referida Licitação, bem como todas as informações necessárias que possibilitem a entrega da proposta, em conformidade com a Lei n° 10.520/02 e 8.666/93, concordando com os termos da presente licitação.

Declaramos, finalmente, para fins do disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei 8666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não empregamos menor de dezesseis anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

ocai e data.
Nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa.





ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Sr. Pregoeiro do Município de Coronel Vivida Coronel Vivida – PR
Ref.: Pregão Eletrônico nº 62/2020.
Prezado(a) Pregoeiro (a),
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)





ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR SERVIDOR DA ATIVA

	regoeiro do Município de Coronel Vivida nel Vivida – PR
Ref.:	Pregão Eletrônico nº 62/2020.
Prez	ado(a) Pregoeiro (a),
da C que ou d	(nome da empresa), CNPJ nº, sediada em(endereço pleto), por intermédio de seu representante legal Sr(a), portador(a) arteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, sob as penas da Lei não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública e sociedade de economia mista.
-	ne, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, papel timbrado da empresa, devidamente identificado)





ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO № 62/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE NEGOCIAL

A empresa declara para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento às normas vigentes que não possui em seu quadro societário pessoas vedadas pelos incisos do art. 9° da Lei Federal n° 8.666/93.
Além disso, declara a que não possui em seu quadro societário pessoas que tenham incompatibilidade negocial com o Município nos termos da Constituição Federal e da Súmula Vinculante nº 13 do STF.
E por ser expressão de verdade, dou fé.
(Local e Data)
Nome e assinatura do Representante Legal ou Procurador da empresa CPF e RG do declarante





ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS ANEXADOS

Sr. Pregoeiro do Município de Coronel Vivida Coronel Vivida – PR
Ref.: Pregão Eletrônico nº 62/2020.
Prezado(a) Pregoeiro (a),
(), de de 2020.
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)



Sr. Pregoeiro

Município de Coronel Vivida

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ



ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO № 62/2020

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ATENÇÃO: ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELOS LICITANTES VENCEDORES.

Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço:			
E-mail:			
Telefone:			
Agência:	Conta Bancária nº	Ranco	

Apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento dos lotes abaixo detalhados:

LOTE	ITEM	QTDE ESTIMADA	UNID.	CÓDIGO PMCV	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO	VALOR TOTAL PROPOSTO
1	1.	20	UN	8664	PNEU RADIAL PARA TRACAO DIANTEIRA DE RETRO ESCAVADEIRA, REFERENCIA 12.5/80 R18, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			
2	1	20	UN	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			
3	1	50	UN	8676	PNEU RADIAL, REFERENCIA 175/70 ARO 13 NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			
4	1	4	UN	19056	PNEU CONVENCIONAL, REFERENCIA 23.1 X 26 - R3, 14 LONAS, PARA TRACAO DE ROLO COMPACTADOR, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			
5	1	10	UN	10926	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 900, R20, 16 LONAS, NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			
6	1	60	UN	8669	PNEU RADIAL, BORRACHUDO, REFERENCIA 275/80/R 22.5, 16 LONAS NAO REMOLDADO, NAO REMANUFATURADO			

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias. Prazo de entrega: Conforme Edital.

Local e data.

Representante legal ou procurador da empresa Nome e assinatura CPF e RG





ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO № 62/2020

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № XX/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020

PRAZO: de xx de xxxxx de 202x a xx de xxxxx de 202x

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA -PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Frank Ariel Schiavini, portador do CPF sob o nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa XXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na xxxxxx, no Município de xxxxx (xxxxx), Estado xxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxx e RG nº xxxxx, a seguir denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO № 62/2020, do tipo menor preço por LOTE, para o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA", fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 18, de 20 de dezembro de 2007, Lei complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009 e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA", de conformidade com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do edital, partes integrantes deste instrumento, independente de sua transcrição e conforme abaixo discriminado:

ITEM	QNTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
			VALOR TOTAL ESTIMADO			

(XXXXXXXXX)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, **de xx de xxxxx de 2020 a xx de xxxxx de 2021.**

<u>Parágrafo Segundo:</u> O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo Quarto:</u> O MUNICÍPIO poderá a qualquer tempo rescindir a Ata, independentemente de infringência contratual por parte da DETENTORA, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias, sem aplicação de multas, tendo em vista o principio da supremacia do interesse público sobre o





particular.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

<u>Parágrafo Primeiro:</u> As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação do fornecimento do produto e consequentemente do seu pagamento.

<u>Parágrafo Segundo:</u> A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para os produtos pretendidos, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

<u>Parágrafo Quarto:</u> As quantidades foram baseadas no pedido do Departamento de Administração o qual é responsável pela demanda dos produtos necessários.

CLÁUSULA QUARTA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia ao Contratante.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Os produtos, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento pela Detentora.

<u>Parágrafo Segundo</u>: O registro de preços poderá ser utilizado pelas secretarias, entidades e departamentos da administração pública municipal, localizados no perímetro urbano do Município, devendo os produtos serem entregues na Sede destes locais, conforme será indicado na Autorização de Fornecimento.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Os produtos deverão ser entregues, conforme descrição do item ganho, correndo por conta da proponente vencedora as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

<u>Parágrafo Quarto:</u> A Detentora deverá apresentar para aprovação no Município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. Ao Município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, as quais somente serão validas para esta licitação.

<u>Parágrafo Quinto:</u> O recebimento dos produtos passara por análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações contidas neste Termo de Referência, para a Aceitação Definitiva.

<u>Parágrafo Sexto:</u> O objeto desta licitação terá seu preço registrado pelo prazo de 12 (doze) meses. <u>As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando o município a contratá-las.</u>

<u>Parágrafo Sétimo:</u> A empresa vencedora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observado os limites máximos estimados.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Parágrafo Primeiro: A detentora deverá apresentar para aprovação do município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação





quanto à qualidade e procedência. O município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, os quais somente serão validos para esta licitação.

<u>Parágrafo Segundo</u> Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou quaisquer de natureza semelhante. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso/ primeira vida, Originais de Fábrica e de Primeira Linha, confeccionados em Material de Alta Resistência.

<u>Parágrafo Quarto:</u> A Detentora é obrigada a substituir, imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Ao município reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Sexto</u>: Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dia úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

<u>Parágrafo Sétimo</u>: No caso de apresentarem defeitos, a detentora é obrigada a substituir imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades e, consequentemente será contada a garantia a partir da nova data de entrega;

<u>Parágrafo Oitavo</u>: O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela detentora.

Parágrafo Nono: Fica reservado ao Contratante em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos produtos ofertados. Para tanto, os produtos serão submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente recusados, devendo ser, imediatamente, substituídos. Se algum produto apresentar irregularidade, o Contratante o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da Detentora. O Contratante o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade diferente daqueles produtos especificados, cujas características contrariem as definidas neste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Autorizada qualquer das hipóteses retro, a detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

CLAUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos entregues, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

Página 38 de 44





<u>Parágrafo Quinto:</u> Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

<u>Parágrafo Sexto</u>: Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a entrega do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

<u>Parágrafo Sétimo</u>: Garantir a melhor qualidade dos produtos entregues, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso, em especial as normas da ABNT e INMETRO, assumindo inteira responsabilidade pela entrega do objeto da presente licitação.

<u>Parágrafo Oitavo</u>: Os materiais adquiridos deverão estar em conformidade com detalhamento constante no ANEXO I, respeitando-se o descrito e de acordo com as especificações dos descritivos.

<u>Parágrafo Nono</u>: Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a bom fornecimento do objeto de que trata a presente licitação.

<u>Parágrafo Décimo</u>: Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da DETENTORA, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Contratante.

<u>Parágrafo Décimo Primeiro</u>: A DETENTORA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, inclusive apresentar como condição de pagamento todos os documentos necessários e solicitados por essa Administração.

<u>Parágrafo Décimo Segundo</u>: Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

Parágrafo Décimo Terceiro: Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

<u>Parágrafo Décimo Quarto</u>: Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária.

<u>Parágrafo Décimo Quinto</u>: Cumprir demais obrigações constantes do presente Edital, termo de referência, anexos e ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro: Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Acompanhar a entrega do objeto contratado, efetuado pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.

<u>Parágrafo Sexto:</u> Prestar aos funcionários da DETENTORA todas as informações e esclarecimentos necessários à entrega do objeto da contratação.

<u>Parágrafo Sétimo</u>: Fiscalizar o fornecimento, por meio do Fiscal e Gestor da ata de registro de preços ou servidor, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo Oitavo:</u> Realizar rigorosa conferência das características do produto fornecido, por meio do Fiscal e Gestor da ata de registro de preços ou servidor, somente atestando os documentos da d<u>es</u>pesa





quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.

<u>Parágrafo Nono:</u> O Departamento de Administração será responsável pela pratica de todos os atos de controle do registro de preços.

<u>Parágrafo Décimo:</u> Cumprir demais obrigações constantes do presente Edital, termo de referência, anexos e ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelo Departamento responsável.

<u>Parágrafo Segundo</u>: As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à DETENTORA e seu vencimento ocorrerá até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da DETENTORA.

<u>Parágrafo Quarto</u>: Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

- "6. <u>Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e</u>, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:
- 6.1. <u>destinadas à Administração Pública</u> direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos <u>Municípios</u>;
 - 6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;
 - 6.3. de comércio exterior."

<u>Parágrafo Quinto</u>: Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<u>Parágrafo Primeiro</u>: As despesas decorrentes da contratação, objeto desta ATA, serão pagas por intermédio das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento de despesa	Fonte de recursos	Código Reduzido
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.01	000	4677
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.15.452.0027.2.052	3.3.90.30.39.02	000	4678
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.01	000	3988
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.39.02	000	4679

<u>Parágrafo Segundo</u>: As despesas de outros órgãos ou entidades do CONTRATANTE que utilizem desta Ata correrão por sua conta.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: O CONTRATANTE reserva se o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da quantidade estimada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: Conforme portaria nº 08/2018, caberá a gestão da Ata de Registro de Preços o Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos Sr. Adenilson Adão Menegussi, nomeado





através do Decreto nº 6.821 de 27 de maio de 2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.

<u>Parágrafo Segundo</u>: A fiscalização da ata de registro de preços ficará a cargo da fiscal, a servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835 de 27 de maio de 2020, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata de registro de preços as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

<u>Parágrafo Quarto</u>: O Contratante reserva-se o direito de cobrar da Detentora e a Detentora obriga-se a fornecer ao Contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços, bem como a facilitar ao Contratante a fiscalização dos produtos ora contratados.

<u>Parágrafo Quinto</u>: O Contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a Ata de Registro de Preços, caso a Detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas nesta Ata.

<u>Parágrafo Sexto</u>: A fiscalização do Contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da Detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.

<u>Parágrafo Sétimo:</u> A fiscalização de que trata neste item e subitens não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

<u>Parágrafo Oitavo</u>: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da Detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

<u>Parágrafo Nono</u>: Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

<u>Parágrafo Décimo</u>: Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a Detentora, por ocasião da assinatura da ata, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta ata, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REVISÃO DO REGISTRO DE PRECOS

Parágrafo Primeiro: O Gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível. Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, desde que demonstrar a inviabilidade de redução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

<u>Parágrafo Primeiro:</u> Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a detentora requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

I - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.





<u>Parágrafo Terceiro:</u> Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

<u>Parágrafo Quarto:</u> Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:

- a) A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.
- b) Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a proponente:
 - I Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
 - II Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
 - III Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Além dos motivos já previstos, também constituirão motivos para o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços os descritos nos art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Parágrafo Primeiro: A licitante vencedora que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/2002.

<u>Parágrafo Segundo:</u> A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:

- I Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso da detentora dar causa ao cancelamento da mesma ou descumprir com as condições pactuadas neste termo.
- II Multa de 1% (um por cento) sobre o preço total da Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, no caso da detentora não cumprir qualquer cláusula deste edital ou ata, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando se dará por cancelado a Ata.
 - a)O valor da multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

<u>Parágrafo Terceiro:</u> Quando aplicada a multa, seu valor poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura que a DETENTORA apresentará para efeito de pagamento.

<u>Parágrafo Quarto:</u> As sanções previstas neste Edital/Ata de Registro de Preços são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Não será aplicada multa se, justificado e comprovado, o atraso no fornecimento do bem resultar de caso fortuito ou de força maior.

<u>Parágrafo Sexto:</u> A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da assessoria jurídica do Município de Coronel Vivida – PR.





CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Estabelece as práticas vedadas aos licitantes e detentoras, ensejando sanções pelo descumprimento desta cláusula em todas as atas de registro de preços celebrados com a Administração Pública Municipal.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato/ata de registro de preços;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução do contrato/ata de registro de preços;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "pratica coercitiva": prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar de modo incorreto as ações da parte.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do município, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o CONTRATANTE promover inspeção.

<u>Parágrafo Terceiro</u>: Será rejeitada a proposta de adjudicação se concluído que o Licitante indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pela ata de registro de preços em questão;

<u>Parágrafo Quarto:</u> Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao CONTRATANTE ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução da ata de registro de preços, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo CONTRATANTE.

<u>Parágrafo Quinto:</u> Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física DETENTORA em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, no decorrer da licitação ou na execução da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

<u>Parágrafo Único</u>: A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial do Município, ficará a cargo da Administração e da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Eletrônico nº 62/2020** e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

<u>Parágrafo Segundo</u>: Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.





<u>Parágrafo Terceiro</u>: Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

<u>Parágrafo Quarto</u>: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente. <u>Parágrafo Quinto</u>: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Coronel Vivida, xx de xxxxx de 2020.	
Frank Ariel Schiavini	XXXXX
Prefeito Municipal	XXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE	DETENTORA
Testemunhas	

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 62/2020 TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h00min do dia 26 de junho de 2020 até às 08h00min do dia 08 de julho de 2020. Abertura das propostas após as 08h00min do dia 08 de julho de 2020. Início da disputa de preços às 10h00min do dia 08 de julho de 2020. VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 215.913,82. Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.licitacoese.com.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br ou www.licitacoese.com.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 24 de junho de 2020. Ademir Antonio Aziliero - Presidente da CPL.

PUBLICAÇÕES LEGAIS



DIÁRIO DO SUDOESTE 25 de junho de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

MENTO LICITATORIO Nº 028/2020 ODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

UNIDADE DE ALTO DE COBRER, POM REDO DE CONVENIO ME, Les heightes de la embrellacia per piece gladest, geo mener perça. A Para caminista no ancienço adrine reficendo, a partir de dia 25 de junho de comercia de no ancienço adrine reficendo, a partir de dia 25 de junho de mais. Quivides e posicios de esclarecimento, denerála ser dirigidos ad. partir de dia de la comercia de la comercia de dia dia de Para el ado pelo intelior de la distanción y los del Para el ado pelo inteliornation (42) 5645-1102 mento licitocadigunal com.

LUIZ CEZAR BAPTISTEL
Prefeito Municipal

BA-CHIPE'S BURNINGA	(Fernander on Freight Fernander of FeEdding)	VICIA V STATIS	
thi	beschição	ENLORES	REALISTADO
1/9	LIMPIZA CATA D'AGUA 1991 LTE	140,0000	142.67
			196,44
			201,10
1274	LIMPTEA CAIXA D'AGA'A 15 909 LTS	271,18100	254.73
UN	LIMPEZA CAINA BIAGGA MIRWITTS	911,7000	519.94
LPM	CAINA DE 15/00 LTS + 1 CAINA DE 20 MINUS TO DE 1 OO AOSTIVO: ES de auto de 2000	241,70,00	678,65
	E VALUE UN UN UN UN UN UN		TEANO JUSTICA SI CONTRATO DE FEREZ CÓO DE PREVICUE O ESTURIO Teano Contrato de Contrato de Ferez CÓO DE PREVICUE O ESTURIO Teano Contrato de Companio de Companio de Contrato de Companio de Com

PREFETURA MUNICIPAL DE CLEVILLANDIA, ESTADO DO PARAMA
DO CONTRATO M. ONTODO INEXCIBIBILIDADE M. CÓZOZO. PROCESSO N. OSSIZOS PARTESDO CONTRATO M. ONTODO INEXCIBIBILIDADE M. CÓZOZO. PROCESSO N. OSSIZOS PARTESCARRO CONSCIVILADO A CONTRATO DO MARCO
LA CONTRATO DA CONTRA

Nº PORTABLE	NOME	ASSESTED	DATA
704	MAX DOBLOVOLSKI E OUTROS	AUTORIZA DIRBOR STRUTTES	12/04/2020
265	MICHAL LOCKES DE SCRUZA	PERSOLUSIDADE	8145/2938
Nom.	ANDREIA VANESSA DE LARA	(NSALUNESDADE	01/06/2020
102	CERES MARTING TAVARA	HADNERA A PEDERO OF CAROO LITETIVO	10/06/2020
1116	HOSSI PERRAZ GORGES E DUTROS	INSALI/BREIADE	0156/203
215	IVONE STIMER E OUTRA	INSALUBRIDADE	04/96/2020
32)	PREFEITO MUNICIPAL	ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	(\$196-202)
121	INES F CLAZZER & OUTROS	INSALUBRIDADE	11/96/2020
334	MARLY APARECIDA ZABOROSCI	DISALUBRIDADE	19/06/2020

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE PRECÃO ELETRONICO Nº 62/2020

Objete-REGISTRO DE PRECIDENTE DE MENOR PREÇO POR LOTE

ONOUS PARA A FIDITA DE SOUM, PLUTIMO E EVERTAMA ACUISICÕES DE PREUS

NOUS PARA A FIDITA DE SOUM, PLUTIMO E EVERTAMA ACUISICÕES DE PREUS

CORONEL VIVIDA. Inicio de Cadastro das propostes a partr das OBRODINI do dia 26 de junto

do 2020 até à 9 el ORDORIM do dia 36 de junto de 2020. Alventura des propostes as post as de Silvidorim

do dia 36 de julho de 2020, Inicio de dispusta de preços às 1000/min do dia 36 de julho de 2020.

ACIRCI TOTA MASIMO ESTIMAÇO: PR 3 153 1732. Prance de vojences: 12 (docs) messes. Os

procedimentos pura socreso ao Pregão Estóricio estão dispositiveis no site trimu Estocopi
ESCENTAL, O acida está adaposibad nos usas acura (borra Montales) aprovado a procedimento de 1000 d

IUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ A V 15 O DE LICITAÇÃO PROCESSO 109/2020

CONTION - DE PORTE DE L'ANGE DE L'AN

MAURO CESAR CENCI

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

Extrato Contrato nº 84/2020. Pregão Eletrônico nº 38/2020 - Processo nº 77/2020. PARTES: Município de Pato Branco e Neosoft Projetos e Soluções Eireli - ME. OBJETO; Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de licença de uso e locação de software, contemplando: fornecimento de ferramenta tecnológica com escopo na realização de revisão na área de Administração de Pessoal, com foco na folha de pagamento dos órgãos e departamentos da Administração Direta e Indireta do Município, devendo apurar as contribuições previdenciárias e promover a sua identificação para levantamento de acordes e productos e a forme de acordes de acordes e contribuições previdenciárias e promover a sua identificação para levantamento de acordes e contribuições de acordes e contribuições previncianos e a forme de acordes e contribuições previous e a forme de acordes e contribuições productivas e contribuições productivas e contribuições de acordes e contribuições productivas e contribuições de acordes e contribuições de acordes e contribuições de acordes e contribuições productivas e contribuições de acordes e contribuições de acordes e contribuições previocados e contribuições e contribuições de contribuições previocados e contribuições e con previdenciárias e promover a sua identificação para levantamento de possíveis recolhimentos não devidos de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei 13,485/2017, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Finanças. VALOR: R\$ 150.000,00. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses. PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados mensulmente, até o 5º dia útil após a prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura atestada pelo Gestor. Fiscal do Contrato e pela Compisão de Receipimento de Bens e Serviços. Contrato e pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços.
DOTAÇÃO: 313 - 4048. GESTOR: Secretário Municipal de
Administração e Finanças. Pato Branco, 18 de junho de 2020.
Augustinho Zucchi - Prefeito. Igor Cesar Strujak - Representante

MUNICIPIO DE PATO BRANCO
HOMOLOGAÇÃO DE LICTRAÇÃO, PREGÃO N.º 38/2020.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de licença de uso e locação de software, contemplando: fornecimento de ferramenta tecnológica com escopo na realização de revisão na área de Administração de Pessoal, com foco na folha de pagamento dos órgãos e departamentos da Administração Direta e Indireta do organo e departamentos da Administração Drient e funireta do Município, devendo apuara as contribuições previdenciárias e promover a sua identificação para levantamento de possíveis recolhimentos não devidos de acordo com a legislação vigente, em especial, a Lei 13.485/2017, em atendimento às necessidades da especia a Lei 1940-2011 e il actioniron as incessibates un Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para a empresa: Neosoft Projetos e Soluções Eireli - ME, inscrita no CNPJ nº 12.202.125/0001-83. com a valor total de RS 150.000,00. Pato Branco, 18 de junho de 2020. Augustinho Zucchi - PREFEITO.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 02/2020 - Contrato nº 234/2019. GP. Tornada de Preços nº 09/2019. PARTES: Município de Pato Branco e Chagas e Casarim Engenharia, Arquitetura e Paisagismo Lida - ME. OBJETO: A adequação das rampas de acesso, reforma e ampliação das cozinhas e banheiros masculino e feminino da Escola Municipal/ CMEI Pequeno Principe, na Rua Rui Barbosa, Esq. Rua Olavo Bilae, Bairro Bortot, Pato Branco - PR, em atendimento ás necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria de Engenharia e Obras. ADITAMENTO: Do Prazo; Com base na Lei 8,666/93, de 21 de junho de 1993, artigo 57, § 1º, VI, e/c § 2º, as partes pactuam prorrogação do prazo de execução até 06 de agosto de 2020 e de vigência contratual até 06 de outubro de 2020. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas c condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 22 de junho de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Henrique Adler de Chagas - Representante Legal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 01/2020 - Contrato nº 61/2020 GP.
Pregão Eletrónico nº 07/2020 - Processo nº 24/2020. PARTES:
Município de Pato Branco e Jackson Luciano Xavier 03473413909. OBJETO: Contratação de empresa para aplicação de pintura com tinta látex acrilica semi brilho nas paredes e aplicação de pintura com tinta esmalte sintético nas portas, janclas e grades dos seguintes espaços municipais: Escolas, CMEIS - Centros Municipais de Educação Infantil, Universidade Aberta do Brasil e no Complexo Frei Gonçalo, compreendendo: Centro Aquático, arquibancadas e muro do campo sintético, Centro de Convivência e academia de saude, localizados nas dependências do Largo da Liberdade e nas estruturas da arquibancada externa, pista de skate e quadra de voleibol das dependências do Ginásio de Esportes Dolivar Lavarda, com o fornecimento de materiais, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Esporte e Lazer e Engenharia e Obras. ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Artigo 57, § 1º inciso II. conforme prevé a Cláusula Terceira, V. do Contrato original, as partes pactuam a prorrogação do prazo de execução do objeto contratual para mais 80 dias, ou seja, até 25 de agosto de 2020. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não confliten com o presente Termo. Pato Branco, 22 de junho de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Jackson Luciano Xavier - Representante Legal,

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 01/2020 - Contrato nº 60/2020.GP,
Pregão Eletrônico nº 07/2020 - Processo nº 24/2020, PARTES;
Município de Pato Branco e Engepower Construções Eireli,
OBJETO: Contratação de empresa para aplicação de pintura com
tinta latex acrílica semi brilho nas parades e aplicação de pintura com tinta estualte sintético nas portas, janclas e grades dos seguintes espaços municipais: Escolas, CMEIS - Centros Municipais de Educação Infantil, Universidade Aberta do Brasil e no Complexo Educação Infantii, Universidade Aberta do Brasil e no Complexo Frei Gonçalo, compreendendo: Centro Aquático, arquibaneadas e muro do campo sintético, Centro de Convivência e academia de saúde, localizados nas dependências do Largo da Liberdade e nas estruturas da arquibancada externa, pista de skate e quadra de voleibol das dependências do Ginásio de Esportes Dolivar Lavarda, com o fornecimento de muteriais, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Esporte c Lazer e Esponendes o Obers. A DETAMBETCO DO BRESSO Com horse de la Esponendes o Obers. A DETAMBETCO DO BRESSO Com horse de la Esponendes de Contra Complexo de la Complexo del Complexo de la Complexo Engenharia e Obras. ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Artigo 57, § 1º inciso I, conforme prevê a Cláusula Terceira, V, do Contrato original, as partes pactuam a prorrogação do prazo de execução do objeto contratual para mais 60 dias, ou seja, até 22 de agosto de 2020. Do Valor: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993. 2020. Do Valor: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Art. 65, inciso I, alinea "b",as partes pactuam Aditamento dos serviços no valor de R\$ 67.281,51, passando o total do contrato de R\$ 280,160,00 pars R\$ 347.441,51, conforme planilha anexa, perfazendo o percentual de 24,01538764. Da Dotação Orçamentária: Para suporte da despesa serão utilizadas as seguintes Dot. Orç.: 1406 - 6870. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condicês que não confliem com o presente Termo. Pato Branco, 22 de junho de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Bilo dos Santos Junior - Representante Legal.

		EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE		
CUSTRATANTI CUSTRATADA PRAZO DE PIO READISTE DE	EDPONE A	pocha Propins pocha Propi COA ENEX VICTO E VICTOREA: 12 lános romas.		
ITEM	119	BENCHICAG	YALOR PL	ATTALIES PA
bi .	118	DESKATIZAÇÃG COM POLOCAÇÃO HE MEAS OL LAG PROFISSIONAL AUTORIZADOS PALA ANVINA, COM MANUTENÇÃO SEMESTRAL	19,90	(6)13
		ADITIVO: 24 de juntos de 2020. Ferndo-fo Parasa. Ressourança, 24 de portos de 2020.		

COMBÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EAÚDE - COMME TENHO DE RATYFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXTIFICIÇÃOS DE LICITAÇÃO Nº 019/2028 LISTO NO PROCESSO DE INEXTIFICIAÇÃO - SPOÇESSO DE UN INEXTIGUE DE INEXTIGUENTO DE LICITAÇÃO. LAS DEPARTAMENTO DE ETISORIO SANIOIOS DA ARRA DE ARRAD DE ARRAD PORTEMENTO DE OPTOCAMBITORIO DE ARRAD DE AR Valuable () EREDIPICIALIENTO DE PESSOAS SURIDICAS DA ASEA DE SA E PRESTACÃO DE REVIVICOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E SERVICOS D VARO (UNDEL 12,142,04 DUDEÇÃO: 03,01,10,302,0021,2,002,3,3,90,76,00,00,00,00 - Forte 07/6 Datas 24/04/2020

Altair José Gesparetto Presidente

愈

11 YARA CÎYL DA COMARCA DE PATO BRANCO - PR ANTO BURNO, ZBY-SUNDIANNI: PRIO BYMOCEPE (ZDY 85, 501-100 - FRONTIEN (ZDY 41, 1253-144) — mais DO-10-9003 prijas LDE ANTO CONSTITU - MACCOE CATANO ESCHNÎA - LIANIK RANTI, LEYKODO FORK ALINI

AÑO DE DRETO DA PRIMERA VANA CÍVEL DA COMARCA DE PATO BRANCO/PARANA - ELITAL DE INTIMAÇÃO DE ROBSON HINO DE MELO, COM PRACO DE RIMTA (SO) DIAS C. SOUTO: MACIEC CATANTO, MA. Jul de Diento do Primero, Vana Chell du Comunid de Pota Bronco, Portosto.

C 20019 MACIES CALAND, MA July de Dienis de primera viera Ceura de Camera de Historia Servici.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la prepiete gold exem au dels controllement feveren que po elle July de la controllement de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la controllement de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la controllement de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la controllement de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la controllement de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 de la CALANDE SERVICI.

F.A.I. 3. A.E.F. 6. 1003 d

1º Varia Civel da comerça de Patio Branco - PR Rus Mans Busino. 284 - Sambugaro - Patio BinnocRR CEP.

86:307-469 - Foneifac (19*4) 3223-2448 a-mail ph-1y4--@@cr put tr JUIZ DE DREITO - MACIECO DATANCO
ESCRIVA. - ELANIK KURITZ Especido por Kella Folial de Clupido de SACCIDI LAVANCIERA L'IDA e JANETE
MONTE-MEZZO D'Unazo do de dias. PROCESSO N' BODIGA-SIZOTTA, ATRIO SI AND DE DECUÇAD DE
ESCRIVA. - ELANIK KURITZ Especido por Kella Folial de Clupido de SACCIDI LAVANCIERA L'IDA e JANETE
BRONTE-MEZZO D'Unazo do de Carlo ROCESSO AND DE CARLO SIZOTTA RESIDIA AND DE CONTROL DE CONTROL





Oficial Anegali Visira Samara Subulificia Jarquelma Calasta Samara

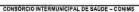
EDITAL DE PROCLAMAS

SERVIÇO DE REGISTRO CAVIL DAS PESSOAS NATURAIS MUNICÍPIO, PATO BRANCOPR PERÍODO: 1708/2020 ATÉ 23/06/2020 PARA O JORNAL: DIÁRIO DO SUDDESTE

VALMOR DUS SANTOS & ELIANE APARRICIDA DE SOUZA VANDERLEI JOSÉ FLAURINDO & JUREMA PATENE PENTHADO

minto, operation on terrine on Let, no prazo de qualca dum

Firm Drance - PR 54 on pullip on 2000 Zaponi Betira de Olvera Escreviria Arena



CONSORCIO INTERMUNICIP ATO DE CONSÓRCIO RESOLUÇÃO Nº 107 DE 24 DE JUNHO DE 2820. Súmula: Dispõe sobre a inclusão de especiald 001/2019 e de outres providências. RESOLUÇÃO Nº 106 DE 24 DE JUNHO DE 2820. ilidade médica à Tabela de Credencia

respotução en 166 DE 24 DE JURHO DE 2029.

Simulai: Dispot sobre a inclusió se exclusão de litera na inbeia de predenciamento nº 001/2012.

RESOLUÇÃO Nº 169 DE 24 DE JUNHO DE 2021.

SEMULA: Dispot sobre a inclusió se exclusão de termanes de labela de credenciamento nº 003/2017.

RETIFICAÇÃO DA SÚMULA - Resolução nº 104 de 10 de junho de 2020, publicada em 12 de junho de 2020, publicada em 12 de se se de 1, 104/2017. "Lisla-se. "2003/2017.".

Julius de 2020: no edição nº 1620, paína B15, Onde e 8 de 1, 104/2017. "Lisla-se. "2003/2017..."

Julius devenis contins com bot e listo deventables qualitation com botante.



Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida



Página 3 / 003

§ 1º. Fica concedida à Profissional deste artigo, Gratificação pelo Encargo de Coordenadora Pedagógica Escolar 40 (quarenta) horas semanais, a percepção do valor estipulado na tabela "D" do Anexo II da Lei nº. 2991 de 27/04/2020, que perdurara enquanto estiver designada para a função.

Art. 13°, DESIGNAR a Servidora Municipal Marilania Sandra Graff Ferreira, para exercer a Função de Coordenadora Pedagógica Escolar, sendo 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, na Escola Municipal Juventino Rufatto-EIEF, Localizada no Bairro Industrial, neste Município, a partir de 1º (primeiro) de junho de 2020.

§ 1º. Fica concedida à Profissional deste artigo, Gratificação pelo Encargo de Coordenadora Pedagógica Escolar 20 (vinte) horas semanais, a percepção do valor estipulado na tabela "D" do Anexo II da Lei nº. 2991 de 27/04/2020, que perdurara enquanto estiver designada para a função.

Art. 14º. As despesas decorrentes do cumprimento desta Portaria correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Junho de 2020, 131º da República e 65º do Município.

FRANK SCHIAVINI - Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Humberton Luiz Serpa de Oliveira Viana - Secretário Municipal de Administração Sâmara de Moraes Spagnoli - Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas Cor/334153

PORTARIA Nº. 021, de 24 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a aprovação novas Leis Municipais, Lei nº. 2989 de 27/04/2020 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Complementar nº. 056 de 27/04/2020 (dispões sobre o Regime Jurídico Único dos ervidores Públicos do Município de Coronel Vivida-PR) e Lei nº. 2991 de 27/04/2020 (dispõe sobre o quadro de cargos e funções, planos de carreira e remuneração dos Profissionals da Educação), RESOLVE

Art. 1º. Designar a Servidora Municipal, Adriane Deveras Silveira, além de Coordenadora de Supervisão Pedagógica da Educação Infantil, fica responsável pela Documentação Escolar das Unidades Escolares do Município, a partir de 1º (primeiro) de junho de 2020. § 1º. A incumbência do caput deste, é sem prejuízo as demais funções exercidas pela Servidora Municipal.

Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Portaria, correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de junho de 2020, revogas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2020, 131º da República e 65º do Município. FRANK SCHIAVINI - Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Humberton Luiz Serpa de Oliveira Viana - Secretário Municipal de Administração Sâmara de Moraes Spagnoli - Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Cod334154

LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 07/2020

O Município de Coronel Vivida-Pr. torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 27 de julho do ano de 2020, na Sala de licitações, sito a Praça Ângelo Mezzomo nº s/n em Coronel Vivida , Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA, sob regime de empreitada por preço

bal, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s): al do objeto Objeto Quantidade e unidade de medida Prazo de execução (dias) Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares Estrada Vicinal

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacao@coronelvivida.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados - Telefone (46) 3232-8304. Coronel Vivida, 24 de Junho de 2020.

Ademir Antonio Azillero-Presidente da Comissão de Licitação

Cod334184

AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h00min do dia 26 de junho de 2020 até às 08h00min do dia 08 de julho de 2020. Abertura das propostas após as 08h00min do día 08 de julho de 2020. Início da disputa de preços às 10h00min do día 08 de julho de 2020. VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 215.913,82. Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br ou www.licitacoes-e.com. br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 24 de junho de 2020. Ademir Antonio Aziliero-Presidente da CPL.

CONTRATOS

RESUMO DE CONTRATO

Contrato nº 72/2020-Dispensa de Licitação nº 03/2020 - Contratante: Município de Coronel Vivida, Contratada: Auto Posto Cometa Ltda, CNPJ n.º 75.615.542/0001-78. Objeto: Aquisição de 5,800 (cinco mil e oitocentos) litros de combustível (óleo diesel comum s-500) para a frota de ambulâncias, camionetes, caminhões e máquinas pesadas do município de Coronel Vivida. Valor total estimado R\$ 16.588,00. Prazo de execução: 30 dias. Coronel VIvida, 18 de junho de 2020. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

CONCURSOS

EDITAL Nº. 050/2020 de 23/06/2020

CONCURSO PÚBLICO 01/2019 - Exclusão de Candidato(a)

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA-ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal, Lei nº. 2989 de 27/04/2020 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa, Lei Complementar nº. 056 de 27/04/2020 (dispões sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida-PR) e a Lei Complementar nº. 057 de 27/04/2020 (dispõe sobre o quadro de cargos, planos de carreira e a remuneração), Edital de Concurso Público aberto sob Nº. 01/2019 de 11/02/2019 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 09/2019 de 02/05/2019(aprovados/homologação) e,

Considerando que a candidata convocada no Edital nº, 049/2020 de 01/06/2020, a vaga de Farmacêutica não compareceu no prazo estabelecido no edital, RESOLVE TORNAR PÚBLICO

 Que fica excluído o(a) Candidato(a) Estela Gloria Moroni , inscrição nº. 693607, habilitado no cargo público de Farmacêutico, do Concurso Público aberto através do Edital nº. 001/2019 11/02/2019, por não comparecer ou se pronunciar no prazo estabelecido no Edital de Convocação nº. 049/2020 de 01/06/2020.

II. O disposto no presente Edital atende aos preceitos contidos no Edital de Concurso Público N.º 001/2019 11/02/2019 e demais disposições legais vigentes

III. Que a publicação deste, além do Jornal Diário do Sudoeste de Pato Branco-PR, do endereço eletrônico: http://www.diariooficialmunicipiocoronelvivida.pr.gov.br - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017 e alterações constantes na Lei Municipal nº

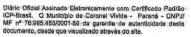
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2020, 131º da República e 65º do Município. FRANK SCHIAVINI - Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se		
Humberton Luiz Serpe de Oliveira Viana	Sámara de M. Spagnoli	
Secretario Municipal de Administração	Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas	

Cc4334156

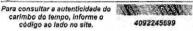














Cornélio Procópio

AVISO DE EDITAL

PREGÃO Nº078/2020 – FORMA ELETRÔNICA

PROCESSO Nº 144/2020

MODALIDADE: Pregão do tipo menor preço.

OBJETO: Registrar preços de medicamentos e materiais médicos.

CADASTRO: Até 08h58m do dia 08 de julho de 2020.

ABERTURA: As 08h59m do dia 08 de julho de 2020.

DISPUTA: A partir das 09h00m do dia 08 de julho de 2020.

LOCAL: http://www.bbmnetlicitacoes.com.br

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: www.cornelioprocopio.pr.gov.br, http://www.bbmnetlicitacoes.com.br

INFORMAÇÕES: (41) 3320-7800 - BBM. (43) 3520-8013 / 8007 - PMCP

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasilia (DF). Cornélio Procópio-PR, 24 de junho de 2020. Pregoeira

54117/2020

Coronel Vivida

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 07/2020

O Município de Coronel Vivida - Pr. torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 27 de julho do ano de 2020, na Sala de licitações, sito a Praça Ângelo Mezzomo nº s/n em Coronel Vivida , Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (dias)
Estrada Vicinal	Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares	8.323,00 m ²	90

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacao@coronelvivida.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (46) 3232-8304.

Coronel Vivida, 24 de junho de 2020.

Ademir Antonio Aziliero Presidente da Comissão de Licitação

54319/2020

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020 TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h00min do dia 26 de junho de 2020 até às 08h00min do dia 08 de julho de 2020. Abertura das propostas após as 08h00min do dia 08 de julho de 2020. Início da disputa de preços às 10h00min do dia 08 de julho de 2020. VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: RS 215.913,82. Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br. O edital está disponível nos sites www.licitacoes-e.com.br. O edital está disponí

54329/2020

Curiúva

AVISO DE LICITAÇÃ ABERTURA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, através da Pregoeira, de conformidade com a Lei Federal № 10.520/2002, Decreto 10.024/2019; Decreto Municipal № 05/2006 e Decreto Municipal 046/2015 e alterações posteriores, subsidiariamente, as Leis Federais № 8.666/93 e 8.883/94 e 147/2014, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data da publicação deste, o Edital de Pregão Eletrônico para a aquisição de caminhão caçamba basculante novo, tração 6x4, zero Km, primeiro emplacamento.

O edital está disponível no Site www.curiuva.pr.gov.br e www.bll.org.br e as propostas deverão ser anexadas ao sistema até às 8h00min do dia 06 de julho de 2020 e a sessão de disputa terá início às 9h00min do mesmo dia.

Curiúva, 25 de junho de 2020.

LUCIANA MARÍLIA DA COSTA Pregoeira

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

53880/2020

Dois Vizinhos

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS AVISO DE LICITAÇÃO CONCURSO Nº 001/2020

OBJETO DO CONCURSO: Seleção de entidades de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, nos termos da lei federal nº 9.790/99, que se interesse em firmar termo de parceria, em estreita cooperação com o Município de Dois Vizinhos, para promover o desenvolvimento tecnológico de Dois Vizinhos, por meio do programa inclusão digital e formação de mão de obra qualificada, fortalecendo o empreendedorismo tecnológico através do programa de incubação de empresas e disseminação do conhecimento científico tecnológico.

Valor: R\$ 384.600,00 (trezentos e oitenta e quatro mil e seiscentos reais).

DATA e HORÁRIO de Abertura dos Envelopes: 10 de agosto de 2020 às 8

horas e 00 minutos.

LOCAL DE ENTREGA e abertura dos envelopes: av. Rio Grande do Sul, 130 Centro, na cidade de Dois Vizinhos, estado do Paraná, na sede da Prefeitura Municipal.

O edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na sede
da Prefeitura Municipal e no site www.doisvizinhos.pr.gov.br serviços/licitações.
Informações complementares através do fone: (46) 3536 8848.

Dois Vizinhos, 24 de junho de 2020.

Raul Camilo Isotton Prefeito

54147/2020

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2020

OBJETO: venda de lotes situados no Loteamento Vila Rural Verdes Campos "b", conforme Lei Municipal que dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento econômico de Diri Vinicipa.

DATA e HORÁRIO de Abertura dos Envelopes: 27 de julho de 2020 às 10 horas 00 minutos.

O valor mínimo para o item 1 é de R\$ 56.236,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e seis reais)

O valor mínimo para o item 2 é de R\$ 56.666,66 (cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais, sessenta e seis centavos).

Local de entrega e abertura dos envelopes: Av. Rio Grande do Sul, 130 - Centro, na cidade de Dois Vizinhos, estado do Paraná, na sede da Prefeitura Municipal. O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov. br Licitações da Prefeitura Municipal. Informações complementares através do fone: (46) 3536 8848.

Dois Vizinhos, 24 de junho de 2020.

Raul Camilo Isotton Prefeito

54279/2020

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 019/2020; OBJETO: Locação de imóvel, edificado sobre o lote de terras urbano nº 03-A da quadra nº 83, parte norte, na cidade de Dois Vizinhos - Paraná, matrícula 17463, localizado na rua Castro Alves, nº 310, Centro Norte, o qual será utilizado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania. LOCA-DORES: Francisco Fialkowski, CPF nº 302,686.999-68, Maria Cristina Giacomini Fialkowski, CPF nº 493,050,690-53. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal 8.666/93; PERÍODO DA LOCAÇÃO: 12 (doze) meses; VALOR ESTIMADO: R\$ 16.692,00 (dezesseis mil, seiscentos e noventa e dois reais). RECONHECIMENTO e RATIFICAÇÃO: 24 de junho de 2020.

Raul Camilo Isotton Prefeito

54353/2020

Fazenda Rio Grande

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 58/2020, o